



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de São José do Rio Preto

Cristiane Lilian Ferreira da Silva

Tecnologias digitais e as vozes institucionais:
uma abordagem discursiva

São José do Rio Preto
2021

Cristiane Lilian Ferreira da Silva

Tecnologias digitais e as vozes institucionais:
uma abordagem discursiva

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Fernanda Correa Silveira Galli

São José do Rio Preto
2021

S586t

Silva, Cristiane Lilian Ferreira da

Tecnologias digitais e as vozes institucionais: uma abordagem discursiva /
Cristiane Lilian Ferreira da Silva. -- São José do Rio Preto, 2021
165 f.: il., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto
Orientadora: Fernanda Correa Silveira Galli

1. Linguística. 2. Análise do discurso. 3. Tecnologias de informação
e comunicação. 4. Políticas públicas. 5. Governo e imprensa. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências Letras e
Ciências Exatas, São José do Rio Preto. Dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Cristiane Lilian Ferreira da Silva

Tecnologias digitais e as vozes institucionais:
uma abordagem discursiva

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Fernanda Correa Silveira Galli
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
Orientadora

Profa. Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes
UESB– Vitória da Conquista

Prof. Dr. Luiz André Neves de Brito
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

São José do Rio Preto
18 de dezembro de 2020

Aos meus queridos alunos do P.E.J.A., pois sem as indagações que nossas experiências geraram, este trabalho não existiria.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, cuja simplicidade ensinou-me coisas extremamente profundas.

Ao meu pai, amigo e exemplo de vida.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a. Fernanda Correa Silveira Galli, por ser, estar, apoiar e contribuir com essa jornada.

À Prof.^a Dr.^a. Luciani Ester Tenani, cuja acolhida e orientação durante minha graduação fizeram com que eu acreditasse na possibilidade deste trabalho.

À Prof.^a Dr.^a. Fabiana Cristina Komesu, pelas inspirações vindas de suas aulas e de nossas conversas.

Ao Prof. Dr. Luiz André Neves de Brito, minha gratidão pelas valorosas considerações, desde o primeiro painel.

Ao meu companheiro Matheus, que compreendeu na ausência, a presença, me motivando e cuidando para que eu pudesse me dedicar integralmente a esta pesquisa.

“Estou preso na rede
Que nem peixe pescado
É zapzap, é like
É instagram, é tudo muito bem bolado.”

Gilberto Gil (Pela Internet 2. 2018)

“Édipo não se cegou por culpa, mas por excesso de informação.”

Michel Foucault (1978, *apud* Surveillanceme)

RESUMO

A “revolução digital” tem sido assunto recorrente nos meios de comunicação e nas políticas públicas. Permeia, nas atuais condições de produção, a ideia de que fazer parte do mundo digital(izado), ou seja, ter acesso ao ambiente digital, garante inserção social, assim como ascensão econômica dos chamados usuários da tecnologia. Diante dessa premissa, este trabalho tem como objetivo geral investigar o(s) discurso(s) relacionado(s) às tecnologias digitais, bem como o transcurso de assujeitamento diante do paradigma tecnológico enquanto processo discursivo. A nossa hipótese prefigura que as vozes institucionais brasileiras tratam as tecnologias digitais como via para o crescimento econômico do país, bem como para o acesso a lugares de prestígio no cenário internacional e, por isso, fazem dos valores simbólicos atrelados às TDIC (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação) efeitos de poder. Valendo-nos do dispositivo teórico da Análise do Discurso (AD) francesa pêcheuxiana, procuramos: (i) verificar se e de que modo os discursos institucionais agenciam o sujeito para o consumo da tecnologia; (ii) investigar as relações de poder que constituem os discursos sobre as tecnologias digitais de informação e comunicação; e (iii) analisar os efeitos de sentidos que emergem do significante *desenvolvimento* e suas paráfrases. Deste modo, a partir do documento *Estratégia brasileira para a transformação digital*, publicado durante o período em que Michel Temer ocupou o governo, nossa análise ocupa-se das questões que atravessam o mundo digital(izado). Nesse sentido, os gestos de interpretação propiciaram considerações a respeito das relações de força que constituem as vozes institucionais, bem como apontamentos sobre o modo como o Estado concebe a Educação, diante de um ensino escolar baseado na relação trabalho/educação. Conforme essa visão, a qualificação profissional é privilegiada em detrimento da dimensão da integralidade humana, o que pode apontar a perspectiva das TDIC na reestruturação dos processos produtivos, assim como o agenciamento de mão de obra trabalhadora para as tecnologias digitais, resultados que ratificam nossa hipótese inicial, a de que o Estado tem procurado maneiras de se (re)estabelecer no cenário internacional, sinalizando, também, a identificação com o discurso identitário do país do futuro.

Palavras-chave: Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação; Análise do Discurso; Sentidos; Relações de Poder.

ABSTRACT

The “digital revolution” has been a recurring issue in the media and public policies. In the current production conditions, it permeates the idea that being part of the digital(ized) world, that is, having access to the digital environment, guarantees social insertion, as well as the economic rise of so-called users of technology. In view of this premise, this work has the general objective of investigating the discourse(s) related to digital technologies, as well as the passage of subjection before the technological paradigm as a discursive process. Our hypothesis prefigures that Brazilian institutional voices treat digital technologies as a way for the country's economic growth, as well as for access to prestigious places in the international scenario and, therefore, make symbolic values linked to DTIC (Digital Technologies of Information and Communication) effects of power. Using the Pêcheuxian French Discourse Analysis (DA) theoretical device, we seek: (i) verify if and in what way the institutional speeches provide the subject for the consumption of technology; (ii) investigate the power relations that make up the discourses on digital information and communication technologies; and (iii) analyze the effects of meanings that emerge from the significant development and its paraphrases. Thus, from the document *Brazilian Strategy for Digital Transformation*, published during the period in which Michel Temer occupied the government, our analysis deals with the issues that cross the digital(ized) world. In this sense, the gestures of interpretation provided considerations regarding the power relations that constitute the institutional voices, as well as notes on the way the State conceives Education, in the face of school education based on the work/education relationship. According to this view, professional qualification is privileged to the detriment of the dimension of human integrality, which may point to the perspective of TDIC in the restructuring of productive processes, as well as the agency of working labor for digital technologies, results that confirm our hypothesis that the State has been looking for ways to (re)establish itself on the international stage, also signaling its identification with the identity discourse of the country of the future.

Keywords: Digital Information and Communication Technologies; Discourse Analysis; Senses; Power Relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Imbricamento das categorias de análise	107
Figura 2 – Capa do documento Estratégia brasileira para a transformação digital	109
Figura 3 – Modelo conceitual do Estratégia	111
Figura 4 – Apresentação do Estratégia	113
Figura 5 – Seção Metodologia do Estratégia - saber/poder	114
Figura 6 – Seção Apresentação do Estratégia - saber/poder	114
Figura 7 – Seção Introdução do Estratégia - o discurso ‘escapa’	117
Figura 8 – Seção Apresentação do Estratégia – o discurso ‘escapa’	118
Figura 9 – Seção Introdução do Estratégia – o discurso ‘escapa’	120
Figura 10 – Seção Educação e Capacitação Profissional do Estratégia – sociedade para o Digital	125
Figura 11 – Seção Educação e Capacitação Profissional do Estratégia – Educação neoliberal	128
Figura 12 – Seção Educação e Capacitação Profissional do Estratégia – era digital	129
Figura 13 – Seção Educação e Capacitação Profissional do Estratégia – Educação x trabalho	131
Figura 14 – Seção Educação e Capacitação Profissional do Estratégia – Educação x qualificação	132
Figura 15 – Guia - Educação x qualificação	133
Figura 16 – Guia – ‘Novo’ Ensino Médio	134
Figura 17 – Seção Educação e Capacitação Profissional do Estratégia – trabalhador do futuro	134
Figura 18 – Guia – trabalhador do futuro	135
Figura 19 – Guia – trabalhador do futuro	136
Figura 20 – Guia – ‘flexibilizar’	137
Figura 21 – Seção Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do Estratégia	140
Figura – 22 Seção Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do Estratégia – economia x social	143

Figura 23 – Seção Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do Estratégia – garantia?	144
Figura 24 – Seção Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do Estratégia – ‘falta’	145
Figura 25 – Manual – ‘inovação’	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Família parafrástica ciência	150
Tabela 2 – Família parafrástica tecnologia (digital)	151
Tabela 3 – Família parafrástica desenvolvimento	152

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI5	Ato Institucional Número Cinco
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
C.C.I./S.J.R.P.	Centro de Convivência do Idosos de São José do Rio Preto
CGI.br	Comitê Gestor da Internet
COVID-19	Coronavírus-19
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FD	Formação Discursiva
FMI	Fundo Monetário Internacional
GT	Grupo de Trabalho
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação
MinC	Ministério da Cultura
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
ONU	Organização das Nações Unidas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
P.E.J.A	Projeto de Educação de Jovens e Adultos
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RJ	Rio de Janeiro
TDIC	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	18
2.1	O mundo digital(izado): o(s) discurso(s) que circula(m)	18
2.2	Tecnologia, ciência, desenvolvimento: sentidos em movimento	31
2.3	As TDIC e as relações de força/poder: o “novo” na manutenção do velho	42
3	A TEORIA DISCURSIVA PÊCHEUXTIANA	55
3.1	Sobre a Análise do Discurso	55
3.2	Sobre os conceitos	63
3.2.1	Relações de força/poder	63
3.2.2	Formação discursiva	73
3.2.3	Paráfrase	76
4	GESTOS ANALÍTICOS: SENTIDOS SOBRE TECNOLOGIAS DIGITAIS	81
4.1	Pontos de partida	81
4.2	Estratégia face à onda digital ou à onda neoliberal?	90
4.3	O velho e o "novo": discursos sobre as TDIC e as relações de poder	98
4.3.1	O documento Estratégia e as relações de força/poder	107
4.3.2	A educação das/nas TDIC: transformação ou agenciamento?	123
4.3.3	A proposta da transformação digital e o significante desenvolvimento	139
4.3.4	Efeitos de fechamento	147
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
	REFERÊNCIAS	159

1 INTRODUÇÃO

A sociedade está vivenciando a construção de novos paradigmas sociais: trata-se de um contexto em que os usos das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) tem se consolidado em todas as esferas. É impossível pensar o século XXI sem referência aos avanços das ciências em geral e, especificamente, das ciências da informação e das chamadas novas tecnologias. No Brasil, segundo a pesquisa TIC domicílios 2017, o acesso à internet totalizou 42,1 milhões de lares conectados em 2017 (61% das residências). Conforme os resultados, esse acesso se dá na proporção de 65% nas áreas urbanas, o que corresponde a 38,8 milhões de domicílios.¹

Ainda conforme a pesquisa citada, o acesso por meio de banda larga fixa é de 64% e a móvel (3G ou 4G) é de 25%, contudo o acesso móvel continua sendo o mais utilizado pelas classes denominadas como D e E, na ordem de 48%. As atividades mais mencionadas na pesquisa são: o envio de mensagens (90%), o uso de redes sociais (77%) e o acesso a vídeos na internet ou músicas *on-line* (71%), o que representa 85 milhões de pessoas, tendo como faixa etária predominante as pessoas com 16 anos ou mais. Já em relação aos serviços de governo eletrônico utilizados, os mais citados foram direitos do trabalhador e previdência (28%) e educação pública (28%), demonstrando que a população brasileira tem adotado as tecnologias digitais de informação e comunicação nos vários âmbitos cotidianos.

No bojo da crescente digitalização das práticas sociais ocorre, também, “mudanças na discursividade” (DIAS, 2018, p. 20) e, por consequência, a resignificação “das formas históricas de assujeitamento” (id., *ibid.*). Nesse sentido, é importante compreender os modos como o digital, marcado pelo paradigma tecnológico, produz essas mudanças nas formas de existência. Assim, faz-se necessário considerar o digital na sua historicidade, e isso inclui seus valores simbólicos, os quais, construídos no/pelo discurso do “avanço tecnológico [...], giram em torno da euforia com a inteligência artificial e suas possibilidades de concorrer para uma vida perfeita e sem contratempos” (DIAS, 2018, p. 25). A utopia tecnológica, que se estabelece por um ambiente regido por dispositivos móveis, cria o efeito de “liberdade” HAN (2018, p. 09-24), onde a rapidez do acesso à informação causa a sensação de poder de escolha e da igualdade de oportunidades,

¹ Disponível em: <<https://www.cetic.br/noticia/acesso-a-internet-por-banda-larga-volta-a-crescer-nos-domicilios-brasileiros/>>. Acesso 01/10/19.

engendrando a ilusão de que caminhamos para a horizontalização das relações e para uma sociedade mais equitativa, quando na verdade as técnicas de exploração apenas foram refinadas pela superestrutura.

As questões concernentes ao “processo de individuação pelo discurso digital” (DIAS, 2018, p. 27) foram, em alguma medida, construídas durante os quatro anos em que atuamos no P.E.J.A./UNESP² (Projeto de Educação de Jovens e Adultos), iniciativa que realiza intervenções junto à comunidade com o intuito de contribuir para a alfabetização e a inserção social de jovens e adultos. Uma de suas atividades é o denominado Projeto de Letramento Digital, que atende, na cidade de São José do Rio Preto, no C.C.I./S.J.R.P. (Centro de Convivência do Idosos de São José do Rio Preto). Esse órgão, vinculado à Prefeitura da cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, atende basicamente adultos que estão na faixa dos 60 aos 80 anos de idade, de classe média-baixa, com pouca escolaridade, tendo tido pouco ou nenhum contato com as TDIC (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação). O projeto tem como objetivo proporcionar a integração no ambiente digital, por meio da leitura de reportagens, gerenciamento e redação de correspondências por e-mail, acesso às redes sociais, pesquisas em site de buscas, entre outros.

Essa experiência nos proporcionou um contato estreito com os participantes e os letramentos, resultando no Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia,³ cuja atenção foi direcionada para dois focos centrais: a atribuição de sentidos por parte dos idosos em relação aos textos de comando e janelas de diálogo e o vocabulário utilizado no contexto digital, e as questões que envolvem a valorização da oralidade como modo de enunciação complexo e elaborado. Assim, em meio a muitas outras questões feitas aos participantes, as duas respostas mais recorrentes, no que se refere ao motivo de ali estarem, tivemos as constantes respostas: “porque hoje em dia precisa, né” e “porque minha família sempre me fala que preciso aprender isso”. Tais narrativas provocaram indagações sobre a (re)ordenação da forma-sujeito

² O Projeto de Educação de Jovens e Adultos foi criado na Unesp no ano de 2000, na época vinculado ao Programa Unesp de Integração Social Comunitária, da Pró-Reitoria de Extensão Universitária – PROEX, com o objetivo de estabelecer uma política pública para a educação de jovens e adultos, buscando parcerias comunitárias locais e visando à contribuição de recursos para a formação de cidadãos – leitores críticos e participativos, bem como a de professores com a visão de “Educadores Populares”. Disponível em: <<https://www.ibilce.unesp.br/?viewType=Print&viewClass=Print#!/noticia/2108/projetos-de-extensao-do-ibilce/>>. Acesso 26/10/19.

³ Intitulado “Valorização de práticas orais em EJA: relato de experiências”, orientado pela Profa. LD. Luciani Ester Tenani, em 2015, no IBILCE/UNESP.

histórica “a partir de uma ‘mexida’ nas formas de assujeitamento” (ORLANDI, 2013, p. 16).

Daí em diante, as ponderações sobre a subjetividade e as formas de identificação dos sujeitos, notadamente em relação aos efeitos que o(s) discurso(s) do digital produzem “na constituição dos sujeitos sócio-políticos” (DIAS, 2018, p. 56) foram sendo aprofundadas. Ao longo dessas reflexões, o fato dos projetos desenvolvidos no C.C.I./S.J.R.P. serem direcionados por políticas públicas motivaram o interesse pelo digital na narrativa do Estado brasileiro. As pesquisas preliminares constataram diversas ações que contemplam o digital, dentre elas a “Política Nacional de Inclusão Digital”, organizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC), cujo enfoque principal é o desenvolvimento de “serviços públicos relevantes para o desenvolvimento do país”⁴. As justificativas para implementação das ações, versavam, em geral, sobre a necessidade de fomentar a sedimentação da cultura digital no Brasil, com base na justificativa de que um dos requisitos necessários para o desenvolvimento econômico e vertical do país será a incorporação das práticas digital(izadas) pelo povo brasileiro.

Diante disso, procuramos por trabalhos que contemplassem o digital como objeto, verificando que inúmeras pesquisas a respeito das tecnologias digitais e suas relações vêm sendo desenvolvidas sob as mais diversas abordagens. Em repositórios digitais, encontramos resultados de discussões sobre o digital em diversas áreas (Tecnologia da Informação, Sociologia, Educação, Matemática, Linguística, dentre outras): dos trabalhos que propõem o debate sobre as relações entre educação e ideologia, mesmo que sob perspectivas diferentes da nossa, citamos ARROYO (2007) e PIERO (2005). Ainda na intersecção com as TDIC, também tivemos contato com vários trabalhos em fase processual, os quais se voltam, na maioria dos casos, para questões políticas (PESSOA, 2019; CARREON, 2019; FULANETI 2019, ARAUJO & COSTA, 2019), fake news (SILVA, 2019) e assuntos viralizados (COSTA, 2019).

Com o amadurecimento de nossas questões, propusemos este trabalho para refletirmos sobre o(s) discurso(s) do digital no sentido de problematizar seu(s) valore(s) simbólicos diante do paradigma tecnológico. Essa proposta parte da

⁴ Disponível em: <<https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/institucional/paginaInstitucional.html>>. Acesso em: 01/10/19.

hipótese de que as vozes institucionais brasileiras tratam das tecnologias digitais como via direta para o crescimento econômico do país, bem como para o acesso a lugares de prestígio no cenário internacional e, por isso, fazem dos valores simbólicos atrelados às TDIC efeitos de poder. Como objetivo geral, buscamos investigar o(s) discurso(s) relacionado(s) às tecnologias digitais, bem como o processo de assujeitamento diante do paradigma tecnológico enquanto processo discursivo. De forma específica, procuramos: (i) verificar se e de que modo os discursos institucionais agenciam o sujeito para o consumo da tecnologia; (ii) investigar as relações de poder que constituem os discursos sobre as tecnologias digitais de informação e comunicação; e (iii) analisar os efeitos de sentidos que emergem do significante *desenvolvimento* e suas paráfrases.

Com base nos objetivos propostos, o dispositivo teórico da Análise do Discurso (AD) francesa pecheuxtiana mostrou-se pertinente, uma vez que a disciplina tem como foco “a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos” (ORLANDI, 2015, p. 24), encarando a língua na sua relação com o histórico e com o político. Levando em conta a natureza desta pesquisa, nosso *corpus* é constituído pelo documento *Estratégia brasileira para a transformação digital*⁵, em especial as seções voltadas à apresentação, à introdução e à metodologia, bem como os capítulos dedicados à capacitação e educação profissional e pesquisa, desenvolvimento e inovação. Levando em conta que buscamos apreender o funcionamento do discurso do digital na narrativa do Estado brasileiro, decidimos dispor de outros dois documentos institucionais: O *Guia de implementação do Novo Ensino Médio* e o *Manual do pesquisador do Plano Progridir*. Eles funcionam, no gesto analítico, como possibilidade de contraposição dos recortes, com o fito de examinar se os sentidos se mantêm ou se há deslocamentos. Nomeamos esses documentos como *corpus* complementar.

No capítulo 1, intitulado *Tecnologias digitais de informação e comunicação*, procura situar, panoramicamente, a emergência do digital na sociedade e apresentar os dois conceitos que permearão todo o trabalho, o primeiro relacionado aos processos históricos de discursivização das tecnologias digitais, e o segundo às tensões de força que permeiam a relação sujeito/Estado. O capítulo 2, cujo título é A

⁵ Disponível em:<

<http://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/arquivos/estrategiadigital.pdf>>. Último acesso: 30/10/19.

teoria discursiva pecheuxtiana, trata das questões teóricas que constituem a AD francesa, bem como das noções mobilizadas nesta pesquisa, quais sejam: relações de força/poder, formação discursiva e paráfrase. O capítulo 3, nomeado como *Gestos analíticos: sentidos sobre as tecnologias digitais*, se concentra nos gestos de interpretação, que são compostos pela apresentação das condições de produção contíguas e imediatas à emergência do documento *Estratégia brasileira para a transformação digital*, pela descrição do material, pela explicitação da constituição do *corpus* e, por fim, sua descrição e análises. Por fim, apresentamos as *Considerações finais* e, depois, as *Referências*.

Consideramos que o trabalho poderá contribuir com a problematização e a reflexão a respeito dos valores simbólicos agregados ao digital, assim como a dimensão da interpelação dos sujeitos pela máquina pública diante dos efeitos de poder que o discurso institucional, por meio das políticas públicas, exerce. Ao considerarmos que as políticas públicas são traçadas obedecendo objetivos especificamente elencados e estes, por sua vez, transpassados pelas relações de poder que permeiam todas as instâncias, temos a perspectiva de evidenciar o jogo político no funcionamento do discurso. De igual maneira, pretendemos colaborar com os estudos sobre a temática do digital, em especial no âmbito do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), pois entendemos que uma mesma temática investigada à luz de diversas teorias abre brechas para a compreensão da riqueza do campo da linguagem. Dito de outra maneira, olhar o que seria o mesmo “objeto” com lentes diferentes fortalece as pesquisas que utilizam a linguagem em situações específicas como material de análise, assim como consolida o campo científico que toma como material as relações sociais

2 TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O presente trabalho é constituído pelo interesse no jogo discursivo em suas relações com o atravessamento ideológico. Dessa maneira, também indaga o sujeito e os “processos de subjetivação que o constituem na sociedade” (DIAS, 2018, p. 50), o que implica “perguntar pelo funcionamento da linguagem e da ideologia [...] e pelos discursos constituídos em determinada formação social, histórica e com suas formas institucionais e políticas” (*id.*, *ibid.*).

Nesse sentido, os movimentos apresentados neste capítulo procuram situar as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), bem como discorrer sobre as premissas que orientam este trabalho. Para isso, procuramos, em um primeiro momento, delinear a construção e os entrelaçamentos do digital em nossa sociedade, de modo a traçar um panorama geral. Posteriormente, abordamos os valores simbólicos atrelados às TDIC, objetivando sinalizar imaginários possíveis. Na última parte, tratamos da tensão de forças entre sujeito e Estado que, agregando o(s) discurso(s) sobre as tecnologias digitais, rege as estratégias políticas aplicando o digital para a potencialização do sistema vigente, assim como para a interpelação do sujeito.

2.1 O mundo digital(izado): o(s) discurso(s) que circula(m)

CASTELLS (2019) afirma que na sociedade que está sendo construída – a sociedade em rede – a característica social mais evidente tem sido a transformação da comunicação. A partir da década de 90, com a explosão da comunicação sem fio, o aprimoramento e difusão da conectividade de telefones celulares possibilitou a marca, em 2008, de 3,4 bilhões de usuários, ou seja, 52% da população mundial (CASTELLS, 2019, p. 19). Estudos na China, na América Latina e na África mostraram que, a despeito dos fatores econômicos e da concentração de infraestrutura de comunicação de forma desigual, as classes consideradas pobres priorizam suas necessidades de comunicação, aplicando, dentro de suas possibilidades, suas rendas no uso das redes de internet (*id.*, *ibid.*).

Ainda segundo CASTELLS (2019), a comunicação sem fio se tornou a forma predominante de telecomunicação em toda parte, especialmente nos países considerados em desenvolvimento, sendo que em 2002 o número de usuários de

telefones celulares ultrapassou a marca de contratos de telefonia fixa em todo o mundo, fazendo com que a capacidade de se conectar à internet por meio de um dispositivo sem fio (celulares, tablets, etc.) torne-se a principal via de acesso às redes digitais de comunicação.

Esse cenário é fruto da demanda, cada dia mais intensa, de serviços realizados pela internet, a qual configura, atualmente, uma das principais bases da comunicação em nossas vidas, já que sua variada gama de aplicações permite a interatividade em inúmeras esferas, como trabalho, conexões pessoais, informações, entretenimento, serviços públicos, política, religião, etc. Da mesma maneira, a adesão de vários dispositivos conectados à internet, tais como smart-tv, refrigeradores, leitores digitais, monitoramento de residências por meio de celulares, entre outros, faz com que as práticas cotidianas se tornem cada vez mais permeadas pelo digital, confirmando, o direcionamento dos estudos de CASTELLS (2019), o qual afirma que já está em curso a formação de um sistema de comunicação digital multimodal e multicanal que integra todas as formas de mídia.

Além dos usos já citados, a internet tem mediado o acesso de, senão de todos, quase que a totalidade dos meios de comunicação em massa (televisão, rádios, jornais), bem como outros itens que integram os setores cultural e informativo (filmes, músicas, revistas, livros, etc.) (CASTELLS, p. 19-20, 2019), práticas que propiciam o atravessamento do sujeito pelo digital, constituindo outros modos de interação e subjetivação. Diante disso, não é estranho afirmar que a difusão do compartilhamento de informações em larga escala, bem como a rapidez com que as informações têm sido compartilhadas estão (re)modelando as práticas sociais e também a constituição dos sujeitos à medida em que se naturaliza a relação tecnologia e sujeito-linguagem-mundo (DIAS, 2018). Dito de outra maneira,

a relação homem-máquina é uma relação que já faz parte da própria constituição dos sujeitos. Quando um indivíduo nasce, ele já nasce afetado pela relação com a máquina. E isso tem consequências na própria constituição da forma-sujeito, no modo de constituição histórica dos sujeitos (DIAS, 2018, p. 49).

Partindo, então, dessas considerações iniciais, propomos, lançar um olhar discursivo no sentido de compreender “o digital como campo de questões, a partir do qual se produzem objetos de análise de discurso” (DIAS, 2018, p. 11). Da mesma maneira, pretendemos situar a construção do que CASTELLS (2019) nomeia como

“sociedade em rede”⁶, movimentos necessários para a compreensão dos processos de afetação dos sujeitos dessa/nessa ordem social, o que pode culminar na sua própria (re)constituição, face aos valores simbólicos e ideológicos que emergem da/na (re)produção de discursos sobre o digital.

Acreditamos que os propósitos dessa abordagem dialogam com a hipótese do nosso trabalho – as vozes institucionais brasileiras tratam as tecnologias digitais como via para o crescimento econômico do país, bem como para o acesso a lugares de prestígio no cenário internacional e, por isso, fazem dos valores simbólicos atrelados às TDIC (Tecnologias Digitais de Informação e comunicação) efeitos de poder – na medida em que compreender a historicidade e os discursos que atravessam os sujeitos contribuem para situar o que PÊCHEUX & FUCHS ([1975] 1997) chamam de “condições de produção”⁷, que envolvem os pré-construídos, as formações imaginárias, a posição-sujeito. Assim, entender as condições de produção colabora com o movimento das emersões dos efeitos de sentido dos dizeres, o que pode situar ou fazer emergir o fio discursivo.

De igual modo, admitimos o diálogo que essa parte do trabalho mantém com os objetivos: (ii) investigar as relações de força que constituem os discursos sobre as tecnologias digitais de informação e comunicação e (iii) analisar os efeitos de sentidos que emergem do significante desenvolvimento e suas paráfrases, conexão que se efetiva, tendo em vista os atravessamentos ideológicos que constituem os sujeitos, assim como a historicidade dos sentidos. Dito isso, destacamos o motivo de adotarmos a noção de sociedade em rede: juntamente com CASTELLS (2019), reconhecemos que uma outra cultura está se formando, “a cultura da virtualidade real, na qual redes digitalizadas de comunicação multimodal passaram a incluir de tal maneira todas as expressões culturais e pessoais a ponto de terem transformado a virtualidade em uma dimensão fundamental da nossa realidade” (CASTELLS, 2019, p. 23-24).

Por isso, a noção de uma sociedade em rede concebe o digital não como fator que possa ser separado das relações sociais, entendido apenas como ferramenta para determinada finalidade, mas como constituinte das práticas sociais e dos sujeitos, que são afetados em sua forma-sujeito por essas práticas e por suas

⁶ A noção de sociedade em rede será desenvolvida no decorrer deste tópico.

⁷ Essa noção será abordada nos capítulos posteriores.

estruturas discursivas, as quais, nos parece, orbitam em torno do pensamento universalista⁸, cuja aparência de infalibilidade do pensamento tecnológico

produz [...] um sujeito universal personalizado, para o qual o princípio da não contradição é sustentado pela produção de pequenos sistemas lógico-digitais universalizantes, [...] [que] têm efeitos sobre o funcionamento das instituições, das formas de administração dos sujeitos, dos discursos, a saber, dos processos de individuação na sociedade (DIAS, 2018, p. 55).

Nas palavras de Castells, “as redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela” (CASTELLS, 2019, p. 62). Contudo, é importante frisar que não concebemos as transformações sociais em função da tecnologia digital, antes reconhecemos a complexidade e a historicidade das coisas, embora seja inegável que a sociedade tem utilizado a tecnologia em uma interação dialética, o que permite dizer que os sujeitos são atravessados pela lógica, assim como pelos discursos que orbitam as TDIC.

A internet, fruto do financiamento militar e dos mercados eletrônicos da década de 40 à de 60, progrediu exponencialmente nos anos 1970, pela influência, segundo CASTELLS (2019), da cultura da liberdade e iniciativa empreendedora advinda da cultura das universidades norte-americanas da década de 1960, histórico que chama a atenção para a atuação do Estado nos processos de aprimoramentos tecnológicos, (visto que sua aplicação inicial foi em tempos de guerra) o que nos ajuda a pensar sobre o papel que o Estado pode representar, na “medida que expressa e organiza as forças sociais dominantes em um espaço e uma época determinados” (CASTELLS, 2019, p. 70).

Nessa perspectiva, é possível perceber que o processo histórico em que esse aprimoramento “de forças produtivas ocorre assinala as características da tecnologia e seus entrelaçamentos com as relações sociais” (*id.*, *ibid.*), ou seja, as tecnologias expressam os valores e ideais das sociedades em que foram criadas/implementadas, visto que toda tecnologia configura, de certa forma, respostas à indagações e necessidades que são historicamente construídas. Assim, ao focarmos na atualidade, nos parece que o que tem sido discursivizado como revolução tecnológica, ao referir-se ao aprimoramento, implementação e

⁸ A noção de universalismo será mais detalhada no próximo tópico.

sedimentação das TDIC em nossa sociedade, não segue um curso diferente. Originando-se e difundindo-se em um período histórico da reestruturação global do capitalismo, para o qual foi ferramenta básica, a sociedade que emerge desse processo é, além de informacional, capitalista, resguardadas as variações geográficas, culturais e institucionais (CASTELLS, 2019, p. 70-71).

Dessa maneira, construídos por uma sociedade capitalista, os aprimoramentos e as manifestações dessa revolução tecnológica foram (e são, em grande medida) moldados pela lógica e interesses do capitalismo (CASTELLS, 2019), ao longo do processo de emergência “do informacionalismo como a nova base material e tecnológica da atividade econômica e da organização social” (*id.*, *ibid.*), relação ensejada, também, pelo processo de enfraquecimento do estatismo⁹. LOVELUCK (2018) aponta que a informação, no contexto digital, tem como uma de suas características constitutivas a economia política, sendo que a transição para o contexto digitalizado culminou no que ele chama de liberalismo informacional, sistema que integra o digital a serviço do liberalismo, sendo que para além de um modelo econômico, o liberalismo representa “um modelo cognitivo para pensar a sociedade, cujas origens são explicitamente políticas e sociais” (*id.*, *ibid.*, p. 108).

O autor, citando ROSANVALLON (1999), nos diz que o liberalismo extrapolou a dimensão econômica a partir do século XVIII, assumindo uma dimensão sociológica que designa os modos de comunicação entre o ser humano (ROSANVALLON, 1999, p. 63-65 *apud* LOVELUCK, 2018). Significativo lembrar que as bases teóricas adotadas neste trabalho concebem que a dimensão sociológica a que ROSANVALLON (1999) alude, é permeada, em grande medida, pelas relações de força/poder, bem como pela instância ideológica, visto que, como já dito por ORLANDI (2015), “não há realidade sem ideologia”. Da mesma maneira, a teoria pecheuxiana concebe a ideologia diretamente associada à instância econômica, motivos que justificam a importância de buscar o entendimento do sistema econômico e da ideologia que atravessa o digital, para podermos ‘ler’ o real.

Ainda conforme LOVELUCK (2018), o liberalismo tem como uma de suas bases um discurso de filosofia política alternativa, ou seja, uma filosofia ‘apolítica’

⁹ Sistema político em que o Estado intervém diretamente no domínio econômico. Disponível em:< <https://dicionario.priberam.org/estatismo>>. Acesso: 15/05/20.

que aspira uma sociedade civil autorregulada, prescindindo da legitimidade dos governos (LOVELUCK, 2018, p. 108). Essa perspectiva, segundo o autor, é marcada por uma sociedade cujo regulador social é o mercado (econômico) e não o contrato (político), mesmo que se tenha representantes políticos. Portanto, sendo o liberalismo o sistema econômico que rege a sociedade em rede, suas premissas filosóficas e políticas se apresentam “como aspecto culminante de um ponto de vista tanto social quanto político” (id., *ibid.*, p. 110), aspectos que certamente atravessam os sujeitos, afetando-os constitutivamente.

No contexto do liberalismo, o Estado, ocupando a função de coadjuvante, procura implementar políticas que colaborem com a construção e a manutenção da sociedade de mercado que, entre outras ações, foca (a partir do século XVIII) na contenção do que FOUCAULT (2004) chamou de “exageros do governo” , estabelecendo um limite interno que assumirá a forma de mercado, posteriormente racionalizado e justificado pela economia política (FOUCAULT, 2004, p. 6-15 *apud* LOVELUCK, 2018, p. 110), o que evidencia as relações de força/poder, bem como a hegemonia do mercado sobre o Estado. Esse sistema econômico-político reflete, segundo Loveluck (2018), sobre a organização, a distribuição e a limitação dos poderes em nossa sociedade. De maneira semelhante, Castells (2019, p. 74) afirma que os paradigmas das esferas dominantes da sociedade permeiam a tecnologia e as relações de produção, difundindo-se por todas as estruturas e práticas sociais, modelando o comportamento e a comunicação simbólica.

O quadro atual do Brasil que, assim como todo o planeta, está em pandemia pela COVID-19¹⁰, situa as condições de produção explicitadas por LOVELUCK (2018) e CASTELLS (2019), fazendo, também, com que a tensão de forças entre Estado e mercado emerjam, sinalizando os modos como a sociedade de mercado atravessa os sujeitos. Essa emersão é possível ao focalizarmos o decreto de isolamento social (também conhecido como quarentena), que tem a finalidade de diminuir as chances de contágio pelo vírus, situação que provocou a mobilização da

¹⁰ A **COVID-19** é uma doença causada pelo Coronavírus **SARS-CoV-2**, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a maioria dos pacientes com COVID-19 (cerca de 80%) podem ser assintomáticos e cerca de 20% dos casos podem requerer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória e desses casos aproximadamente 5% podem necessitar de suporte para o tratamento de insuficiência respiratória (suporte ventilatório). Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>>. Acesso: 06/05/20.

classe empresarial de todo o país, pela retomada e reabertura do comércio¹¹, baseada no argumento de que o isolamento prejudica a economia brasileira.

Tal cenário evidencia o que já apontamos sobre a imposição de limites feita pelo mercado ao Estado, quando a questão econômica é supervalorizada durante uma pandemia mundial em curso. Da mesma maneira, o clamor da parcela que rege o mercado, assim como o proletariado que a apoia, marca os processos de atravessamento dos sujeitos pela ideologia do liberalismo na emersão de dizeres, muitas vezes favoráveis às falas do atual presidente (Jair Messias Bolsonaro), que se mostra contrário ao isolamento social adotado pela maioria dos governadores dos estados brasileiros. Ainda nesse contexto, os posicionamentos, tanto contra, quanto a favor da quarentena, estão sendo discursivizados pelos sujeitos nas diversas redes sociais digitais (Facebook, Instagram, Twitter), por meio de memes, charges, paródias, vídeos, etc., bem como noticiados nos diversos sites de notícias dentro e fora do Brasil, o que destaca os desdobramentos da sociedade em rede da qual temos falado, sinalizando o processo de naturalização do digital e dos modos de circulação que o constituem.

Seguindo em nosso percurso, que busca assinalar o panorama histórico-político-social em que as tecnologias digitais emergiram, no sentido de entender os modos como os sujeitos são afetados, relembremos os anos 1990, que apresentaram ações políticas e sociais predominantes com tendência à construção em torno de identidades primárias, ou seja, um processo social que buscava que os sujeitos se reconhecessem e construíssem determinados significados, a ponto de excluírem outras estruturas sociais. Dessa forma, os primeiros passos históricos das sociedades informacionais parecem, segundo Castells (2019), caracterizar-se pela preeminência da identidade como seu princípio organizacional. Esse contexto permitiu que, no cerne da produção, os bens materiais fossem sendo substituídos pelos serviços culturais e, a partir do século XX, passamos a vivenciar um intervalo histórico, cuja característica principal é “a transformação da nossa ‘cultura material’ pelos mecanismos de um novo paradigma tecnológico que se organiza em torno da tecnologia da informação” (CASTELLS, 2019, p. 87).

¹¹ Tratando-se de um acontecimento que está ainda em curso e do impacto mundial que tem tido, a mídia, de um modo geral, publica diariamente reportagens que abordam o tema, sendo possível, por meio de uma breve busca na internet, encontrarmos materiais variados sobre esse assunto.

Segundo o autor, essa transformação vem se expandido exponencialmente devido a sua capacidade de criar uma interface comum onde a informação é “gerada, armazenada, recuperada, processada e transmitida” (CASTELLS, 2019, p. 88), o que tem tornado o mundo cada vez mais digital. Embora seja inegável que o digital tem (re)organizado as práticas sociais e, logo, atravessado os sujeitos, CASTELLS (2019) reconhece (e nós concordamos) que a transformação a qual se refere diz respeito, como no intervalo histórico que conhecemos como Revolução Industrial, às formas como são aplicados os conhecimentos e a informação para a geração de conhecimentos e dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação entre a inovação e seu uso.

Dito de outra maneira, os rumos do que se tem chamado de transformação digital são e serão ditados pela gestão e práticas humanas e sociais, dependendo, portanto, desses modos para que o potencial da circulação da informação, assim como o aprimoramento das tecnologias digitais gerem efeitos positivos na sociedade, no que tange ao compartilhamento de conhecimento, inclusão das minorias e rupturas com sistemas excludentes, ou seja, o aprimoramento das TDIC e, por consequência, a aplicabilidade voltada para o desenvolvimento social “é tão cultural e institucional quanto econômica e tecnológica” (*id.*, *ibid.*, p. 93). Importante lembrar que em uma das questões de nosso trabalho ecoa o pensamento de CASTELLS (2019), quando propomos problematizar o discurso da “euforia com a inteligência artificial e suas possibilidades de concorrer para uma vida perfeita e sem contratempos” (DIAS, 2018, p. 25).

Nesse seguimento, a circulação, como uma das características fundamentais das TDIC, ocupa um lugar de centralidade nesse novo paradigma em construção, visto que a revolução da qual temos falado situa-se principalmente no modo de circulação do aqui e agora, o que afeta os sujeitos e a constituição dos sentidos (DIAS, 2018, p. 34-35). Tal paradigma abrange, também, o hipertexto, o qual traduz uma visão de sociedade formada por redes de contato; ao clicar nos links, estabelecemos uma relação rizomática, nas palavras de ROBIN (2016 *apud* DIAS, 2018). Logo, a flexibilidade e a instabilidade desse tipo de organização rompem com a linearidade e inaugura “um outro tipo de narratividade” ¹² (DIAS, 2018, p. 155). Essa narratividade, que é produzida por meio do que DIAS (2018) chama de

¹² A narratividade da qual falamos aqui não é colada ao significado de gênero, mas conforme a definição de Orlandi (2017, p. 207), que a coloca como “o modo como a memória se diz”.

escritura de si¹³, faz parte do real da língua e inscreve o político e a ideologia na produção da memória enquanto memória discursiva que, em um ciclo de (re)produção de sentidos, vai alterando a constituição da memória e da própria narratividade dos sujeitos (*id.*, *ibid.*, p. 156 - 157).

Como espaço de compartilhamento de ideias e opiniões, a rede digital interessa ao sistema político-econômico na medida em que o sujeito de dados (DIAS, 2018) - “centrado sobre o princípio tecnológico de uma sociedade digital, na qual sujeito e sentidos se constituem em seu cotidiano por uma capitalização constante dos dados que ele fornece ao utilizar dispositivos e sistemas digitais universalizantes” (DIAS, 2018, p. 168) - é caracterizado como moeda. Dito de outra forma, em um sistema neoliberal, o que os sujeitos comem, os lugares que frequentam, onde moram, onde trabalham, suas posturas políticas, seu poder aquisitivo, o que leem, as músicas que ouvem, sua lista de amigos, entre outros, interessa ao liberalismo informacional para moldar serviços e produtos personalizados, aumentando o potencial de lucratividade das empresas que usam esses dados (DIAS, 2018, p. 156).

Esse arquétipo tecnológico se baseia, nas palavras de Christopher Freeman (1989/1999), “predominantemente em insumos baratos de informação derivados do avanço da tecnologia em microeletrônica e comunicações” (FREEMAN [entre 1989 e 1999] *apud* CASTELLS, 2019, p. 123), tendo como primeira característica o uso das tecnologias para agir sobre a informação, ao contrário das revoluções anteriores, que utilizavam a informação para agir sobre a tecnologia (CASTELLS, 2019). Um segundo aspecto desse novo paradigma diz respeito à “penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias” (*id.*, *ibid.*, p. 124), em que a informação e seus modos de circulação, como parte integrante da atividade humana atual, afetam diretamente os processos de subjetivação individual e coletiva, embora não determinados pelo meio tecnológico.

Semelhantemente, a flexibilidade, característica que também compõe a sociedade em rede, altera os processos, as organizações e instituições, (re)ordenando as práticas laborais, ao estabelecer um protótipo de categorias de processo menos rígido hierarquicamente, embora seja necessário frisar que a

¹³ A escritura de si é propiciada pelo digital, demarcando “novos espaços de escritura”. Trata-se da escritura de fragmentos, do que é considerado efêmero, mas que, conforme Dias (2018), constitui o sujeito e os sentidos, (re)atualizando a memória discursiva.

migração para formas organizacionais mais fluidas, mesmo que sinalizem mudanças nas relações sociais, não são garantias de mudanças significativas na composição de classes, bem como dos valores simbólicos agregados a cada lugar. Não há como garantir que, na horizontalização das relações, a substituição da representação hierárquica piramidal pela representação neuronal altere os valores simbólicos atrelados ao lugar de topo da pirâmide; a pretensa aproximação dos lugares sociais não altera, por si só, os significados desses lugares, já que são os valores simbólicos construídos historicamente, assim como as tensões de força entre ideologia predominante e ideologias dominadas que estabelecem o jogo simbólico que confere mais ou menos prestígio e poder aos lugares sociais. A partir do rompimento com as práticas sociais excludentes, parece que eventualmente poderão ser assinaladas mudanças substanciais nessas relações. A flexibilidade “tanto pode ser uma força libertadora como também uma tendência repressiva, se os redefinidores das regras sempre forem os poderes constituídos” (CASTELLS, 2019, p. 124).

Continuando nossa proposição, que é a de olhar discursivamente para os modos como os discursos sobre o digital têm afetado os sujeitos, bem como problematizar esses discursos que, nos parece, colocam as tecnologias digitais como condição essencial para o aprimoramento do pensamento humano e também para a implementação de uma sociedade mais equitativa, abordamos a questão da Educação, assunto que foi e ainda é discursivizado, no Brasil, como um dos pilares para o desenvolvimento humano e econômico. Nos dizeres de ORLANDI (2016), “a educação [...] é sempre promovida, sempre procurada”. Porém, concordamos com a autora, que alega

que, embora a educação seja um argumento sempre presente em campanhas políticas em discursos do governo, para mostrar que trabalham em política pública social, sabemos que não há projetos, nem investimentos reais e suficientes para a educação social (ORLANDI, 2016, p. 70).

Diante da aparente contradição, indagações foram sendo construídas, motivando a proposição do paralelo entre Educação e TDIC's, um dos motivos pelos quais incluímos em nosso *corpus* de análise o recorte voltado a esse assunto. A título de exemplificação, trazemos alguns recortes de documentos voltados à Educação, bem como do nosso *corpus* de análise, os quais serão retomados nos

capítulos posteriores. Dentre eles, o e-book *Estratégia brasileira para a transformação digital*¹⁴, afirma que

o provimento de uma educação de qualidade é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da nação e o aumento da prosperidade e competitividade brasileiras frente aos demais países do mundo (BRASIL, p. 45, 2018).

Semelhantemente, a introdução da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) - documento referência para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados - afirma que o documento é orientado “pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BRASIL, 2017, p.7). Também a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental, ao determinar que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Diante do exposto, nossas reflexões sinalizam que os discursos sobre Educação têm sido atravessados pelo(s) discurso(s) do digital. De maneira específica, nos parece que as TDIC têm sido discursivizadas (também, mas não somente) como ferramentas que podem proporcionar o que chamam de transformação da Educação, ou seja, uma mudança drástica nas formas de ensinar e nos resultados do ensino escolar, o que pode, em um primeiro momento, ser encarado como algo isento, já que o imaginário mais imediato da ‘transformação’ se relaciona com sentidos como: positivo, melhoria, mudança profunda, etc. Entretanto, um olhar mais atento pode evidenciar outros significados, como os que emergem já no primeiro recorte que trazemos, em que se defende que o ensino escolar prevê o aumento da competitividade diante dos demais países, sinalizando que a escola faz, também, parte do sistema neoliberal, o que pode des(arranjar) os efeitos de sentidos do significante *transformação*.

Um exemplo que ratifica esse des(arranjo) é o documento *Tecnologias para a transformação da Educação: experiências de sucesso e expectativas*¹⁵, que

¹⁴ Tratamos do documento em questão, de maneira mais detalhada, no capítulo 3.

¹⁵ Documento organizado por Francesc Pedró García, diretor de política educativa da UNESCO. O texto foi publicado pela própria UNESCO no ano de 2014. Disponível em: <

apresenta como justificativa dessa ‘transformação’ o fato de que a contemporaneidade exige essas adequações, devido aos benefícios que seu uso (da tecnologia) massivo poderá gerar. De maneira resumida, o documento demarca as iniciativas que tiveram êxito com o digital, encaminhando propostas para a América Latina implementar e sedimentar a cultura digital. Contudo o texto é composto por dizeres que indicam uma preocupação maior, não com o aprimoramento do compartilhamento dos conhecimentos institucionalizados e com a aprendizagem, mas com o acultramento digital e com a possibilidade dos estudantes se tornarem consumidores e produtores de conteúdo do/no digital, o que pode sinalizar tanto os efeitos de sentido relacionados ao significante *desenvolvimento*, o qual abordamos na análise, quanto os valores simbólicos agregados ao digital, ao relacionarmos com o imaginário de que o acesso massivo das tecnologias digitais tem potencial de mudanças grandiosas.

Da mesma maneira, a argumentação do documento aponta a necessidade premente do acultramento digital no ensino, alegando que tais práticas se tornaram contemporâneas, necessárias e refinadas, fazendo emergir os valores simbólicos que nossa sociedade tem atribuído às tecnologias digitais. Outro exemplo que demarca, em nosso material, as tecnologias digitais significadas como potencial autônomo de mudança, se refere ao *Objetivo 4* (um dos *17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU*¹⁶), adotado também no texto do documento *Estratégia brasileira para a transformação digital* como uma das metas na implementação e sedimentação das TDIC no Brasil, o qual afirma que educação de qualidade é “computadores com acesso a conteúdos digitais, ensino à distância, treinamento de professores e capacitação profissional” (BRASIL, 2018, p.6). Desse modo, os dizeres mencionados constituem, nos parece, o discurso sobre as tecnologias digitais, essas significadas como potência direta para o desenvolvimento social e econômico do país, o que procuramos problematizar nesse trabalho.

Nossas afirmações se baseiam nas relações feitas a partir do documento *Tecnologias para a transformação da Educação: experiências de sucesso e expectativas*, que apresenta proposituras de mudanças nas práticas escolares por meio das TDIC, situação em que a Educação é modificada pela tecnologia digital ao

http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Brasilia/pdf/brz_ci_preliminar_doc_tecnologias_transformacao_educacao.pdf>. Último acesso: 02/12/20.

¹⁶ Conferir <<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>> Acesso em 29/09/2017.

mesmo tempo em que agrega a cultura do digital para si, tornando estudantes em usuários e/ou produtores de conteúdos digitais, gerando demandas de consumidores, bem como de trabalhadores da área da tecnologia digital, campo que, a nosso ver e conforme as pesquisas que temos feito nesse trabalho, tem sido instado como principal foco nas estratégias para o crescimento econômico do Brasil. Nessa perspectiva, retomamos o documento citado acima que, do mesmo modo, afirma que “uma das questões educativas que maior interesse suscita na América Latina é a dos usos da tecnologia” (UNESCO, 2014, p. 04), uma vez que o objetivo é

transformar o ensino para sintonizá-lo às crescentes expectativas sociais e econômicas. Trata-se, definitivamente, de criar os alicerces para que *os países da América Latina contem com uma base de cidadãos* que saibam aproveitar as oportunidades da sociedade do conhecimento e *contribuam como trabalhadores ao desenvolvimento econômico de sua comunidade e de seu país* (UNESCO, 2014, p. 04)¹⁷.

Apontar, logo na introdução, que o objetivo é formar uma base humana que, por meio da sociedade do conhecimento – como é comumente conhecida a era digital –, contribua como trabalhadora no desenvolvimento econômico de seu país, já possibilita a emersão dos valores simbólicos agregados às TDIC, os quais nos parecem ser carregados de significados que as automatizam, como se sua pertinência se restringisse somente ao acesso. Esse ‘esquecimento’ dos modos como o digital é/deve ser praticado pode indicar, quando se lê nas entrelinhas, que as instituições escolares devem se reestruturar e formar trabalhadores que necessariamente atuem nessa área, já que as tecnologias digitais são tidas como oportunidades mediadoras, também, do desenvolvimento econômico. Outro avanço que esse trecho nos possibilita se dá por meio das pistas discursivas relacionadas à ideologia que predomina nos documentos institucionais, a qual nos parece fundamentada nos princípios neoliberais de incentivo do consumo e produção de produtos e serviços.

Dessa maneira, podemos dizer que a significação das tecnologias baseadas em modelos autônomos - cujas premissas preterem o fato de que o empoderamento digital obedece à mecanismos das diferentes tensões de força que constituem as

¹⁷ Grifos nossos.

práticas sociais (FOUCAULT, 2019, p. 19 *apud* KOMESU; GALLI, 2016, p. 176) - têm ecoado no imaginário acerca do digital. Isso posto, procuramos traçar, no próximo tópico, os possíveis percursos das significações que constituem os discursos sobre as tecnologias digitais, com o intuito de tratar dos valores e ideias que orbitam o digital, correlacionado à tecnologia, ciência e desenvolvimento.

2.2 Tecnologia, ciência, desenvolvimento: sentidos em movimento

Ancoramo-nos em DIAS (2018), para quem, embora o conceito de tecnologia venha sendo discursivizado como inquestionável e de maneira naturalizado, entendemos, “ao contrário do que parece se difundir, muito em função das possibilidades tecnológicas propiciadas pelo digital, tecnologia é um conceito extremamente opaco” (*id.*, *ibid.*, p. 35). Levando em consideração as formas como, dia após dia, as tecnologias digitais têm afetado as diversas práticas sociais e, conseqüentemente, os sujeitos, pontuamos que as pretensões no presente trabalho não residem nos estudos a respeito do digital como técnica por si só; nosso interesse está, antes, no que tem sido chamado de sociedade da informação ou sociedade em rede, no sentido de propor reflexões acerca do discurso e, por consequência, os modos como os sujeitos são afetados pela/na tecnologia digital.

Considerando a teoria pecheuxtiana, procuramos olhar as TDIC pelas lentes do materialismo histórico, que diz “respeito à superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1997, p. 165), isso porque “o funcionamento da instância ideológica deve ser concebido como determinado em última instância pela instância econômica, na medida em que aparece como uma das condições (não-econômicas) da reprodução da base econômica” (*id.*, *ibid.*). Dito de outra maneira, a Análise de Discurso pecheuxtiana entende que os discursos materializam as ideologias e que essas ideologias são definidas essencialmente pelos processos político-econômicos determinados historicamente. Dessa maneira, concebemos as relações sociais como processos historicamente constituídos pela instância político-econômica.

Embora saibamos que os significados do digital atravessem todas as indagações deste trabalho, e nisso reside a pertinência em abordar seus valores simbólicos, este tópico se propõe a mirar, de maneira mais direta, os

questionamentos acerca de nosso objetivo (iii): analisar os efeitos de sentidos que emergem do significante *desenvolvimento*.

Para isso, buscamos problematizar os valores simbólicos agregados às tecnologias, notadamente as consideradas científicas. Mobilizando a teoria pecheuxtiana, que se fia e preconiza os processos históricos materializados pelo jogo discursivo – já que não concebe noções psicológicas e deterministas –, nosso intuito é pensar o trabalho ideológico como um movimento da memória e do esquecimento, isto é, pensar principalmente de que modo o anonimato do “dizer produz seu efeito de literalidade, a impressão do sentido-lá” (ORLANDI, 2015, p. 47). Nesse sentido, um dos pontos atinentes relaciona-se aos pré-construídos que se relacionam aos significantes *ciência*, *tecnologia* e *desenvolvimento*.

No que se refere aos significantes em tela, percebemos um atravessamento de sentidos, como se seus valores simbólicos fossem tautológicos ou interdependentes. Como forma de exemplificar, recortamos, de um documento contíguo ao nosso *corpus* de análise, o seguinte trecho: “mesmo que se aprenda muita coisa fora da escola, a escola tem um lugar fundamental, porque é nela que o *conhecimento científico, que hoje se chama tecnologia, e se expressa através da tecnologia [...]*”¹⁸.

No trecho em destaque, Lino de Macedo afirma que o conhecimento científico é, atualmente, a tecnologia, indo além ao dizer que é por meio da tecnologia que a ciência se expressa. Semelhantemente, o próprio ministério que coordena as ações do país voltadas à pesquisa científica é nomeado como “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações”, trazendo o par ciência/tecnologia, sucedido do significante *inovações*, recorrentemente associado à tecnologia, e que tem sido atravessado pelos efeitos de sentidos ligados ao significante *desenvolvimento*, particularidades que podem fornecer pistas sobre os valores simbólicos cristalizados em nossa sociedade, como, por exemplo a aparência de infalibilidade da tecnologia pela sua relação com a ciência, cujo processo histórico se deu, marcadamente, fundamentado em correntes filosóficas como o positivismo e o racionalismo, pensamentos que lhe conferem a ilusão de homogeneidade e pureza,

¹⁸ Proferido pelo conselheiro do Grupo de Trabalho- Educação, Lino de Macedo, na 56ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, uma das reuniões feitas pelo Governo Temer após a deposição da presidenta Dilma Rousseff. Ata, pg. 17, sem marcação de páginas. Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/Plone/biblioteca/busca/reuniao-plenaria/atas/ata-da-46a-reuniao-plenaria>>. Último acesso: 04/05/20. Grifos nossos.

visto que não consideram os aspectos histórico-sociais que atravessam qualquer área do saber.

A relevância em pensar sobre os modos como os valores simbólicos das tecnologias digitais afetam os sujeitos reside na problematização acerca das influências ou “ordem das coisas”¹⁹ que permeiam esse imaginário de que a tecnologia, a ciência e o desenvolvimento são bases de uma mesma noção ou, como já dito, um termo ou texto tautológico, expressando a mesma ideia, embora de formas diferentes, o que pode contribuir para a formação do imaginário relacionado às TDIC como potencialmente transformadoras, em detrimento dos seus usos sócio-historicamente estabelecidos.

O objetivo, neste momento, gira em torno dos possíveis sentidos atribuídos ao significante *tecnologia*, com o fito de discutir o modo como esse(s) sentido(s) atravessam o imaginário dos sujeitos e, por conseguinte, afeta(m) os sentidos e os discursos sobre as tecnologias digitais. Esse caminho mostrou-se mais produtivo diante de nossa hipótese inicial: as vozes institucionais brasileiras tratam as tecnologias digitais como via para o crescimento econômico do país, bem como para o acesso a lugares de prestígio no cenário internacional e, por isso, fazem dos valores simbólicos atrelados às TDIC (Tecnologias Digitais de Informação e comunicação) efeitos de poder.

Assim, procurando pistas que possam levar ao fio do discurso, elegemos o significante *desenvolvimento*²⁰ como um possível sintetizador que permeia o imaginário sobre inserção social e ascensão econômica e intelectual. Tal opção se deu devido ao fato de que a palavra em questão transita e ecoa de modo recorrente nos documentos que integram nosso *corpus*, bem como em outras sequências discursivas às quais tivemos contato durante a realização da pesquisa, atrelada, ao que nos parece, ao efeito de sentido de progressão positiva econômica e, por consequência, ascensão social e maiores oportunidades de inclusão.

¹⁹ Alusão à aula inaugural, pronunciada por Foucault em 02 de dezembro de 1970, publicada em 2014 com o título de *A ordem do discurso*, em que o autor trata das práticas discursivas, das suas opacidades e dos poderes que a permeiam. Nesse sentido, tomamos emprestado o termo “ordem das coisas” quando Foucault diz: “eu não queria ter de adentrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa”, uma vez que tentamos pensar essa “ordem” pelo viés da Análise de Discurso, que leva em conta a historicidade e os sujeitos, na teia dos sentidos.

²⁰ Aprofundaremos as considerações sobre *desenvolvimento* no capítulo dedicado à análise.

Por sua vez, o significante *ciência* se relaciona com os dois significantes anteriormente citados (*tecnologia*, *desenvolvimento*), na medida em que permeia o imaginário sobre tecnologia, do mesmo modo que é atravessado pelas ideias de universalidade e infalibilidade, concepções que abordaremos ainda no decorrer deste tópico. Dessa forma, o percurso é proposto considerando, também, o ideal que as tecnologias digitais representam enquanto “vetor de transformações sociais” (LOVELUCK, 2018, p. 11), bem como a nuance de universalidade que as ditas novas tecnologias carregam, os quais, segundo nossa hipótese, contribuem em grande medida para compor os valores simbólicos dos sujeitos e, por conseguinte, o discurso redentor das tecnologias digitais.

Diante do fato de tratarmos, de maneira mais direta no presente tópico, dos significantes *tecnologia/ciência/desenvolvimento* não significa que tenhamos deixado de lado o significante *digital*. A aparência de uma possível lacuna é explicada quando afirmamos que, a despeito de que “toda época teve as técnicas que podia ter” (PINTO, 2005, p. 234 *apud* DIAS, 2018, p. 45), “a tecnologia é muitas vezes tomada pelo digital” (*id.*, *ibid.*, p. 39). DIAS (2018) reconhece que a deriva dos sentidos, assim como a noção dos esquecimentos de Pêcheux²¹, constituem os sentidos do termo tecnologia.

Essa constituição contribui para ‘esquecermos’ “que outras formulações a constituíram em outras épocas e que, da mesma maneira, ela também constituiu sociedades tecnológicas em outros tempos” (DIAS, 2018, p. 39). Por isso, a aparente transparência dos valores simbólicos que orbita o digital têm atuado de maneira que a tecnologia digital signifique a (única) tecnologia, ou como se ela estivesse no ápice do avanço (*id.*, *ibid.*), motivo pelo qual a escolha do termo tecnologia foi pensada diante da forma como ela é significada pelos sujeitos, em relação ao digital.

Assim, trazemos alguns pontos específicos situados historicamente para pensar os significantes *ciência* e *tecnologia* já que, conforme apontamos anteriormente, são também afetados pelos efeitos de sentido do significante *desenvolvimento*. Para tanto, recorreremos à MATTELART (2006) que, na obra *História da sociedade da informação*, traça um histórico sobre as bases constitutivas da chamada sociedade da informação. Um dos objetivos colocados pelo autor é

²¹ A noção dos esquecimentos nº1 e nº2 será abordada nos capítulos posteriores.

“situar novamente em seu contexto as noções e conceitos, as análises e as controvérsias que incessantemente traçaram os contornos dessa sociedade ideal e mostrar como as crenças de que ela é portadora geram efeitos na realidade” (MATTELART, 2006, p. 07).

No texto, em um espaço que podemos chamar de caixa de comentário, o autor compartilha um excerto que nomeia “o nascimento do discurso redentor sobre a comunicação à distância” (MATTELART, 2006, p. 29), o que mais tarde viria a ser a internet. Transcrevemos abaixo o excerto em questão e o comentário de MATTELART (2006):

‘Foi dito algo em relação ao telégrafo que me parece infinitamente correto, e que faz sentir toda a sua importância; é que o fundo dessa invenção pode bastar para tornar possível o estabelecimento da democracia em uma grande população [...]. Nos antigos, todos os cidadãos se reuniam em uma praça; eles comunicavam sua vontade... A invenção do telégrafo [...] pode servir para falar a grandes distâncias tão correntemente e distintamente quanto em uma sala’. Esse texto data de março de 1795 e foi escrito por um homem de ciência: Alexandre Vandermonde [...]. Em agosto de 1794, o Ministério da Guerra havia inaugurado a primeira linha de telégrafo ótico [...]. A cada geração técnica o discurso salvador sobre a promessa de concórdia universal, de democracia descentralizada, de justiça social e de prosperidade geral renova o mito das descobertas com a ágora da Ática (MATTELART, 2006, p. 29).

Notemos as particularidades comuns ao telégrafo e à internet: ambos foram criados basicamente para a comunicação à distância, em tempos de guerra. Da mesma forma, dizeres parecidos ao do telégrafo ecoam em relação às tecnologias digitais, cuja base essencial é o compartilhamento de informações. O trecho em questão permite alçar apontamentos sobre o imaginário a respeito do poder da circulação de informações em larga escala, bem como a relação com idealizações sobre o estabelecimento de determinado sistema social, de tal forma que esta ruptura proporcionasse uma comunicação efetiva, a transparência das relações de força e, por conseguinte, equidade social.

Seguindo a proposta de pensar as bases do imaginário que permeia as tecnologias digitais, chegamos à significativa ciência. DIAS (2018) assinala que a noção de tecnologia tem sua construção intrinsecamente ligada à noção de ciência, devido ao fato de que, entre outros acontecimentos, a significativa tecnologia ter sido difundido inicialmente para designar as técnicas modernas de caráter científico.

O imaginário ligado à significante ciência, bem como suas derivações, é atravessado pela ideia de universalidade, ou seja, aplicável a todas as coisas e com valor de verdade. Dito de outra forma, ao ter caráter científico, o dizer deve/tem o mesmo peso de verdade/autoridade em qualquer lugar do planeta.

A noção de universalidade científica remonta aos séculos XVII e XVIII, período em que se busca o enumerável e o mensurável propondo a matemática como discurso verdadeiro e perfeito, ao mesmo tempo que a Revolução Francesa propaga os valores de igualdade cidadã e universalismo (MATTELART, 2006). Segundo Mattelart a tese baconiana de que os números “estão além de qualquer dúvida” (MATTELART, 2006, p. 13) vai gerar a problemática da linguagem universal, projeto de automação do raciocínio formulada por Leibniz, que buscava uma língua ecumênica a todos os povos para “unificação não apenas da Europa, mas também do gênero humano por inteiro” (*id.*, *ibid.*, p. 15).

Em relação ao modelo da linguagem universal, têm-se como fundamentos os princípios iluministas “a respeito da livre-circulação da informação enquanto conhecimento, o qual implica uma reflexividade política” (LOVELUCK, 2018, p. 16). O modelo de linguagem universal ajuda a compor, também, a ideia de não-ideologia ou da possibilidade de neutralidade, visto que a historicidade do significante *ciência* vai sendo constituída colada a sentidos como perfeição, infalibilidade, probabilidade, etc., ao mobilizar premissas algorítmicas e tidas como universais, “insistindo no papel determinante dos instrumentos de comunicação de ideias (a língua, a escrita, a imprensa) na configuração dos diversos tipos de sociedade” (MATTELART, 2006, p. 28).

No decorrer dos anos, o tema da língua universal, ligada aos signos matemáticos, vai se reformulando e se adequando à tonicidade do momento. Nesse sentido, o significante *ciência* se funda em valores e sentidos que se sedimentaram social e historicamente com o passar dos anos, produzindo um “já-lá” (ORLANDI, 2012), um “já-dito” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975], 1997), ou seja, “o interior dessa formação discursiva: ela designa o efeito necessário de elementos ideológicos não-discursivos (representações, imagens ligadas a práticas etc.) ” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1997, p. 168), os quais, podemos dizer, perpassam também os discursos sobre as TDIC.

Concordamos com Dias que “não é sem efeitos para a sociedade que tecnologia e ciência, duas formas de conhecimento consideradas distintas [...] se

alinhem” (DIAS, 2018, p. 37), tornando-se, de acordo com Sfez (2002, p.60 *apud* DIAS, 2018, p. 37), “a marca da nossa sociedade contemporânea – uma sociedade tecnocientífica”.

Como dito anteriormente, as “máquinas inteligentes ganham impulso durante a Segunda Guerra Mundial” (MATTELART, 2006, p. 53), conjuntura que propicia o amadurecimento do princípio de Turing, orientando-o ao gerenciamento racional dos conflitos, o chamado *automated battle management* (gerenciamento automático do campo de batalha). Nesse cenário, os discursos sobre os sistemas, a comunicação e o controle vão se consolidando, ao ecoar os princípios da máquina universal que, em tese, resolveria qualquer problema de modo preciso (MATTELART, 2006).

Dessa maneira, os modelos matemáticos que, historicamente, têm em seus discursos essa mesma ideia de linguagem universal e, por conseguinte, o inquestionável (visto que discursivizam o que se conhece por ciência exata, isenta de erros e interpretações diferentes entre si) vão compondo o imaginário da noção de ciência que, em sua relação com o digital, atravessa os efeitos de sentido dos discursos sobre as tecnologias digitais.

O amálgama entre ciência e tecnologia e, contemporaneamente o digital, assim como a ideologia predominante, a qual, segundo MATTELART (2006) é impregnada de determinismo técnico (também constituído dos valores simbólicos atrelados ao ideário de noção neutra e não-ideológica), é um dos possíveis fatores históricos que suscitam os questionamentos feitos neste trabalho, sobre os ecos que constituem os discursos sobre as TDIC.

O determinismo técnico é importante para pensar o que pode ser chamado de discurso das coisas, que DIAS (2018, p. 38) trata como “discurso direto, das próprias coisas, como se o sentido se originasse nelas, como se não houvesse história”. A noção de discurso das coisas mostra-se pertinente ao fazermos um paralelo com a noção de internet das coisas²², que “é a progressiva automatização de setores inteiros da economia e da vida social com base na comunicação máquina-máquina: logística, agricultura, transporte de pessoas, saúde, produção industrial e muitos

²² Para aprofundamento consultar: MAGRANI, E. A internet das coisas, 2018. Disponível em:< <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/23898/A%20internet%20das%20coisas.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso: 28/04/20.

outros” (MARTINHÃO, 2018, p.16-17) e que promete, entre outros, a melhora “da qualidade de vida ao garantir maior eficiência nos serviços”²³.

Em outras palavras, o discurso das coisas é constituído no/pelo imaginário da autonomia das coisas como, bem explicado por DIAS (*id.*, *ibid.*), se “inovação, por exemplo, que vem compor o tripé Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T & I), existisse à margem dos sentidos das coisas de que é apenas feito, já que essa autonomia se estende à linguagem, que medeia a prática social, sendo encarada como transparente e isenta de poder simbólico e histórico”.

Assim, o discurso das coisas, ou seja, a negação da historicidade das coisas permite a naturalização dos arranjos sociais e dos momentos históricos, como se as próprias coisas tivessem vida, possibilitando um imaginário de autonomia dos processos, como se eles ocorressem independentemente dos vários fatores sócio-históricos-políticos de determinada época. Dessa forma, o discurso das coisas ecoa no imaginário dos sujeitos de maneira que as tecnologias possam até ser revestidas de certa personificação e, por isso mesmo, dotadas de inteligência própria e autonomia, no sentido de deter o potencial do sucesso, da inovação, do desenvolvimento, como consta no Livro Verde²⁴: “as tecnologias [...] vêm transformando as estruturas e as práticas de produção, comercialização e consumo e de cooperação e competição entre os agentes, alterando, enfim, a própria cadeia de geração de valor”²⁵ (BRASIL, 2000, p. 30).

Contrariamente à naturalização da negação da historicidade das coisas e práticas sociais (o que pode colaborar com a ideologia da neutralidade das relações), defendemos que a noção de discurso das coisas e a personificação da tecnologia podem ser entendidos como desdobramentos no processo de produção de sentidos - “o sentido em relação com a memória, o sujeito e com as condições de produção” (DIAS, 2018, p. 39), - o que possibilita compreender “a significação material dos discursos” (*id.*, *ibid.*, p. 40), isto é, os aparatos digitais “não significam apenas por aquilo que eles podem fazer empírica e pragmaticamente, [...] mas pelos

²³ Reportagem veiculada no site do MCTIC em 22/02/17. Disponível em:< http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/migracao/2017/02/Internet_da_s_Coisas_melhora_a_qualidade_de_vida_ao_garantir_maior_eficiencia_nos_servicos.html?searchRef=internet%20das%20coisas&tipoBusca=expressaoExata>. Acesso: 28/04/20.

²⁴ Livro verde é um documento publicado pelo MCTIC e que “contém as metas de implementação do Programa Sociedade da Informação” no Brasil.

²⁵ Grifos nossos.

discursos que os significam como objetos de inclusão, *status* [...], em processos sociais” (DIAS, 2018, p. 40).

Nessa perspectiva, os discursos sobre o digital são atravessados pelas significações históricas que compõem o imaginário dos sujeitos. No universo discursivo, que PÊCHEUX ([1983], 1997) chama de interdiscurso²⁶, os dizeres são (re)atualizados, possibilitando a (re)produção de significados, ao formar a rede de pré-construídos ou implícitos (PÊCHEUX, 2010) na região do intradiscurso.

Considerando então os implícitos e os efeitos de sentidos que constituem o jogo discursivo, buscamos compreender o significante *desenvolvimento*. Como dito anteriormente, a palavra em questão tem sido recorrente nos documentos recortados para este trabalho, causando-nos inquietação, já que o significante em questão suscita uma rede de sentidos da ordem do já-dito, tais como: transformação, alteração, revolução, inovação, sucesso, entre outros, que podem colocar em evidência o jogo simbólico que constitui o digital.

Diante disso, concordamos com DIAS (2018, p.40), para quem os valores simbólicos do significante *sucesso* constituem, também, “um efeito de sentido da tecnologia na história”. A autora afirma que o sucesso é “um efeito de estabilização do sentido de tecnologia, da tecnologia como ideologia, que consiste em tomá-la como a solução, sem falha, para o mundo” (*id.*, *ibid.*, p. 40).

Podemos dizer, ainda, que os efeitos de sentidos ligados ao significante *ciência*, tido como entidade neutra, infalível e universal, bem como o imaginário relacionado à tecnologia como a materialização da ciência, são constituídos também pelos valores simbólicos atrelados aos significantes *revolução*, *inovação*, *sucesso*, *desenvolvimento*, etc. e, por isso, esses movimentos afetam e significam os sujeitos e suas práticas sociais.

Diante do que foi colocado até o momento, relembremos as considerações de MATTELART (2006), sobre a invenção do telégrafo, a fim de problematizar o foco central de nossa pesquisa – em que medida o acesso à informação (pelos modos de circulação do digital), bem como a imersão na cultura digital, podem impactar diretamente a melhoria da qualidade de vida (o sucesso):

²⁶ As noções de interdiscurso, intradiscurso e pré-construídos serão abordadas nos capítulos posteriores.

‘Foi dito algo em relação ao telégrafo que me parece infinitamente correto, e que faz sentir toda a sua importância; é que o fundo dessa invenção pode bastar para tornar possível o estabelecimento da democracia em uma grande população [...]. Nos antigos, todos os cidadãos se reuniam em uma praça; eles comunicavam sua vontade... A invenção do telégrafo [...] pode servir para falar a grandes distâncias tão correntemente e distintamente quanto em uma sala’. Esse texto data de março de 1795 e foi escrito por um homem de ciência: Alexandre Vandermonde [...]. Em agosto de 1794, o Ministério da Guerra havia inaugurado a primeira linha de telégrafo ótico [...]. A cada geração técnica o discurso salvador sobre a promessa de concórdia universal, de democracia descentralizada, de justiça social e de prosperidade geral renova o mito das descobertas com a ágora da Ática (MATTELART, 2006, p. 29).

Interessante perceber que, o que o autor chama de mito, tem as dimensões política e ideológica como fatores preponderantes. Temos, no trecho que trata do telégrafo, a discursivização de um imaginário que vê no compartilhamento de informações o potencial de estabelecer um regime político específico (a democracia). Podemos pontuar algumas pistas das condições de produção, da formação discursiva²⁷ e, logo, da formação ideológica em que se inscreve o texto de 1795: “antigos que se reuniam” diz respeito aos atenienses, sujeitos que professavam um regime político que reconhecia, não todo o povo como cidadão, mas apenas algumas castas daquela sociedade, “o Ministério da Guerra” lembra que o telégrafo foi projetado em um momento histórico específico (guerra), para um fim específico (contribuir para a conquista de uma disputa política) e por um determinado governo (Estados Unidos), pois se fala de um “Ministério”. Por mais que pareçam transparentes esses dizeres, relacionar tais pistas nos possibilita refletir sobre o arquétipo de cidadão, ou seja, a quais cidadãos esse texto se refere, a revolução com base na circulação da informação é para quem? Em que esfera se situaria, caso ocorresse, essa revolução?

Tais argumentos procuram colaborar com os desdobramentos de nossa hipótese – as vozes institucionais brasileiras tratam as tecnologias digitais como via para o crescimento econômico do país, bem como para o acesso a lugares de prestígio no cenário internacional e, por isso, fazem dos valores simbólicos atrelados às TDIC (Tecnologias Digitais de Informação e comunicação) efeitos de poder–, já que um dos nossos pressupostos é de que a discursivização das tecnologias digitais como potência direta de desenvolvimento (com sentido de sucesso, revolução),

²⁷ Abordaremos a noção de formação discursiva nos capítulos posteriores.

juntamente com os pré-construídos que são atravessados pela ideologia que tem vigorado no Brasil – o neoliberalismo – constituem um jogo discursivo que materializa a lógica dessa ideologia.

De forma a ilustrar os modos como o(s) imaginário(s) e os valores simbólicos afetam os sujeitos, citamos um acontecimento emblemático relacionado à Educação e às tecnologias digitais, situação que enseja a problematização da temática do sucesso promovido via TDIC's, em sua relação com as bases do pensamento neoliberal: Abraham Weintraub (que atuou como Ministro da Educação entre abril de 2019 e julho de 2020), durante uma entrevista concedida à CNN Brasil²⁸, afirmou que o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) – um dos maiores exames do Brasil, que configura a porta de entrada de jovens de todas as camadas sociais, inclusive as menos abastadas, para a universidade – “não é para atender injustiças sociais, é para selecionar os melhores”²⁹, ao ser indagado a respeito das solicitações para o adiamento do ENEM por causa da pandemia.

A postura do sujeito, como ministro na época, desconsidera que uma grande parte do Brasil não tem a possibilidade de estudar por meio das tecnologias digitais devido a fatores econômicos e sociais, da mesma forma que marca uma visão de Educação ancorada na competitividade e na meritocracia, ideias fortemente relacionadas ao neoliberalismo.

Ainda outras indagações que a pandemia causada pela COVID-19 pode ensejar (embora seja cedo para tecer reflexões que possam ser consideradas sólidas, visto que a historicidade não é construída de forma linear e cronológica), se refere às possibilidades de (re)organização dos valores simbólicos relacionados às TDIC. O contexto de pandemia tem intensificado os usos das tecnologias por conta do isolamento social, seja pela necessidade do trabalho remoto, pela comunicação pessoal, por redes sociais ou por meio da infinidade de produtos culturais ofertados na rede digital, (plataformas de séries e filmes, livros digitais, entre outros), o que pode ensejar questionamentos a respeito do valor social do digital em sua relação com o afastamento físico imposto pelo isolamento, a alta carga de informação a que

²⁸ CNN Brasil é um canal de televisão por assinatura brasileiro que exhibe programação jornalística. Pertence à Novus Mídia, empresa fundada pelo co-fundador da MRV Engenharia, Rubens Menin e pelo ex-diretor de jornalismo da RecordTV, Douglas Tavarolo.

²⁹ “Weintraub sobre ENEM: ‘não é para atender injustiças sociais, é para selecionar os melhores’”. Disponível em:<
https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/05/15/interna_politica,1147798/weintraub-sobre-enem-nao-e-feito-para-atender-injusticas-sociais.shtml>. Acesso: 26/05/20.

somos submetidos todos os dias, ao aumento das horas de trabalho sem remuneração para cumprir metas, etc.

Outro ponto a ser problematizado diz respeito ao(s) discurso(s) sobre as tecnologias digitais funcionando como estratégia nas relações de força/poder, assim como os modos como essas relações atravessam a constituição dos sujeitos da sociedade em rede, os quais abordamos de forma mais específica no próximo tópico.

2.3 As TDIC e as relações de força/poder: o “novo” na manutenção do velho

A nossa pergunta de pesquisa propõe a reflexão a respeito dos valores simbólicos que as tecnologias digitais têm assumido na contemporaneidade, partindo da hipótese de que sua discursivização pode evidenciar a apropriação, pela máquina estrutural do sistema econômico hegemônico em nossa sociedade (o neoliberalismo), de discursos redentores, dos quais já tratamos. Como parte da engrenagem desse sistema, a voz do Estado (já que o Brasil é, oficialmente, um país que se declara neoliberal) utiliza-se, também, das relações de força intrínsecas ao seu lugar social, atuando tanto como propagandista, quanto como ordenador, ao estabelecer e propor leis, pesquisas, grupos de trabalho, etc. que versam sobre as TDIC no Brasil, com vistas a atingir objetivos bem específicos, os quais, nos parece, focalizam a ascensão econômica, assim como a escalada para o prestígio social internacional de nosso país perante uma cúpula que exerce influências no cenário mundial.

Diante do exposto, acreditamos que os objetivos (i) verificar se e de que modo os discursos institucionais agenciam o sujeito para o consumo da tecnologia e (ii) investigar as relações de força que constituem os discursos sobre as tecnologias digitais de informação e comunicação, amparam a reflexão que estamos propondo, no sentido de questionarmos os modos como as tecnologias digitais são discursivizadas nos documentos oficiais, bem como pensar sobre o(s) discurso(s) que neles predominam, fatores que podem contribuir com as discussões sobre as práticas digitais e a relação sujeitos/TDIC.

A partir dessas considerações, trazemos HAN (2018), que, a partir da noção de biopolítica (FOUCAULT [1978-1979] 2008), propõe uma reflexão sobre a noção de psicopolítica. A questão do poder foi bastante abordada por FOUCAULT (1979)

que, em diferentes épocas, estudou os saberes sobre a loucura sob uma perspectiva que procurava estabelecer regularidades que permitissem individualizar formações discursivas.

Suas análises centravam-se nos espaços institucionais de controle e articulava o saber médico com as práticas de internamentos, as quais relacionavam-se com instâncias sociais como a política, a família, a Igreja, a justiça até o ponto da distinção das causas econômicas e sociais do *modus operandi* das instituições que lidavam com sujeitos ditos enfermos psiquiatricamente, o que possibilitou a emergência do processo de dominação daqueles tidos como loucos.

A importância de seus estudos reside no fato da possibilidade de articulação dos saberes com o extra-discurso, ou seja, a partir das Instituições historicamente firmadas na sociedade – como o hospital, a família, a escola –, Foucault permite o acesso às transformações políticas no sentido de estabelecer relações com as formas como o poder é estabelecido e praticado nas mais diversas instâncias.

Por meio de Foucault, “que procurou estabelecer a constituição dos saberes privilegiando as inter-relações discursivas e suas articulações com as instituições” (MACHADO, 1979 *apud* FOUCAULT, 1979, p. X), temos uma teoria de como os saberes aparecem e se transformam. O ponto central de seus estudos está no percurso que traça entre os saberes e sua existência, situando-os como peças de relações de poder, o que pode revelar a face do dispositivo político, o qual Foucault chamou de genealogia. Assim, “não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação” (*id.*, *ibid.*, 1979, p. X). Da mesma maneira, não podemos encarar o poder como uma entidade ou força natural: “o poder é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (*id.*, *ibid.*).

Outro ponto interessante do pensamento de Foucault é seu reconhecimento da provisoriedade das teorias, já que dependem de um “estado de desenvolvimento [...] que podem ser revistos, reformulados, substituídos, a partir de um novo material de trabalho” (*id.*, *ibid.*, 1979, p. XI). Reconhecendo a importante transição que as análises de Foucault produziram em relação à ciência política e suas relações com o poder, podemos, hoje, propor outros deslocamentos que abarquem a realidade com a qual estamos lidando, qual seja: as relações de força/poder face ao contexto das tecnologias digitais de informação e comunicação.

Entendemos, portanto, que Foucault conseguiu materializar o Estado como o instrumento de um sistema de poderes, os quais não estão unicamente localizados nele, mas o ultrapassa e complementa. E é nesse sentido que nosso trabalho, concordando com a visão do Estado como parte da engrenagem do sistema neoliberal, assim como detentor de um lugar de poder nas tensões das relações sociais, percebe a análise de documentos institucionais como caminho frutífero e pertinente, visto que é nesses documentos que ecoa a voz do Estado brasileiro, assim como das relações de força inerentes ao processo histórico ao qual estamos nos dedicando: a (re)organização das relações sociais face às TDIC.

O brilhantismo de FOUCAULT foi mostrar que uma das nuances mais exitosas do poder são aquelas exercidas de maneira sutil, principalmente na esfera política, sem deixar perceber sua face repressiva e sua violência simbólica. Assim, o poder bem-sucedido seria aquele que não impõe limites, que não castiga, já que o castigo não é, a longo prazo, uma escolha inteligente devido à natureza humana de insurgência contra castigos e repressão. Suas análises mostram que “a dominação capitalista não conseguiria se manter se fosse exclusivamente baseada na repressão” (MACHADO *apud* FOUCAULT, 1979, p. XV) e refletem sobre o ‘lado positivo do poder’, já que “de fato, o poder produz; ele produz real; produz domínios de objetos e rituais de verdade” (FOUCAULT [1975, p. 196], 1979, p. XVI).

Dessa maneira, o conceito de biopolítica concebe as relações de poder tendo como estratégia central a domesticação, o adestramento do corpo humano, pois, segundo essa visão, o interesse das parcelas que detêm o poder não é impedir e reprimir as formas de vida social, mas

gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contra-poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente (MACHADO, 1979 *apud* FOUCAULT 1979, p. XVI).

A biopolítica tem a ver, então, com o controle dos corpos, ou seja, trata-se de “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de

docilidade-utilidade” (FOUCAULT [1975, p. 139], 1979, p. XVII). O controle do corpo, do qual fala Foucault, atua manipulando seu comportamento a fim de produzir o homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, capitalista. Outra nuance do controle do corpo está na hierarquização das relações, que organiza os espaços e o tempo segundo os objetivos que se tem para cada lugar social, uma vez que o objetivo é produzir o máximo de rapidez juntamente com o máximo de eficácia.

Nessa esfera do poder, a vigilância é o principal meio de controle, porém se dá similarmente ao ‘olhar invisível’³⁰, que tudo vê sem ser visto, ou seja, a visão daquele que é observado passa a ser de tal forma impregnada pela visão do observador, que o primeiro tome para si essa visão. Assim, a utilização ordenada do tempo, que deve ser empregado sobretudo no trabalho, monta um esquema de vigilância baseada na ‘pirâmide de olhares’, em que quem está mais ao topo observa quem está imediatamente abaixo de sua posição. Nessa perspectiva, o poder acaba por produzir a individualidade por meio da disciplina, à medida em que o poder se torna mais anônimo e funcional, tendo como referência as normas e as separações. Deste modo, o adestramento do gesto, a regulação do comportamento, com o objetivo de separar, comparar, avaliar, hierarquizar, faz com que surja a figura humana singularizada e individualizada.

Essa individualização produz saberes que asseguram o exercício de um poder, visto que todo saber constitui novas relações de poder, face ao lugar que o conhecimento ocupa em nossa sociedade. Dito de outra forma, o domínio dos campos de estudos por peritos e especialistas evidencia que, mais do que agentes do saber, são também agentes do poder. No contexto das sociedades que têm adentrado a cultura das novas tecnologias, também conhecidas como sociedade do conhecimento, essa relação fica bem aparente ao reconhecermos que “o saber funciona na sociedade dotado de poder. É enquanto é saber que tem poder” (MACHADO, 1979 *apud* FOUCAULT 1979, p. XXII). Dessa maneira, podemos afirmar que a relação saber/poder pode contribuir com o regime de verdade pretendido pelo Estado, pois, em geral, seus discursos são justificados pelos saberes reconhecidos como ciência, no sentido de amparar suas práticas e dizeres.

³⁰ Panopticon de Bentham.

Isto posto, a partir da noção de biopoder/biopolítica, que acaba por exercer o controle dos corpos por meio da vigilância dos comportamentos até que chegue ao ponto em que o sujeito tome para si esses comportamentos, HAN (2018) propõe um deslocamento que complementa a teoria de FOUCAULT pelo fato de se adequar ao momento histórico e à nuance da realidade a qual temos nos debruçado no presente trabalho. Como dito anteriormente, toda teoria é passível de revisão e de reformulações em virtude de um novo material. Dessa forma, HAN (2018) aborda alguns contrapontos que diferenciam o contexto político-social subjacente ao biopoder/biopolítica do contexto político-social atual, enfatizando que as novas tecnologias são o eixo balizador dessa nova conjuntura.

Logo, o ponto inicial que, segundo HAN (2018), difere o que chama de psicopolítica da noção de biopoder/biopolítica situa-se na questão da liberdade. O autor afirma que, enquanto no contexto da biopolítica há a consciência, pelos sujeitos, da vigilância, no contexto da psicopolítica temos a ilusão de liberdade. Tal ilusão extrapola a figura da coerção e, por isso mesmo, torna a psicopolítica muito mais eficaz do que a biopolítica. Isto significa que, no contexto da psicopolítica, acreditamos que não estamos mais submetidos e que podemos usufruir da liberdade feito “*projetos*³¹ livres, que se esboçam e se reinventam incessantemente” (HAN, 2018, p. 09). Para o autor, esse ambiente representa os sujeitos como projeto, o que, juntamente com a falsa sensação de liberdade, torna a psicopolítica “uma forma mais eficiente de subjetivação e sujeição” (*id.*, *ibid.*), já que as coerções internas tendem a ser mais acuradas se comparadas com restrições e cobranças externas.

Outro ponto que difere a psicopolítica da biopolítica é que a biopolítica controla o corpo por meio do adestramento do comportamento, enquanto a psicopolítica age no pensamento do sujeito, fazendo com que ele assuma como seu não só gestos e atos, mas toda uma rede de premissas estruturadas estrategicamente para a manutenção de determinado tipo de controle e de poder. A falsa ilusão de liberdade se dá quando nos tornamos sujeito do desempenho (HAN, 2018), “que se julga livre, é na realidade um servo: é um servo absoluto, na medida em que, sem um senhor, explora voluntariamente a si mesmo” (HAN, 2018, p. 10). Nesse contexto, segundo HAN (2018), tudo aquilo que se situa na esfera da liberdade é explorado: emoção, jogo, comunicação. Essa dinâmica faz com que o

³¹ Grifo do autor.

neoliberalismo seja extremamente eficiente ao tornar tudo um produto, até mesmo as relações humanas.

De acordo com HAN (2018), o neoliberalismo, como mutação do capitalismo, é o que torna o trabalhador um empreendedor. Ao se tornar a própria empresa, o sujeito explora a si mesmo em prol do capital. Exemplo dessa exploração no contexto das práticas que envolvem o digital é a proliferação de empresas que, por meio de aplicativos, oferecem certos produtos ou serviços que utilizam de mão de obra terceirizada para cumprir suas demandas. A terceirização gera uma situação em que o trabalhador atua como prestador de serviços para a empresa que detém os direitos do aplicativo, desvinculando-a de qualquer obrigação relativa aos direitos trabalhistas, o que pode onerar, e muito, o sujeito que se terceiriza, uma vez que toda a obrigação trabalhista ficará às suas próprias custas, além de trabalhar por hora e ter que arcar com todo o material de trabalho; o servo de si mesmo ao qual Han se refere.

O empreendedor, como projeto livre de si mesmo, cultiva a ilusão de que qualquer um é capaz de uma autoprodução ilimitada (HAN, 2018), ao ser dominado pela ditadura do capital. Assim, passamos da exploração imposta pelos outros e agregamos a autoexploração que, resguardadas as devidas proporções, perpassa todas as classes. Essa pretensa liberdade, bem como o discurso do empreendedorismo, configuram uma estratégia de controle extremamente eficaz, pois tira a responsabilidade das inconstâncias e malogros sociais das Instituições e a transfere para o sujeito que, conforme a ideologia da meritocracia, se torna o único responsável pelo seu próprio sucesso e também pelo seu próprio fracasso. Ainda segundo HAN (2018), nisso reside a peculiaridade do regime neoliberal: se o sujeito é o responsável pelo seu projeto e tem toda a liberdade para ser 'o que quiser ser', perde-se a noção de sistema, tornando quase impossível qualquer resistência.

Como já sinalizamos, a teoria de HAN (2018) é bastante pertinente no contexto do acultramento digital, já que o autor encara as TDIC em uma relação dialética com o ser humano, ou seja, como agente e meio das transformações sócio-históricas que estão em curso, chamando a atenção para os modos como o digital tem sido empregado, os quais, nos parece, está não só colaborando, mas potencializando as redes da ideologia (pre)dominante no Brasil.

Dito de outra maneira, o neoliberalismo tem se apoderado das tecnologias digitais como uma estratégia de controle e manutenção, por meio da psicopolítica

aplicada aos usos das TDIC. HAN (2018) entende que a cultura da liberdade, tal como exercida contemporaneamente, nada mais é do que uma ditadura falseada como transparência. Nessa conjuntura, as tecnologias digitais se tornam importantes vetores de circulação e compartilhamento de informação e, de igual maneira, na manutenção de modos de vida que primam a produção e/ou o consumo (de informação, de produtos, de dados rastreáveis, etc.).

Nesse sentido, um dos fatores que colaboram para a sedimentação da cultura digital e, por conseguinte, da falsa sensação de liberdade, trata do processo (em curso) de naturalização da relação ser humano/máquina de maneira simbiótica, em que vida virtual e real são inseparáveis, o que tem feito com que os sistemas lógicos portáteis (celulares, tablets, notebooks, etc.) alcancem o lugar de ramificação do próprio corpo humano, “compreendidos como sendo tudo aquilo que faz parte do cotidiano da nossa vida, faz parte do modo de organização da vida como aquilo que a sistematiza em sua variedade” (DIAS, 2018, p. 59).

Diluídos no dia a dia, os sistemas lógicos portáteis hibridizam nossa forma de ser e estar no mundo de tal maneira que vida ‘virtual’ e vida ‘real’ já não são separadas, uma vez que o digital se tornou uma das formas de interação possível em qualquer esfera. Mais que ‘meio’ de comunicação ou informação, o espaço digital permeia nossa existência

desde a gestão privada do uso de aparelhos domésticos, que, uma vez conectados em rede gerem nossa vida em todas as suas privacidades, até as decisões sócio-afetivas e políticas, cada vez mais atravessadas pelos dizeres em circulação nas redes sociais, mas também blogs, jornais online, etc. aos quais os sujeitos recorrem cotidianamente para se sentirem parte do mundo semanticamente normal (DIAS, 2018, p. 60).

Dessa maneira, o atravessamento dos sujeitos pelas tecnologias digitais se dá por meio não só da simbiose sujeito-máquina, mas também pelas narrativas que circulam no digital e pelos valores simbólicos – conforme discutimos no tópico anterior – atribuídos historicamente às tecnologias. Sem estranhamento algum, recorreremos, todos os dias, a buscadores e redes de compartilhamento de informações para solucionar e/ou responder às mais variadas demandas, fato que pode nos fazer pensar a respeito do lugar que temos conferido à rede virtual, o qual

podemos comparar ao ‘oráculo’³² ou ao sábio, uma vez que os resultados das buscas quase nunca são questionados e/ou validados por nós. A ‘infalibilidade’, assim como a mobilidade ‘ilimitada’ são promessas que têm sido exploradas desde o início do advento da internet. Não é de se estranhar que o primeiro slogan publicitário da Microsoft foi ‘aonde você quer ir hoje?’, cujo dizer “sugeriu uma mobilidade sem fronteiras na internet” (HAN, 2018, p. 18-19), discurso que permanece como característica essencial das TDIC.

Contudo, atualmente, mesmo que não pensemos muito a respeito, sabemos que a ‘liberdade’ e a comunicação ilimitadas se tornaram fonte de monitoramento e de controle: dos corpos, do tempo, dos gostos, das opiniões, da mente. Ao nos expormos, por vontade própria na internet, construímos o pan-óptico digital (HAN, 2018, p. 19).

Dessa maneira, somos controlados pela ‘liberdade’, ao revelarmos tudo sobre nós a cada passo digital deixado na rede, ao mesmo tempo que assumimos, subjacente ao discurso redentor aplicado às TDIC, as práticas sociais cem por cento digitalizadas, acreditando que temos controle nas formas como utilizamos as tecnologias digitais, quando, na verdade, estamos diante do processo de continuação, bem como da potencialização de premissas que constituem a perpetuação da exclusão social e econômica, da falta de equidade de oportunidades, da não sustentabilidade do planeta, entre outras mazelas, ao reduzir ao acesso e/ou a imersão nas práticas sociais do/no digital uma eventual transformação radical e positiva nas estruturas das relações humanas assentadas historicamente.

Nesse sentido, segundo HAN (2018), a ideologia hegemônica tem utilizado as tecnologias digitais como um complexo retroalimentado, o qual, por meio de bots³³, lança chamadas atraentes e personalizadas com o objetivo de alcançar seu público-alvo, seja para vender produtos/serviços e/ou impulsionar determinado conteúdo, contexto que gera os rastros digitais deixados a cada acesso, produzindo dados que serão compilados para refinar os perfis-alvo e compor abordagens que sirvam melhor aos propósitos das instituições que controlam esses robôs.

³² Nossa percepção a respeito do termo empregado tem haver com o significado de pessoa que tem muita autoridade ou uma decisão incontestável.

³³ Bot: programa de computador fabricado para automatizar procedimentos, geralmente repetitivos. Disponível em: <<https://olhardigital.com.br/noticia/entenda-de-uma-vez-por-todas-o-que-e-um-bot-e-como-ele-funciona/57075>>. Acesso: 24/08/20.

Os big-data³⁴, segundo o autor, tornam possíveis prognósticos com probabilidades maiores de acerto sobre o comportamento humano, fazendo com que se possa ‘prever’ e ‘controlar’ o futuro, no sentido de viabilizar tomadas de decisão de acordo os objetivos desejados, ‘adequando-os’ ao quadro comportamental apresentado pelos dados.

De acordo com HAN (2018), a metodologia de retroalimentação dos dados pode anunciar o fim da pessoa e do livre-arbítrio, ou seja, ao esquadrihar as pegadas digitais que nós, sujeitos, deixamos, de maneira a manipular/influenciar escolhas futuras, aumenta-se as chances de incidência das ‘bolhas sociais’, situação em que os sujeitos só acessam conteúdo/produto condizente com o comportamento/narrativa apresentada(o) anteriormente, estabilizando a dominação por meio do isolamento, ao silenciar possibilidades de encontros com o diferente em qualquer área acessada, rumando a um fundamentalismo ideológico, evidenciando a ditadura falseada de liberdade. No momento em que se ‘organiza’ a informação, com argumentos de um uso mais inteligente segundo as necessidades de cada um (KOMESU; GALLI, 2016) “a *livre*³⁵ escolha é extinta em prol de uma livre seleção entre as ofertas disponíveis” (HAN, 2018, p. 27).

Nesse cenário, os dados digitais tornam-se um produto rentável tanto do ponto de vista econômico como do seu potencial de traçar perfis e preferências, o que configura os modos de circulação do digital (também, mas não somente) como um instrumento de poder muito eficiente, já que “permite alcançar um conhecimento abrangente sobre as dinâmicas da comunicação social” (HAN, 2018, p. 23), visto que ter acesso às pistas do comportamento social possibilita sua utilização no que HAN (2018) chama de *conhecimento de dominação*³⁶, o que “permite intervir na psique e que pode influenciá-la a um nível pré-reflexivo” (*id.*, *ibid.*), atributo que acreditamos ser a distinção principal da essência da psicopolítica face à biopolítica.

Dessa maneira, a psicopolítica é eficiente, pois faz com que os sujeitos se submetam docilmente ao contexto de dominação, devido à sua aparência de agrado e satisfação; “ela se esforça em produzir emoções positivas e explorá-las” (*id.*, *ibid.*), seduzindo o sujeito de forma que sua psique seja alterada estruturalmente. Logo, diferentemente do regime disciplinar, que se organiza como corpo (biopolítica), o

³⁴ Processo que envolve a análise e interpretação de grandes volumes de dados variados. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/big+data/>>. Acesso: 20/08/20.

³⁵ Grifo do autor.

³⁶ Grifos do autor.

regime neoliberal se comporta como alma (psicopolítica), dominando os sujeitos por intermédio de axiomas como motivação, projeto, competição, otimização, iniciativa, empreendedorismo, liberdade, etc. moldando nossas estruturas psíquicas conforme seus objetivos.

As tecnologias digitais, como *tecnologias do eu*³⁷ (HAN, 2018, p. 43), constituídas por valores simbólicos de infalibilidade, inovação, expertise, etc. têm sido apropriadas pelo regime neoliberal, que fomenta a otimização permanente de si como técnica de dominação, que se dá também, mas não somente, por meio da apropriação (pelos sujeitos) dos discursos neoliberais sobre empreendedorismo, inovação, criatividade, situados no intradiscurso de ‘você pode ser o que quiser’, ao “esquecerem” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1997)³⁸ o fato de que ter “uma ideia na cabeça e um código na tela”³⁹, assim como ter acesso às tecnologias digitais, não são condições suficientes para transformar um usuário de tecnologias em alguém influente e/ou de sucesso somente pelo fato de produzir, compartilhar, distribuir, consumir, compreender e selecionar informações consideradas importantes por determinados grupos (KOMESU; GALLI, 2016, p. 171).

Esse ‘esquecimento’ tem se tornado tão profundo que o processo de assujeitamento ao digital, guiado pelos valores do capital, se inicia antes mesmo do nascimento da criança e se estende pela infância (não é raro encontrarmos pais que compartilham suas gestações em seus canais no Youtube, Instagram e outros, influenciadores que ‘indicam’ produtos infantis patrocinados, crianças com canais digitais que ‘avaliam’ brinquedos, etc.) e se organiza de forma mais sistemática e marcada pelos intentos neoliberais na escola.

Dizemos isso porque os usos das tecnologias digitais são fomentados tão logo a criança inicia sua vida escolar, visando objetivos específicos e declarados. O documento *Tecnologias para a transformação da Educação: experiências de sucesso e expectativas*, já citado anteriormente, afirma, logo no primeiro parágrafo de sua introdução, que organizações da América Latina têm se esmerado na implementação das TDIC na escola para criar “uma base de cidadãos que saibam

³⁷ Grifo nosso.

³⁸ A noção de esquecimentos é trabalhada no capítulo 2.

³⁹ Título de palestra proferida no *Campus Party Brasil*, no ano de 2015, que retoma o enunciado “Uma câmera na mão e uma ideia na cabeça”, atribuído a Glauber Rocha, expoente do Cinema novo, que defendia o uso de materiais de baixo custo na produção artística como meio de transformação social. Contemporaneamente podemos dizer que sua ideia acontece no uso de câmeras de smartphones, utilizados largamente para a produção de uma infinidade de conteúdos digitais. Para aprofundamento, consultar Komesu; Galli (2016).

aproveitar as oportunidades da sociedade do conhecimento e *contribuam como trabalhadores ao desenvolvimento econômico* de sua comunidade e de seu país” (UNESCO, 2014, p. 04), o que nos permite reafirmar que as ações políticas governamentais para o acultramento digital visam à formação de mão-de-obra qualificada em uma área específica, contradizendo a sensação de ‘liberdade’ que ecoa nos discursos dominados.

Dessa maneira, assentada no sistema político neoliberal, a dinâmica social é constituída por relações de força que, a nosso ver, concorrem para a manutenção do sistema vigente, dificultando (se não impossibilitando) as tão propagadas justiça e igualdade social. Assim, outro desdobramento de nossa hipótese trata, via relações de força/poder, do pressuposto de que as promessas de crescimento para os cidadãos do nosso país, por meio de práticas que envolvem as TDIC, bem como a formação de mão de obra especializada nas tecnologias digitais, fazem parte de estratégias que visam a manutenção e o revigoramento dos ideais neoliberais⁴⁰.

Tomemos como exemplo a Educação, que tem sido discursivizada, já há certo tempo, como via assertiva para a igualdade social, ecos que, de nosso ponto de vista, têm atravessado os discursos sobre as TDIC. Dessa forma, os dizeres relativos à sua importância são recorrentes, como nos recortes abaixo, os quais integram, respectivamente, os documentos *Livro Verde* e *Estratégia brasileira para a transformação digital*, já citados nos tópicos anteriores:

Pensar a educação na sociedade da informação exige considerar um leque de aspectos relativos às tecnologias de informação e comunicação, a começar pelo papel que elas desempenham na construção de uma sociedade que tenha a inclusão e a justiça social como uma das prioridades principais. (BRASIL, 2000, p. 71).

Quanto ao Brasil, o provimento de uma educação de qualidade é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da nação e o aumento da prosperidade e competitividade brasileira frente aos demais países do mundo (BRASIL, 2018, p. 45).

⁴⁰ Uma das formas de refletir sobre as relações de força e a tentativa de falseamento da realidade por meio do discurso, é observar o momento atual que, não só o Brasil, mas o planeta está vivenciando. Os dizeres que ecoam em tempos de COVID-19 e da pandemia causada pela doença podem contribuir para (re)pensarmos as tecnologias digitais e o discurso do sucesso, diante da lógica neoliberal.

Com base nas afirmações acima, propomos a reflexão, a partir do quadro da pandemia por conta do COVID-19, no sentido de evidenciar as relações de força/poder, ao notarmos o descompasso entre esses dizeres e as políticas públicas implementadas ao longo da crise de saúde que tem escancarado as mazelas políticas do Brasil, ao mesmo tempo em que levanta a questão da desigualdade social, quando o discurso vai na contramão da realidade que a maioria dos brasileiros vivem, e que tem sido midiaticizada durante o período de quarentena⁴¹.

Em um momento de isolamento social, situação em que as tecnologias digitais têm sido larga e intensamente utilizadas para diversas finalidades, o Governo brasileiro determinou o ensino remoto⁴². Contudo, uma grande parcela da sociedade brasileira não tem acesso regular à internet⁴³, seja por falta de infraestrutura e/ou por questões econômicas⁴⁴, o que torna quase impossível que o ensino nessa modalidade alcance a população em geral, colocando em xeque os dizeres contidos nos documentos aqui abordados, no momento em que nos questionamos os motivos pelos quais uma nação que diz valorizar tanto a Educação não supre as necessidades essenciais para o acesso ao ensino.

Nessa perspectiva, a política neoliberal parece considerar a Educação como vetor importantíssimo nas estratégias de desenvolvimento econômico e aumento de produtividade, utilizando o ensino escolar principalmente como “motor do desenvolvimento econômico” (UNESCO, 2014, p. 06). Tal conjuntura faz com que o sujeito seja atravessado precocemente pela ideologia (pre)dominante, de maneira que enxergar outras formas de organização social é quase impossível, como bem ponderado por HAN (2018).

Assim, a psicopolítica, que já se valia da Educação em seu “papel mediador do Estado na articulação simbólico-política da sociedade na história” (ORLANDI, 2016, p. 69), agrega a cultura digital – grande ramificação retroalimentada, uma vez que colhe e lança informações e dados – com vistas, nesse caso, à formação de

⁴¹ Para contextualização do quadro em cena sugerimos: <<https://saude.abril.com.br/blog/tunel-do-tempo/semelhancas-covid-pandemias-passado/>>. Acesso: 06/05/20.

⁴² No período da pandemia o governo brasileiro determinou que o ensino deva ocorrer à distância, ou seja, utilizando-se das plataformas digitais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/87161-conselho-nacional-de-educacao-esclarece-principais-duvidas-sobre-o-ensino-no-pais-durante-pandemia-do-coronavirus>>. Acesso: 03/05/20.

⁴³ Um em cada quatro brasileiros não tem acesso à Internet, mostra pesquisa. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>>. Acesso: 05/04/20.

⁴⁴ Parte considerável perdeu o emprego e muitos estão aguardando um auxílio de R\$ 600,00, prometido pelo Governo Federal.

mão de obra qualificada como uma das estratégias que promete alçar o país no cenário internacional, assim como tornar os sujeitos em consumidores/produtores do/no digital, fazendo a roda do capital girar, já que “a ordem (dos discursos) é consumir o que, sócio-historicamente, à disposição está” (KOMESU; GALLI, 2016, 174).

Dando seguimento às nossas reflexões, no próximo capítulo tratamos do dispositivo teórico da Análise do discurso, bem como das noções mobilizados no presente trabalho.

3 A TEORIA DISCURSIVA PÊCHEUXTIANA

A teoria do discurso tem, dentre outras, a premissa de que as materialidades e os sentidos atribuídos a elas não são estáveis. Considerando, então, que os sentidos atribuídos são produzidos e reproduzidos de maneiras peculiares, os estudos discursivos levam em conta os sujeitos, os sentidos determinados histórica e ideologicamente, assim como as condições de produção e modos de leitura característicos de cada época e segmento social (ORLANDI, 2000, p.8). Por isso, neste capítulo, procuramos abordar a teoria do discurso pêcheuxtiana, apresentando, por meio da trajetória conhecida e dividida, didaticamente, como três épocas, o objeto denominado discurso e, do mesmo modo, a maneira como a Análise de Discurso de linha francesa concebe tal objeto. No percurso, também abordamos as noções de relação de força/poder, esquecimentos nº1 e nº2, silenciamento, formação discursiva e paráfrase, conceitos considerados basilares neste trabalho e que delineiam nossos gestos de interpretação.

3.1 Sobre a Análise do Discurso

A Análise de Discurso (AD) francesa é uma disciplina que nasce da preocupação e do compartilhamento de convicções sobre a luta de classes, a história e o movimento social. Dentro do quadro teórico da Análise de Discurso francesa, Michel Pêcheux desenvolveu diversos conceitos, viabilizando e sedimentando a teoria discursiva, a qual tem como centro a articulação entre o discurso, a língua, o sujeito e a história.

MALDIDIER (2003) esclarece que o nascimento da AD se dá em meio à teorias que propunham o extrapolamento do estruturalismo, conjuntura que, por meio do marxismo althusseriano, propicia a reflexão sobre a instância ideológica e abre portas em direção à psicanálise. Nesse contexto, as pesquisas se voltam para questões do entrelaçamento entre língua e sociedade, movimento que faz emergir um novo objeto - o discurso -, “lugar teórico em que se intrincam literalmente todas as suas (de Pêcheux) grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito” (MALDIDIER, 2003, p. 15).

Durante a composição da disciplina que conjuga a língua, o sujeito e a história como modo de alcançar os discursos, Pêcheux se coloca na posição de sistematizar

os conceitos que entendia como essenciais para o alicerce da análise linguística discursiva. Com vistas à didatização da teoria, seu percurso é dividido em “Três Épocas”, disposição que alça o que foi percebido de forma mais proeminente pelos estudiosos da teoria pêcheuxtiana.

Assim, a fase demarcada como “primeira época” faz uma exploração metodológica da noção de maquinaria discursiva estrutural, propondo um sujeito atravessado pela ideologia e pelo inconsciente. Nesse período, PÊCHEUX ([1983] 1997) desenvolve as noções de condições de produção e formações imaginárias, concluindo que “a existência do outro está pois subordinada ao primado do mesmo” (PÊCHEUX, ([1983] 1997, p. 313), ou seja, por um lado as condições de produção correspondem às relações de forças internas entre os protagonistas do discurso e, por outro, as condições ampliadas de produção permitem observar como o discurso sempre se remete a um outro, direta ou indiretamente.

Nessa fase, a análise discursiva consistia principalmente em detectar e construir sítios de identidades parafrásticas intersequenciais, isto é, entre fragmentos de sequências saídas de discursos empíricos diferentes enquanto pontos de variação combinatória. Esse trabalho era desenvolvido com base na ideia de uma álgebra discursiva que permitiria construir formalmente a estrutura geradora do processo associado ao *corpus* (PÊCHEUX, [1983] 1997, p.312).

Já a “segunda época”, marcada por tentativas de elaborar uma proposta teórico-metodológica para a análise do discurso, conta com a publicação do livro *Por uma análise automática do discurso* (1969), obra que evidencia a proposição de uma metodologia para a análise de conteúdo. Também nesse período, a análise discursiva ‘ganha’ a noção de interdiscurso, a qual designa o exterior específico de uma formação discursiva no ato em que o interdiscurso surge nessa mesma formação, para constituí-la em lugar de evidência discursiva, sendo que a maquinaria discursiva é concebida como o resultado paradoxal da invasão de um ‘além’ exterior e interior (PÊCHEUX, [1983] 1997, p.314).

Diante disso, o interdiscurso pode ser visto, então, como um estabelecimento de jogo de forças entre os vários fatores que compõem os discursos, sendo que dentre esses fatores, a memória discursiva (também, mas não somente) contribui para compor tanto as junções quanto as disjunções de uma determinada formação discursiva.

Por sua vez, a “terceira época” demonstra a emergência de novos procedimentos da AD, por intermédio da desconstrução das maquinarias discursivas. Segundo Brito (2012, p. 555), tal fase manifesta uma reorientação do projeto teórico e político da AD, momento composto por inúmeros questionamentos e (re)construções.

Nesse sentido, uma abordagem propriamente discursiva vai sendo erigida, pois a análise linguística, na AD, passa a focalizar os aspectos enunciativos da linguagem em prol da compreensão do processo discursivo, diferentemente das outras épocas, em que se buscava a regulação dos elementos do discurso (FERNANDES; VINHAS, 2019, p. 140). Ao reconhecer o atravessamento do sujeito - momento em que o que acredita ser seu próprio discurso lhe escapa -, a heterogeneidade aparece como palavra-chave na teoria discursiva, desfazendo as ilusões de que podemos homogeneizar e controlar os discursos (*id.*, *ibid.*).

A memória discursiva, que atravessa o sujeito, constituindo-o, diz respeito aos elementos que colaboram com os sentidos, de modo que esses elementos são inscritos coletiva e historicamente, permeando os efeitos de sentido conferidos às materialidades linguísticas.

PÊCHEUX (2010) define a noção de memória discursiva como “aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré- construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX, 2010, p. 52).

FRANÇA (2016), com base em Pêcheux, assinala que, ao se tratar de espaço de retomadas de discursos anteriores, a memória é um “componente balizador de um embate entre forças ideológicas que objetivam reestabelecer os implícitos e forças antagônicas que lutam para desestabilizar e desregular os já-ditos” (FRANÇA, 2016, p. 04).

Assim, o funcionamento da memória discursiva envolve um jogo de forças, na medida em que o já-dito vai sendo reatualizado, com vistas à manutenção de uma regularização já existente por meio da estabilização parafrástica; por outro lado, esse jogo pode gerar uma ‘desregulação’ que acaba por perturbar a rede dos implícitos (PÊCHEUX, 2010, p. 53).

Ainda no que se refere à definição da noção de memória discursiva, Pêcheux destaca que

uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização.... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos (*id.*, *ibid.*, p. 56).

Desse modo, é por meio da imbricação que a memória discursiva é (re)estabelecida, permitindo a leitura e a atribuição de efeitos de sentidos aos discursos.

Maldidier (2003), com base nas reflexões epistemológicas desenvolvidas por PÊCHEUX, defende que a teoria do discurso, como “teoria geral da produção dos efeitos de sentidos” (MALDIDIER 2003, p.21), não vem substituir nem uma teoria da ideologia nem uma teoria geral da produção dos efeitos de sentidos e, nem tampouco, uma teoria do inconsciente, “mas poderá intervir no campo dessas teorias” (*id.*, *ibid.*). Portanto, o discurso deve ser tomado como um conceito que não é o discurso empírico sustentado por um sujeito ou pelo texto, e sim um conceito que extrapola qualquer concepção comunicacional da linguagem (MALDIDIER, 2003).

Segundo a fórmula althusseriana, o discurso supõe “uma mudança de terreno” (MALDIDIER, 2003, p. 22), ou seja, a intervenção de conceitos exteriores à linguística, definindo, assim, o novo objeto – baseado em uma dupla fundamentação, quais sejam: a língua e a história, isto é, trata-se de uma construção que “não invoca de forma alguma a ‘superação’ da dicotomia língua/fala. Saussure é, para Pêcheux, ‘o ponto de origem da ciência linguística’” (*id.*, *ibid.*).

Nessa perspectiva, podemos dizer que o discurso é uma unidade heterogênea, que se materializa mediado por três elementos: a psicanálise, a linguística e o materialismo histórico. Cada um desses elementos contribui para a base teórico-metodológica da AD francesa e tem uma relação não marcada unívoca ou diretamente com os componentes do objeto – o discurso.

Contudo, podemos notar uma relação que pode se considerar mais ou menos imediata entre a linguística e a língua, a psicanálise e o sujeito e o materialismo histórico e a história. É conveniente frisar que os elementos, quer sejam do discurso, ou da forma como se aborda esse discurso no momento de sua análise, não podem ser encarados por uma visão que caminhe para a inércia ou

que tente mantê-los isolados entre si, uma vez que se constroem de maneira fluida e multiforme.

Definido o objeto, pergunta-se qual seria a motivação para construir um material com características tão complexas e 'instáveis'. Para além da leitura superficial, que cola o código a um sentido concebido como pré-estabelecido, e para além de uma leitura interpretativa, baseada no subjetivismo e no individualismo, utiliza-se das conexões entre língua/linguística, indivíduo/sujeito e história/materialismo histórico para propor uma leitura que procura compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história" (ORLANDI, 2015, p. 13).

Dito de outra forma, "a atividade de leitura deve centrar-se não apenas no que está dito, mas também no que está implícito" (BRITO, 2012, p. 544). Pêcheux ([1983] 1997, p. 53) ressalta que a abordagem discursiva

começaria assim a se descolar da obsessão da ambiguidade (entendida como lógica do "ou... ou") para abordar o próprio da língua através do papel do equívoco, da elipse, da falta, etc. Esse jogo de diferenças, alterações, contradições não pode ser concebido como amolecimento de um núcleo duro lógico: a equivocidade, a "heterogeneidade constitutiva" (PÊCHEUX ([1983] 1997, p. 53).

Para complementar a reflexão sobre o objeto da AD, consideramos a observação de ORLANDI (1990) a respeito da Análise do Discurso bastante pertinente, pois evidencia o fato essencial de que a AD é um campo em que teoria, objeto e análise são erigidos de forma interligada, não sendo possível considerar um dos elementos sem a presença dos demais:

quer se a considere como um dispositivo de análise ou como a instauração de novos gestos de leitura - se apresenta com efeito como uma forma de conhecimento que se faz no entremeio e que leva em conta o confronto, a contradição entre sua teoria e sua prática de análise. E isto compreendendo- se o entremeio seja no campo das disciplinas, no da desconstrução, ou mais precisamente no contato do histórico, que constitui a materialidade específica do discurso (ORLANDI, 1990, p.08).

Dessa maneira, a estrutura (língua) oportuniza a estabilização do enunciado, conferindo-lhe a materialidade, enquanto o acontecimento, nos poros do enunciado, assenta as relações entre sujeito, história, memória e esquecimento. De forma a

explicitar a linha de pensamento que a AD francesa adota, julgamos bastante importante evocar um trecho no qual ORLANDI (2015) didatiza muito bem as bases da Análise de Discurso:

A análise de conteúdo, como sabemos, procura extrair sentidos dos textos, respondendo à questão: o que este texto quer dizer? Diferentemente da análise de conteúdo, a análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como esse texto significa? (ORLANDI, 2015, p. 15-16).

Na sequência, a autora expõe a maneira como ocorre a abordagem metodológica na análise de discurso:

- a) A língua tem sua ordem própria mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Linguística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem);
- b) A história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos);
- c) O sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia (*id.*, *ibid.*, p. 17-18).

Assim, a concepção de língua e de sujeito que adotamos se ancoram nos preceitos da AD francesa, sendo que a língua é vista como estrutura organizada que comporta níveis de “funcionamento submetidos à regras, mas que a apreensão dessas regras escapa (parcialmente) ao linguista, à medida que suas determinações não linguísticas entram em jogo” (PÊCHEUX, 1967 *apud* MAZIÈRE, 2007, p. 51).

Por isso, ela é constitutivamente heterogênea na medida em que resgata memórias, permite desestabilizações, efeitos de sentido, repetições e deslocamentos (*id.*, *ibid.*, p. 55-72). Igualmente, concebemos que a língua “não é transparente, não é mero instrumento que serve para transmitir um sentido ‘já presente’” (*id.*, *ibid.*, p. 16).

Dessa forma, concebemos o sujeito como posição, já que o sujeito não é uno (marcado pelo individualismo), mas heterogêneo, atravessado pela ideologia, pelas questões sócio-históricas, e, em certa medida, pelo inconsciente, ou seja, o que é dito ou enunciado não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que os interlocutores ocupam (BRITO, 2012, p. 550).

Essa posição não é subjetiva, ou seja, não se trata meramente de um lugar em que o sujeito imagina estar inscrito, mas antes movimenta-se de maneira opaca. O lugar de sujeito é, de certa forma, determinado por vários fatores complexos e nem sempre demarcados de forma evidente: o “modo como o sujeito ocupa seu lugar, enquanto posição não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade do que o constitui” (ORLANDI, 2015, p. 47).

A fim de ilustrar a questão do sujeito posição, ORLANDI (2015) pontua que os sujeitos são intercambiáveis, ou seja, como sujeito posição não existe um sujeito ou o sujeito, mas um lugar de sujeito, ou seja,

quando falo a partir da posição de “mãe”, por exemplo, o que digo deriva seu sentido, em relação à formação discursiva em que estou inscrevendo minhas palavras, de modo equivalente a outras falas que também o fazem dessa mesma posição. Quando, ao abrir a porta para um filho altas horas da madrugada, a mãe fala ‘Isso são horas?’ ela está, na posição-mãe, falando como as mães falam. [...] Podemos até dizer que não é a mãe falando, é sua posição. Ela aí está sendo dita. E isso significa. Isso lhe dá identidade. Identidade relativa a outras: por exemplo na posição de professora, de atriz, etc. (ORLANDI, 2015, p. 47).

Ademais, ORLANDI (2015) nos diz que a ideologia é condição para a constituição do sujeito e dos sentidos, ou seja, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se possa produzir o dizer.

Por sua vez, a ideologia não é concebida como um conjunto de representações ou como visão de mundo. Para ORLANDI (2015) “não há realidade sem ideologia”, já que a ideologia se apresenta “como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido” (ORLANDI, 2015, p. 46).

Nessa perspectiva, a AD não entende o sujeito como forma psicológica, empiricamente definido e afinado consigo mesmo; “atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz” (*id.*, *ibid.*, p. 46). Como sujeito contraditório, é um sujeito livre, mas ao mesmo tempo submisso: ele pode dizer tudo, desde que se submeta à língua. Essa é a base do que chamamos assujeitamento.

Assim, os discursos funcionam de acordo com certos fatores e um deles é o que se entende por relação de sentidos. Essa noção compreende que não há discurso que não se relacione com outros, ou seja, “os sentidos resultam de relações: um

discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros” (ORLANDI, 2015, p. 37).

Desse modo, não há início absoluto nem ponto final para o discurso, sendo que a produção de sentidos se dá

em uma tensão dialética entre dispersão e regularidade, entre repetição e deslocamentos [...] nos levando à necessidade de se pensar na interdiscursividade, de tomar como objeto de análise as relações entre o intradiscurso e o interdiscurso, a fim de compreender as inter-relações entre estrutura e o acontecimento (GREGOLIN, 2009, p. 52, *apud* BRITO, 2012, p. 555).

Pensando ainda na constituição dos sujeitos e dos sentidos, temos a chamada relação de forças, de modo que o lugar que o sujeito ocupa lhe confere modos diversos de significado, isto é, ao compararmos a fala de um professor e a de um aluno, segundo essa noção, os dizeres do professor terão um poder maior de autoridade.

ORLANDI (2015) explica que a sociedade é hierarquizada e “são essas relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’” (ORLANDI, 2015, p. 37). Dessa forma, não são os sujeitos físicos ou os lugares empíricos, demarcados na sociedade que operam no discurso, mas “suas imagens que resultam de projeções” (*id.*, *ibid.*, p. 38).

Portanto, a concepção de língua permeada pelas práticas sociais e políticas nos faz abordar o signo para além de sua tessitura superficial, colocando-nos diante de uma trama social em que há o sujeito do inconsciente, da linguagem, interpelado pela ideologia (PÊCHEUX, [1969] 1997), enunciando uma língua opaca, tendo em vista as possibilidades de polissemia e paráfrases presentes em todos os dizeres.

De igual maneira, a polissemia e a paráfrase se tornam noções caras ao analista do discurso, enquanto observador das emersões discursivas. ORLANDI (2015) esclarece que “os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém” (ORLANDI, 2015, p. 34), fato que se relaciona com a memória dos dizeres.

Segundo a autora, é por meio da paráfrase que se “produzem diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado” (*id.*, *ibid.*, p. 34). A paráfrase caminha com a estabilização, ou seja, por meio de significantes diversos o mesmo sentido

pode emergir. Em contrapartida, a polissemia relaciona-se com o deslocamento, rumando para a ruptura de processos de significação (*id.*, *ibid.*).

Dessa forma, as relações da paráfrase com a polissemia colaboram com a compreensão das maneiras como o político e o linguístico se relacionam na constituição dos sujeitos e na produção dos sentidos, os quais são ideologicamente marcados. Ao considerarmos que os discursos são permeados pela ideologia e pela réplica histórica, entendemos como infactível desconsiderar tais aspectos quando se opta por olhar a língua por essa perspectiva, conforme PÊCHEUX (1990) assinala:

o princípio dessas leituras consiste em multiplicar as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro modo, a fim de se colocar em posição de ‘entender’ a presença de não ditos no interior do que é dito (PÊCHEUX, 1990, p. 44).

3.2 Sobre os conceitos

Como dito anteriormente, este capítulo explora as noções consideradas essenciais no desenvolvimento deste trabalho. Desse modo, o próximo subtópico aborda a noção de relações de força/poder, especialmente importante na medida em que um dos propósitos da pesquisa é refletir sobre as coerções/influências das vozes institucionais sobre a massa populacional, neste caso notadamente refletir sobre as práticas cotidianas digitalizadas, estando as noções de silenciamento e esquecimentos nº1 e nº 2 na teia das reflexões sobre as possibilidades de efeitos de sentidos na tensão dessas relações. Por sua vez, os subtópicos que tratam das noções de formação discursiva e paráfrase apontam o(s) modo(s) pelos quais o sujeito é interpelado pela ideologia, fatores que organizam os gestos de leitura e propiciam a emersão do fio discursivo.

3.2.1 Relações de força/poder

A hipótese inicial deste trabalho parte da premissa de que os valores simbólicos das TDIC são constituídos de efeitos de sentido que se relacionam com sucesso, redenção, inovação, etc., sendo que as vozes institucionais (notadamente

a esfera do Governo Federal) têm agregado tais valores, no sentido de que seus dizeres defendem que o acesso a essas tecnologias, bem como a sedimentação das práticas digitais em todos os setores poderão contribuir para que a nação brasileira concorra com mais efetividade para as metas (sempre inatingíveis) de ascensão econômica e possa disputar, com maior competência, por posições de comando prestigiadas internacionalmente.

Além disso, como consta no *Estratégia brasileira para a transformação digital*, documento que compõe nosso *corpus*, o Estado brasileiro admite que as tecnologias digitais podem “influenciar direta ou indiretamente vários dos demais objetivos e metas dos ODS”⁴⁵ (BRASIL, 2018, p. 06) das Nações Unidas, podendo contribuir para “erradicação da pobreza, fome-zero, saúde e bem-estar, educação de qualidade, entre outros” (BRASIL, 2018, p. 07).

Com base nessa narrativa, relembramos os objetivos (i) e (ii) deste trabalho, que são “verificar se e de que modo os discursos institucionais agenciam o sujeito para o consumo da tecnologia” e “investigar as relações de poder que constituem os discursos sobre as tecnologias digitais de informação e comunicação”, respectivamente. Esses objetivos foram construídos com o intuito de problematizar o discurso redentor relacionado às tecnologias digitais e, também, a automatização das práticas da cultura digital, em detrimento das relações sócio-históricas que integram a humanidade.

Diante disso, este tópico procura abordar a noção de relações de força/poder como parte do nosso tecido de reflexão, contribuindo com os movimentos de interpretação (capítulo dedicado à análise) e com a persecução dos objetivos mencionados acima. A discussão, nesse momento, parte da noção de biopolítica (FOUCAULT, [1978-1979] 2008), agregada à noção de psicopolítica (HAN, 2018), a qual entendemos como complemento da teoria foucaultiana.

Os esquecimentos nº 1 e nº 2 de Pêcheux também serão mobilizados neste tópico, já que são processos que acreditamos serem atravessados pelas relações de força/poder, os quais confluem para o assujeitamento e, logo, permeiam os apontamentos relativos a um possível agenciamento dos sujeitos.

Da mesma maneira, tratamos da noção de silenciamento que, como parte dessas relações, é bastante importante para pensar a tensão de forças e os modos

⁴⁵ Objetivos de desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>>. Acesso em: 29/09/19.

de constituição desses processos. De acordo com Foucault ([1978-1979] 2008, p. 258), o poder não pode ser considerado um princípio em si, mas um campo de relações, ou seja, a maneira como se conduz a gestão do corpo social.

Sendo assim, o jogo social obedece a ‘regras’ que comportam o modelo hegemônico de determinada sociedade. Por isso, ao observar um modelo social devemos considerar, conforme PÊCHEUX; FUCHS, ([1975] 1997, p. 165), a ideologia (pre)dominante, que é caracterizada pela instância econômica. Semelhantemente, no decorrer de seu percurso teórico, Foucault sempre reconheceu o atravessamento das relações sociais pelo tipo de organização econômica, aspecto central das abordagens discursivas.

À vista disso, podemos perceber que o modelo social brasileiro segue padrões mercantilistas (FOUCAULT, [1978-1979] 2008, p. 08), visto que a organização da produção e dos circuitos sociais obedecem ao princípio de enriquecimento pela acumulação monetária, fortalecimento pelo crescimento da população e manutenção de um estado permanente de concorrência com potências estrangeiras.

Tal estrutura começou a ser construída a partir da metade do século XIX, com a abertura dos portos e, posteriormente, pela emancipação política, desencadeando o processo de consolidação dos ideais liberais no Brasil (FABER; SEVERO; FERREIRA, 2008). Interessante pontuar que, segundo Faber, Severo, Ferreira (2008) “o capitalismo não se desenvolveu naturalmente no Brasil, antes foi imposto pela associação das classes dirigentes nacionais e o capitalismo internacional” (FABER; SEVERO; FERREIRA, 2008, p. 16).

A imersão nesse modelo impôs um paradigma de desenvolvimento que “previa que o país passasse pelos mesmos estágios que os países de capitalismo adiantado já haviam passado” (*id.*, *ibid.*), fazendo com que o país sempre propusesse saltos desenvolvimentistas, a fim de acompanhar seus parceiros, considerados mais desenvolvidos.

Tais fatos podem colaborar com a reflexão acerca dos valores simbólicos relacionados ao que é estrangeiro, do imaginário e, por consequência, do discurso identitário do brasileiro⁴⁶, fatores que também ajudam a compreender o jogo de

⁴⁶ Conferir ORLANDI, E.P. (org.). *Discurso fundador*. Campinas: Pontes, 1993 e SILVA; GALLI. *Transformações do/no país do futuro: sentidos sobre educação, trabalho e desenvolvimento social. Diálogos Pertinentes – online: revista científica de Letras, Franca, SP: Universidade de Franca, v. 15*

forças que compõem os discursos sobre as TDIC, pois, segundo Orlandi (2007), ao reconhecer a eficácia material do imaginário, a AD torna visíveis os processos de construção dessa unidade que, ainda que imaginária, é “necessária e indica os modos de existência e de relação com o múltiplo” (ORLANDI, 2007, p.18), necessário na produção de sentidos.

Exemplos que ratificam a conjuntura brasileira do século XIX, a qual acreditamos ser vigente até os dias de hoje, trata do trecho de abertura do *Estratégia Brasileira para a Transformação Digital* e do *Livro Verde* (citado no capítulo 1), respectivamente, os quais afirmam que “o aspecto mais importante seja o país encarar a transformação digital como uma oportunidade ao País para dar um salto qualitativo” (BRASIL, 2018, p. 05) e, também, “permitirá alavancar a pesquisa e a educação, bem como assegurar que a economia brasileira tenha condições de competir no mercado mundial” (BRASIL, 2000, p. v).

O ponto de articulação entre os objetivos desses documentos, que oscilam entre os interesses nacionais e a tentativa de alcançar padrões internacionais, faz com que surja, na diligência de manter um certo equilíbrio, a necessidade de regulamentação da vida, da atividade econômica, da produção econômica, do preço de compra e venda, etc. (FOUCAULT, [1978-1979] 2008, p. 11.).

Embora não se dê de maneira explícita, imposta de maneira taxativa, segundo FOCAULT ([1978-1979] 2008), essa regulação limita, de certa forma, cada sujeito. O autor, ao explorar a teoria do nascimento da biopolítica, demonstra que esse fazer governamental não cinde a população em uma parte de liberdade e uma parte de submissão imposta ou consentida, mas se estabelece na própria prática governamental, “entre as operações que podem ser feitas e as que não podem ser feitas, em outras palavras, entre as coisas a fazer e os meios a empregar para fazelas, de um lado, e as coisas a não fazer” (*id.*, *ibid.*, p. 16).

A submissão não consentida de maneira consciente, da qual fala Foucault, tem a ver, de acordo com nosso ponto de vista, com o esquecimento nº1 (PÊCHEUX; FUCHS [1975] 1997, p. 78), em que o sujeito pensa estar na fonte dos sentidos, mas que, ao falar as suas palavras, fala também as palavras do outro.

Dito de outra maneira, é por meio do esquecimento nº1 - na medida em que as práticas governamentais produzem mecanismos de ‘convencimento’ - que o

sujeito pode colaborar com o objetivo maior do Governo. Os mecanismos de ‘convencimento’ atuam, em consonância com a teoria foucaultiana, pelo princípio da verdade, ou seja, constituem um esforço para instaurar um regime de verdade, sendo

marcado pela articulação de práticas, de um certo tipo de discurso que, de um lado o constitui como um conjunto ligado por um vínculo inteligível e, de outro lado, legisla e pode legislar sobre essas práticas em termos de verdadeiro ou falso (FOUCAULT, [1978-1979] 2008, p. 25).

Diante disso, e considerando que nosso trabalho parte da premissa de que o discurso redentor sobre as tecnologias digitais tem sido apropriado pelo Governo em seu empreendimento de alçar o país a postos mais altos, entendemos que uma das vias de garantir o êxito passa pela massa populacional. Logo, o Estado conduz suas práticas na direção de assentar um regime que tome como verdadeiros os valores simbólicos que ligam as TDIC à potenciais de sucesso pessoal e econômico, melhoria da qualidade de vida, entre outros.

Nessa perspectiva, Foucault (*id.*, *ibid.*) ainda diz que “o par série de práticas/regime de verdade forma um dispositivo de saber-poder que marca efetivamente no real o que não existe e submete-o legitimamente à demarcação do verdadeiro e do falso” (FOUCAULT, [1978-1979] 2008, p. 27).

Em outras palavras, o poder de verdade e legitimidade da qual a voz governamental é constituída pode, por meio da motivação/imposição de determinadas práticas e/ou discursos, atravessar de tal forma os sujeitos no processo do esquecimento nº1 - “cuja zona é inacessível ao sujeito [e] precisamente por essa razão, aparece como constitutivo da subjetividade na língua” (PÊCHEUX; FUCHS [1975] 1997, p.177) - que esses sujeitos tomem como suas essas mesmas práticas e esses mesmos discursos.

O regime de verdade, bem como as regras que regem o controle dos corpos têm a ver com a biopolítica, que trata dos processos da administração dos corpos e da gestão calculista da vida, com vias a disciplinar o corpo (o sujeito) e adaptá-lo à determinada forma de produção, inserindo-o em um conjunto de regras e produzindo um sujeito de obediências (FOUCAULT, [1976] 2006, p. 148).

Porém, HAN (2018) defende que a *psique* não está no foco da biopolítica, uma vez que o poder disciplinar não consegue penetrar nas camadas mais

profundas da mente. Segundo a teoria de HAN (2018, p. 35), a biopolítica não se adequa às demandas atuais, marcadas pelo neoliberalismo⁴⁷ (evolução do capitalismo), que se serve das tecnologias digitais para (também, mas não somente) construir e utilizar psicogramas da população, com vias à exploração intensiva da *psique* humana.

O autor, que produziu esse deslocamento a partir dos estudos foucaultianos, reconhece que a morte prematura de Foucault “privou-lhe da ideia de repensar sua ideia de biopolítica” (*id.*, *ibid.*, p. 39).

Conforme HAN (2018), esse deslocamento está na particularidade essencial de cada noção: enquanto a biopolítica consiste em controlar os corpos e comportamentos por meio de regras, a psicopolítica busca o cerne do sujeito neoliberal (o qual é atravessado pela ideologia do desenvolvimento de si), fazendo com que ele se mantenha explorado de forma voluntária.

Dito de outro modo, as técnicas sutis do neoliberalismo agem de tal maneira na *psique* do sujeito, que ele tome o discurso neoliberal para si (ilusão de liberdade), reproduzindo o contexto de dominação (*id.*, *ibid.*, p. 44). Embora HAN (2018) encare a psicopolítica como um desdobramento da biopolítica, nós entendemos a primeira como prática complementar da segunda, visto que os objetivos e a forma de atuar do Estado têm sido praticamente a mesma.

O deslocamento, segundo nosso ponto de vista, está na eficácia, proporcionada pelo alcance e ‘inteligência’ das tecnologias digitais, bem como na focalização não mais do corpo, mas da mente como via de geração e manutenção da dominação. Acreditamos, juntamente com a teoria pêcheuxtiana, que o processo de dominação - nomeadamente psicopolítica - do sujeito ‘desmemoriado’ por determinado discurso/ideologia, se dá na confluência das regiões dos esquecimentos nº 1 (inconsciente),

cuja zona é inacessível ao sujeito, precisamente por essa razão, aparece como constitutivo da subjetividade na língua. Desta maneira, pode-se adiantar que este recalque (tendo ao mesmo tempo como objeto o próprio processo discursivo e o interdiscurso, ao qual ele se articula por relação de contradição, de submissão ou de usurpação) é de natureza *inconsciente*, no sentido em que a ideologia é constitutivamente inconsciente

⁴⁷ O Neoliberalismo é uma doutrina socioeconômica que retoma os antigos ideais do liberalismo clássico ao preconizar a mínima intervenção do Estado na economia, através de sua retirada do mercado, que, em tese, autorregular-se-ia e regularia também a ordem econômica. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-neoliberalismo.htm>>. Acesso: 13/10/20.

dela mesma (e não somente distraída, escapando incessantemente a si mesma. (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1997, p.177)

e nº 2 (consciente):

a zona em que o sujeito *pode penetrar conscientemente*, e que ele o faz em realidade constantemente por um retorno de seu discurso sobre si, uma antecipação de seu efeito, e pela constituição da defasagem que aí introduz o discurso de um outro. Na medida em que o sujeito se corrige para explicar a si próprio o que disse, para aprofundar 'o que pensa' e formulá-lo mais adequadamente, pode-se dizer que esta zona nº 2, que é *a dos processos de enunciação, se caracteriza por um funcionamento do tipo pré-consciente/consciente (id., ibid.)*

Essas zonas amparam o atravessamento do sujeito imerso em determinado contexto político-histórico. Dessa maneira, tratando-se de uma forma de poder que atua silenciosamente (e, por isso mesmo é tão eficiente), a psicopolítica instaura a falsa sensação de liberdade, cenário que impossibilita/dificulta que o sujeito tome consciência de sua submissão, visto que, ao tomar determinado discurso como seu, a figura do dominador é apagada, fazendo com que o sujeito, que encara como sua aquela ideologia e seu aquele discurso, permaneça no círculo que compreende a manipulação/apropriação/dominação.

Segundo HAN (2018), a psicopolítica é eficaz porque “em vez de tornar as pessoas obedientes, tenta deixá-las dependentes, [...] controlando suas vontades em seu próprio benefício” (*id., ibid.*, p. 26-27). Seu modo de ação não vai contra o sujeito, mas vai ao seu encontro ao produzir e explorar emoções positivas, por meio do apelo incessante ao compartilhamento, expressão de opinião, desejos e preferências, pois a alta exposição permite que sejam traçados perfis assertivos de cada ‘cliente’, extinguindo a livre escolha em prol de uma livre seleção entre ofertas disponíveis.

No que compete à temática deste trabalho, entendemos que a psicopolítica serve ao governo brasileiro tal como uma engrenagem retroalimentada⁴⁸, mediante à apropriação do discurso redentor das tecnologias digitais, juntamente com as práticas neoliberais, no sentido de alcançar os objetivos que julga serem exitosos aos seus planos. Essa engrenagem é colocada em ação por meio dos documentos

⁴⁸ Importante destacar que não vemos esse processo de forma linear ou estanque: trata-se de uma tentativa de didatização, com a finalidade de explicitar o nosso raciocínio.

oficiais, notícias em sites oficiais, etc. e das políticas públicas, que vão atuar na mesma direção do discurso apropriado e da ideologia (pre)dominante.

Da mesma maneira, o rastreamento de perfis pode favorecer modelos de campanha e de *slogans* compatíveis com os objetivos do Estado, bem como auxiliar a mensuração da opinião popular. A rápida difusão desse discurso, assim como as políticas públicas que vão na direção desse propósito, mesmo que não sejam únicas, contribuem com os efeitos de sentido e com a interpelação do sujeito, já que o sentido se produz nas relações dos sujeitos e dos sentidos, ambos inscritos no jogo das formações discursivas, que constituem as regiões do dizível (ORLANDI, 2007, p. 20).

No que tange às práticas sociais, as políticas públicas, nos parece, encorpam as ações da psicopolítica, e as políticas voltadas à Educação estão na centralidade dessas ações. Isso porque a grande massa populacional passa pela escola e é lá que, desde cedo, serão formados os sujeitos que integrarão de forma ativa a sociedade, o que configura um nicho importante na tensão de forças.

Nesse contexto, o sujeito, como tratado no capítulo anterior, imerso na cultura do digital e na ideologia neoliberal, as quais agregam valores simbólicos como o empreendedorismo e o desenvolvimento de si, é também interpelado pelo sistema escolar, visto que este obedece às políticas públicas implementadas pelo Estado, um dos motivos que fizeram com que, na composição dos recortes do nosso *corpus*, nos interessássemos pela parte dedicada à Educação nesses documentos.

O atravessamento do qual falamos remete-nos às formas do silêncio, propostas por ORLANDI (2007), especificamente ao silêncio constitutivo (ORLANDI, 2007, p. 24), que indica que para dizer é preciso não-dizer, ou seja, ao falar uma palavra eu deixo de dizer outras palavras. Dessa maneira, como política do silêncio, o silenciamento, “a partir de uma posição do sujeito – ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo ‘outros’ sentidos” (*id.*, *ibid.*, p. 53).

Ainda dentro da questão do silenciamento, Orlandi lembra da declinação política do silêncio, na medida em que o silêncio é resultado como forma não de calar, “mas de fazer dizer ‘uma’ coisa, para não deixar dizer ‘outras’” (*id.*, *ibid.*). Assim, o sujeito, que se identifica com a formação discursiva que diz que o digital é a salvação de todos os males, é silenciado na medida em que se naturalizam determinados significados em detrimento de outros.

Esse jogo se mostra, ainda, no efeito de sentido que se dá na tentativa de apagar um sentido que se quer evitar, ou seja, os não-ditos que poderiam adentrar uma outra formação discursiva, outra região de sentidos. Desse modo, segundo ORLANDI (2007), o silêncio trabalha os limites das formações discursivas, “determinando consequentemente os limites do dizer” (*id., ibid.*, p.74).

O que queremos dizer é que a naturalização dos valores simbólicos do digital, que têm sido marcadamente atrelados ao positivismo e à autonomia dos processos, faz com que palavras como inovação, sucesso, dinheiro, empreendedorismo, desenvolvimento, competitividade, entre outros, constituam a rede de efeitos de sentido do digital, enquanto outros aspectos do digital, que surgem devido à forma de conduzir essas tecnologias, não são colocados em voga: manipulação, falibilidade, alienação, exploração do trabalho, etc..

Concordando com Orlandi, que diz que “a censura não é um fato circunscrito à consciência daquele que fala, mas um fato discursivo que se produz nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação” (ORLANDI, 2007, p. 76) entendemos que o quadro que presenciamos se constitui na tentativa de ‘moldar’ os discursos para atingir objetivos bem estabelecidos.

Na compreensão sobre essa forma de silenciar, “a censura pode ser compreendida como a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas” (*id., ibid.*), afetando a identidade do sujeito enquanto sujeito do discurso, já que “a identidade resulta de processos de identificação segundo os quais o sujeito deve se inscrever em uma (e não em outra) formação discursiva para que suas palavras tenham sentido” (PÊCHEUX, 1975 *apud* ORLANDI, 2007, p.76).

Um aspecto central de nossa discussão aborda a automatização do potencial das TDIC (já abordada), contexto que pode contribuir com os apagamentos dos aspectos históricos-sociais dessas tecnologias, às quais foram e são construídas pelo e para o humano, indício que nos faz pensar que os modos de emprego do digital, bem como o tipo de organização social em que são empregadas, é que definirão os impactos positivos ou negativos das tecnologias digitais na sociedade.

As TDIC, por si só, ou mesmo o acesso a elas, possuem pouco ou nenhum poder de transformação, mas os modos como são utilizadas é que potencializam rupturas ou a manutenção do sistema político-social. A nossa opção pelo uso do termo ‘apagamentos’ ao invés de ‘apagamento’ se justifica em razão da tentativa de

colocar em suspenso certos efeitos de sentido, ao mesmo tempo em que se pensa/tenta fazer emergir outros.

Desse modo, as tentativas de apagamentos são construídas por meio de diversas ações, tais como veiculação de *documentos marketing*⁴⁹, pulverização, nas redes sociais, de materialidades carregadas de discursos que ‘conversam’ com o jogo de efeitos de sentido, bem como com o lugar de poder que almejam instaurar, manutenção de sites institucionais que colocam em evidência notícias e/ou textos que replicam os dizeres almejados, entre outros.

Nesse jogo, os sujeitos são imersos na política do silenciamento (por meio da psicopolítica) conforme a ideia dominante (ou a que quer dominar) é ‘borrifada’ nos/pelos diversos canais de comunicação que trabalham segundo essa ideia. Nesse processo de ‘afogamento’, o sujeito é afetado via processos de identificação, à proporção em que a zona de esquecimento nº 1 também é alterada, apagando/suspendendo determinados efeitos de sentido.

Destacamos que essa rede, não de regulação da palavra propriamente dita, mas dos arranjos no jogo discursivo que ressignificam os sentidos, pode afetar a constituição dos sujeitos, visto que, de certa maneira, as identificações também são esquecidas/apagadas/remodeladas à medida em que os discursos de poder e de autoridade são naturalizados/incorporados pelos/nos discursos dos sujeitos.

Encaramos esses apagamentos como uma forma de coerção (mesmo que seja feita de maneira sutil e fragmentada) que faz parte de um projeto maior, o qual nos parece ser o agenciamento do sujeito, assim como a manutenção do mercado consumidor para/no produto digital.

Dito de outra forma, essa tentativa de cooptação tem vários objetivos, os quais parecem ser: gerar mão de obra para o mercado tecnológico, formar uma massa de consumidores dos diversos produtos digitais e fazer ‘girar’ a roda de outros mercados consumidores, já que a internet, entre outras coisas, tem sido um grande centro de anúncios.

Assim, o Estado, por meio da psicopolítica neste caso, se vale dos silenciamentos/apagamentos/esquecimentos como forma de instaurar um panorama

⁴⁹ Chamamos de *documentos marketing* aqueles que, na ausência de denominação mais específica e, por não encontrarmos por ora teoria que abarca o que temos percebido em nossa pesquisa, o que seria a estratégia de tornar palatáveis e aceitos, pela população em geral, planos e leis, publicando documentos com linguagem considerada mais didática, gráficos, cores e títulos chamativos, etc., no sentido de ressaltar os pontos que consideram positivos.

favorável a seus interesses e ideologias, os quais acreditamos ter bastante influência de um regime baseado na legitimidade dos bens privados e na liberdade de comércio e indústria, com o principal objetivo de adquirir lucro.

3.2.2 Formação discursiva

De maneira a aprofundarmos um pouco mais as questões que dizem respeito à interpelação do sujeito e dos processos discursivos, abordaremos, de maneira mais pormenorizada, a noção de formação discursiva (FD), a qual acreditamos também contribuir com os gestos de leitura, já que expõe, de forma mais detalhada, o assujeitamento. Desse modo, iniciamos com as considerações de INDURSKY (2005), que diz que não é possível pensar em FD dissociada da noção de Forma-Sujeito e sua fragmentação em posições-sujeito, pois essas questões estão imbricadas na evolução da noção de FD.

Segundo INDURSKY (2005), uma das primeiras vezes em que Pêcheux falou sobre formação discursiva foi no texto que escreveu em coautoria com Fuchs, em que estabelecem a relação entre discurso e ideologia, entendendo que

se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica. Dito de outro modo, a espécie discursiva pertence ao gênero ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1990, p.166-167).

Como instância que, de certa maneira, permite o dizer e o não-dizer das posições-sujeito aí inscritas, a partir de uma determinada Forma-Sujeito regular, a FD corresponde “a um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente”, regulando o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

Nesse quadro teórico, a noção de sujeito é fortemente entrelaçada à de FD pois, ao conceber que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos de seu discurso, pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1988, p. 161), ao mesmo

tempo em que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)” (*id., ibid.*, p.163), reconhecemos a relação dialética em que a FD molda a Forma-Sujeito e que, ao identificar-se, o sujeito passa a ser constituído por essa FD.

Inicialmente, essa ‘tomada de posição’ do sujeito, ao identificar-se com o Sujeito e com seus semelhantes, como reduplicação da identificação do sujeito, só deixava espaço para os mesmos sentidos, ou seja, a alteridade, a diferença e a contradição ainda não estavam contempladas (INDURSKY, 2005, p. 05).

Porém, ao falar de “bom sujeito” (PÊCHEUX, 1988, p. 215) e “mal sujeito” (PÊCHEUX, 1988, p. 215), essa homogeneidade é relativizada, dando entrada ao heterogêneo. Dessa maneira, a superposição entre o sujeito do discurso e a Forma-sujeito revela uma “identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD que afeta o sujeito, caracterizando o discurso do ‘bom sujeito’ que reflete espontaneamente o Sujeito”. (PÊCHEUX, 1988 *in* INDURSKY, 2005, p. 05). Já o “mal sujeito” caracteriza o sujeito do discurso que, através de uma ‘tomada de posição’, se contrapõe à Forma-sujeito, gerando “separação, distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...” (*id., ibid.*).

Entretanto, INDURSKY (2005) frisa que a tensão entre a plena identificação com os saberes da FD e a contra-identificação com esses mesmos saberes ocorre no interior da FD, ou seja, “o sujeito do discurso questiona saberes pertencentes à formação discursiva em que ele se inscreve e o faz a partir do interior desta mesma formação discursiva” (INDURSKY, 2005, p. 06). A contra-identificação da qual Indursky fala se constitui como resistência à Forma-Sujeito e ao domínio de saberes que ela organiza, resultando em um sujeito do discurso que não se identifica mais plenamente com os saberes que a Forma-Sujeito representa, ocasionando uma tensão entre sujeito do discurso e Forma-Sujeito (INDURSKY, 2005, p. 06). Ainda segundo INDURSKY (2005), desta superposição incompleta (porque tensionada e resistente)

resulta um certo recuo que permite a instauração da diferença e da dúvida que são responsáveis pela constituição da contradição no âmbito dos saberes da Formação Discursiva, ou seja: esta [...] modalidade traz para o interior da FD o discurso-outro, a alteridade, e isto resulta em uma FD heterogênea (INDURSKY, 2005, p. 06).

A autora também acrescenta que, ao entendermos uma FD como um domínio de saber heterogêneo em relação a ela mesma, podemos “identificar não apenas duas, mas várias posições-sujeito” (*id.*, *ibid.*). Deste modo, as posições-sujeito são ligadas à noção de interdiscurso, pois é o interdiscurso que determina uma FD, isto é, o interdiscurso, como “exterior específico de uma FD” (PÊCHEUX, 1988), “contém os dizeres que não podem ser ditos no âmbito de uma dada FD” (INDURSKY, 2005, p. 06).

Com isso, Pêcheux (1988) propõe um terceiro movimento de tomada de posição: a “desidentificação, isto é, de uma tomada de posição não-subjetiva, que conduz ao trabalho de transformação-deslocamento da forma-sujeito” (PÊCHEUX, 1988, p. 217). Dito de outra maneira, o sujeito se desidentifica, não se completa com determinada FD de tal forma que desloca sua identificação para outra FD.

INDURSKY (2005) pontua que, como a contradição e a heterogeneidade são características da ideologia previstas por Pêcheux, a FD tampouco pode ser encarada como sistema homogêneo, devido às suas estreitas relações com o ideológico. Assim, “parece que é na modalidade pela qual se designam (em palavras e em escritos) estas ‘coisas’, ao mesmo tempo idênticas e divididas, que se especifica o que se pode, sem inconveniente, continuar chamando ‘formação discursiva’”. (PÊCHEUX, 1988, p.196).

Isso permite dizer e aceitar que o domínio da FD comporta tanto a identificação quanto a divergência e, por consequência, a Forma-sujeito que a organiza também comportará, abrigando a diferença e a ambiguidade em seu interior (INDURSKY, 2005). Só assim, segundo Indursky (2005), “é possível pensar em uma formação discursiva heterogênea que continua comportando um sujeito histórico para ordená-la” (INDURSKY, 2005, p. 08).

Nesse sentido, podemos pensar também o sujeito histórico “como um sujeito dividido entre as diferentes posições de sujeito que sua interpelação ideológica lhe faculta” (*id.*, *ibid.*), sendo esse elenco a dar conta da Forma-Sujeito. De outro lado, uma forma-sujeito fragmentada “abre espaço não só para o semelhante, mas também para o diferente, o divergente, o contraditório, daí decorrendo uma formação discursiva heterogênea, cujo traço marcante é a contradição, que lhe é constitutiva” (*id.*, *ibid.*).

Relembrando a formulação de PÊCHEUX (1988), a autora afirma que a interpelação do sujeito está intimamente ligada à constituição do sentido, quadro que

possibilita dizer que “certos sentidos [...] são constituídos a partir de uma determinada interpelação/identificação, a partir de um certo momento, podem ser questionados e um sentido pode tornar-se um outro” (INDURSKY, 2005, p. 08), mostrando que, de fato, “não há ritual sem falhas, enfraquecimento e brechas” (PÊCHEUX, 1988, p. 301).

Juntamente com INDURSKY (2005), concordamos que a falha acontece no momento em que ocorre o encontro do sujeito do discurso com a linguagem e a história, contexto que pode dar origem à entrada de novos saberes, o que produz a transformação/reconfiguração de uma FD, representando também a fragmentação da própria Forma-sujeito e do sujeito. Essa fragmentação pode instaurar uma nova posição-sujeito, trazendo para o interior da FD saberes que causam estranhamento, o que “traz para o interior da identidade a alteridade e isto provoca divergência, tensão, estranhamento, agitação nas fileiras dos sentidos, introduzindo no interior da FD” (INDURSKY, 2005) “ambiguidade ideológica e efeitos de divisão ” (PÊCHEUX, [1983] 1990, p.314). Assim, após a reflexão acerca da FD e da posição-sujeito, precisamos reconhecer a heterogeneidade constitutiva dos processos discursivos e, por conseguinte, das FD e dos sujeitos.

Dessa maneira, ao propor um possível ‘fechamento’, INDURSKY (2005) assinala que é necessário considerá-lo como gesto metodológico e não como tentativa de engessamento do real, pois não é possível, diante dos estudos atuais, mobilizar a abordagem discursiva encarando tanto as FD, como o sujeito, como entidades homogêneas. Antes, “é necessário levar em conta que é do encontro entre sujeito, história e linguagem que vai ser possível estabelecer as diferentes posições-sujeito e inscrevê-las no interior de uma ou mais FD” (INDURSKY, 2005, p. 10), quadro que não permite cristalizar nem um nem outro. É a diferença, a heterogeneidade que mostra que “a FD, e não apenas o discurso, é lugar de tensão e não apenas de segurança” (*id.*, *ibid.*).

3.2.3 Paráfrase

Outra noção importante para nossos gestos de interpretação é a noção de paráfrase discursiva, visto que faz esta parte do processo de constituição do sujeito e do sentido. A paráfrase discursiva é uma noção que constitui a AD e, por isso, foi sendo construída concomitantemente à teoria do discurso pêcheuxtiana. Pensada já

no período da AAD-69, seu modo de funcionamento consistia na construção de “classes de equivalência distribucional, interpretadas como classes de paráfrase discursiva” (COURTINE; MARANDIN [1982] 2009, p. 35 *in* FERNANDES; VINHAS, 2019, p. 137). Segundo Fernandes & Vinhas (2019), “essas classes de paráfrase eram o que constituía a base estável e homogênea das sequências discursivas retiradas do *corpus* de análise estabelecido por condições de produção igualmente estáveis e homogêneas” (FERNANDES; VINHAS, 2019, p. 137).

Contudo, esse modelo não satisfazia os objetivos da teoria discursiva pois, além de se apoiar em um único texto, sua definição de equivalência era semelhante a uma “uma superposição de sub-sequências” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX [1971] 2011, p. 30) que eram consideradas somente pelo contexto. A questão da ideologia não era explorada nos determinantes das paráfrases e não havia uma explicitação dos fatores que ‘orientariam’ as equivalências (FERNANDES; VINHAS, 2019, p. 137), característica que deixavam de prestigiar uma das centralidades da análise discursiva.

Diante das críticas ao método e reconhecendo que o “nível do discurso é aquele onde linguística e sociedade se articulam” (GUESPIN, 1971, p. 06 *apud* FERNANDES; VINHAS, 2019, p. 137), ao mesmo tempo que assumia esse lugar de articulação, o discurso passa a ser definido, pela AD, como “um processo social cuja especificidade reside no tipo de materialidade de sua base, a saber, a materialidade linguística” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1997, p. 179), fato que tornou a busca por uma metodologia que abarcasse o social e o linguístico, uma prioridade. Dessa maneira, a partir de 1975 são propostas reformulações teórico-metodológicas, no sentido de cumprir essa relação, efetivada por meio da tríade psicanálise/materialismo histórico/linguística, tentativa na qual Pêcheux e Fuchs empreendem a teoria dos esquecimentos (FERNANDES; VINHAS, 2019, p. 137). Ainda assim, a proposta de 1975 mantém traços do formalismo, ao estancar as etapas de análise e utilizar de esquemas para representar os processos de significação e os conceitos, *modus operandi* que não se desligava dos pensamentos generalista e estrutural, dos quais a teoria discursiva procurava deslocar-se.

O esforço na construção de um método de análise específico foi um obstáculo importante enfrentado pela AD em seu plano de consolidação no cenário científico da época, até porque não foi comprovada a possibilidade de reproduzir o mesmo percurso de análise para todo e qualquer *corpora* (*id.*, *ibid.*, p. 140). Essa conjuntura

fez com que seus teóricos revissem os pressupostos, empreitada que levou à observação da lacuna ligada à “heterogeneidade da noção de *formação discursiva* (FD), já que seu fechamento é instável ou apenas provisório” (*id.*, *ibid.*). Com a emersão dessa lacuna, pôde-se perceber que não podemos homogeneizar e controlar os discursos, nuance que é fundamentada pela pesquisa de Jean-Jacques Courtine ([1981] 2011), orientado por Pêcheux e influenciado teoricamente por Foucault (*id.*, *ibid.*, p. 140).

A apropriação da teoria foucaultiana possibilitou o desenvolvimento de uma abordagem propriamente discursiva, em que a análise linguística passa a ser o trabalho de mobilizar aspectos enunciativos da linguagem em prol da compreensão do processo discursivo, e não da regulação de seus elementos na sua organização sintática (*id.*, *ibid.*, p. 141). Assim, ao incorporar os conceitos de condições de produção e formação discursiva, as análises se voltam às relações entre “elementos linguísticos e suas condições de uso, mostrando a relação entre as equivalências, substituições e outras estratégias linguísticas com as determinações ideológicas da produção de sentidos” (FERNANDES; VINHAS, 2019, p. 141). Essa abordagem, por fim, consegue dar visibilidade às “contradições ideológicas de classe em uma conjuntura histórica” (COURTINE, [1981] 2009, p. 108), pois a regularidade do processo discursivo passa a ser compreendida não mais por sua estaticidade, mas a partir das condições de produção que configuram o recorte analisado. Pêcheux ([1982] 1998) conclui os parâmetros dessa outra abordagem quando diz que

tentar pensar a língua como espaço de regras intrinsecamente capazes de jogo, como jogo sobre as regras, é supor na língua uma ordem de regra que não é nem lógica, nem social: é levantar a hipótese de que a sintaxe, como espaço especificamente linguístico, não é nem uma máquina lógica [...], nem uma construção fictícia de natureza metalinguística [...] (PÊCHEUX, [1982] 1998, p. 53).

Nesse sentido a AD entende que sua função não deve ser formular regras ou tentar controlar a produção de sentidos, mas compreender de que modo se dá o curso do discurso como “palavra em movimento” (ORLANDI, 2002, p. 15). Essa nova ‘ordem’ reconhece a interpretação do analista, assim como abandona a objetividade positivista, visto que a especificidade do objeto teórico (o discurso) não comporta a estática e a homogeneidade. Logo, Pêcheux ([1983] 1990) propõe, para compor o processo discursivo, a alternância entre interpretação e teoria, na descrição da

materialidade, sem estabelecer níveis de análises, nem etapas pré-definidas. Diante desse quadro teórico, torna-se impossível dissociarmos objeto, método, teoria e análise em AD (FERNANDES; VINHAS, 2019, p. 145), já que o “ir-e-vir” entre teoria e gestos de interpretação supõe movimentos que rompam a superficialidade da língua, colocando seu objeto em relação a outros já-ditos, que são (re)atualizados pela memória discursiva (constitutiva de todo dizer), no sentido de se questionar como este ou aquele texto significa.

Nesse lugar de escuta está a paráfrase, conceito mobilizado na etapa em que o analista procura o fio discursivo, levando em conta que “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções do sujeito” (ORLANDI, 2012, p. 30). Desse modo, os sentidos não são resultados puramente da base linguística ou do que o sujeito pensa em dizer, mas determinados por fatores externos, mediados pelas condições históricas, que penetram na discursividade enquanto processos de ressonâncias interdiscursivas (SERRANI, 1997).

De acordo com ORLANDI (1999), os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. Por isso, a paráfrase é mobilizada considerando-se que cada sujeito está inscrito em uma formação discursiva, condição que regula o que pode e deve ser dito, mas também o que não pode e não deve ser dito em determinada conjuntura sócio-histórica. É por meio da posição sujeito inscrita em determinada FD que os sentidos se constituem no processo discursivo, ou seja, o sentido, segundo PÊCHEUX ([1975] 2009), é decorrente das posições ideológicas que perpassam o processo sócio-histórico em que “as palavras, expressões e proposições são produzidas” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 146).

Dessa maneira, a paráfrase ocupa um dos modos de funcionamento da formação discursiva (VAZ, 2010): situando a formação discursiva como um universo sistematizado de paráfrases, isto é, de maneira a preservar sua identidade, os sentidos são retomados nas (re)formulação dos enunciados. Dito de outra maneira, o que constitui um grupo de paráfrases é a manutenção do efeito de sentido em sequências discursivas diversas, característica que preserva a FD. Como teoria que não comporta dicotomias ou simplificações puristas, a teoria do discurso é constituída por uma engrenagem de conceitos interdependentes, que são mobilizados para fazer emergir o funcionamento do processo discursivo. Assim, de

forma mais ou menos didática, pode-se dizer que o interdiscurso, que atua na memória discursiva, no já-dito, sustenta o dizer retomando formulações já feitas, mas ‘esquecidas’, construindo os valores simbólicos, uma história dos sentidos. Esses sentidos são ‘eleitos’ por determinada FD e materializados linguisticamente em sequências discursivas variadas que, comparadas entre si, evidenciam as paráfrases ou a retomada de sentidos. Por isso mesmo, a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição (ORLANDI, 2012, p. 38).

Diante do exposto, acreditamos que olhar para o funcionamento das relações parafrásticas nos permitem apreender não só os sentidos, mas a filiação dos sentidos que constituem os discursos, já que paráfrase evidencia a memória do processo discursivo. No capítulo que segue, lançamos mão dos processos parafrásticos enquanto olhar metodológico-analítico, com vistas à emersão do fio discursivo do digital, no sentido de compreender os possíveis efeitos de sentido e os modos do seu funcionamento.

4 GESTOS ANALÍTICOS: SENTIDOS SOBRE TECNOLOGIAS DIGITAIS

Pêcheux aponta que o dispositivo da AD “visa colocar em evidência os traços dos processos discursivos” ([1975] 1997, p. 171). Trata-se de um movimento que considera a tessitura textual, no sentido de ‘encontrar’ o fio do discurso. Os gestos que envolvem a busca desse objetivo levam em conta suas condições de produção, o que significa que o texto, por si só, não tem propriedade para fazer emergir esses processos. O discurso emerge na medida em que se conhece a sua conjuntura histórico-social, quando se traça hipóteses sobre os pré-construídos dos sujeitos envolvidos e considerando a posição que o sujeito ocupa naquele discurso. No mesmo sentido, o detalhamento do material, bem como a exposição das categorias de análise são propostos visando traçar um percurso que colabora com a compreensão dos efeitos de sentido, visto que a AD não pretende alcançar “ ‘o sentido ‘verdadeiro’, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica” (ORLANDI, 2015, p. 57). Com isso em mente, este capítulo aborda as condições de produção, a composição do *corpus* e os gestos de interpretação do material como componentes de nosso gesto do analítico.

4.1 Pontos de partida

Inicialmente, a noção de condições de produção foi pensada por PÊCHEUX (1969), que mobilizou o esquema ‘informacional’ da comunicação produzido por JAKOBSON. Esse esquema mostrava o benefício de se considerar os protagonistas do discurso e o seu referente na compreensão das condições históricas da produção de um discurso. Segundo BRANDÃO (2004), a contribuição de Pêcheux a esse esquema foi a de ver nos protagonistas não só as questões físicas e individuais, colocando-os em “lugares determinados na estrutura de uma formação social” (BRANDÃO, 2004, p.44). Em outras palavras, era necessário que se considerasse as condições de produção para além da situação empírica de uma situação de enunciação. ORLANDI (2015) complementa o pensamento de PÊCHEUX e diz que há duas formas de pensar as condições de produção: no seu sentido estrito e no seu sentido amplo. O sentido estrito está relacionado às circunstâncias da enunciação, isto é, o contexto imediato. Já o sentido amplo abrange o contexto sócio-histórico, ideológico.

Outro ponto importante para pensar as condições de produção são as relações de força, já que o lugar a partir do qual o sujeito fala é constitutivo do que ele diz, ou seja, o lugar discursivo confere mais ou menos poder no jogo simbólico (ORLANDI, 2015). Dito de outra forma, em uma relação hipotética entre professor e aluno, o lugar de professor confere maior peso ao seu discurso, assim como a voz do Estado significa, também, de maneira diferente da voz de um cidadão comum.

Ainda outra nuance importante das condições de produção é a relação de sentidos, pois “todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo” (ORLANDI, 2015, p. 37), ou seja, todo discurso se relaciona com outros. Dessa maneira, para ORLANDI (2015), as condições de produção compreendem o que é material (a língua sujeita ao equívoco e à historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário (que produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica).

Diante do exposto, podemos dizer que as condições de produção representam uma parte importante dos gestos de interpretação, já que sua mobilização permite a emergência do fio discursivo. Não há como fazer análise de discurso sem considerar as condições de produção. Desse modo, tratamos, neste tópico, das condições de produção relacionadas à conjuntura histórica contiguamente anterior à publicação do documento *Estratégia brasileira para a transformação digital* (que compõe nosso *corpus*) a partir do momento em que ocorreram as iniciativas de redes universitárias e empresas estatais, no final dos anos 80 e início dos anos 90, para a implementação da internet no Brasil.

Assim sendo, no início da década de 90, as linhas de internet foram oferecidas para organizações da sociedade civil, porém a maior parcela dos usuários domésticos teve acesso a esse serviço somente em 1995, por meio da norma - elaborada pelo ministro das Comunicações da época, Sérgio Mota (PSDB⁵⁰/SP), juntamente com o Ministério da Ciência e Tecnologia - que instituiu o acesso à rede intermediada por provedores (SOLAGNA, 2015, p. 40). No mesmo período, foi instituído o Comitê Gestor da Internet (CGI.br), primeira iniciativa com a função de organizar a internet no Brasil de forma multisetorial, composta por membros da sociedade civil, acadêmicos e governo (*id.*, *ibid.*)

⁵⁰ Partido da Social Democracia Brasileira.

Em 2003, com a entrada de Lula na presidência, “foram indicados ativistas e acadêmicos identificados com o movimento software livre⁵¹” (SOLAGNA, 2015, p. 40), os quais traziam ideias que contrastavam com a indústria de software tradicional, já representada no Comitê. No que se refere às políticas públicas voltadas ao digital, o governo Lula (PT⁵²) formalizou a proposta da Agenda para o Desenvolvimento, apresentada na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), a proposta de reforma do direito autoral, apresentada pelo Ministério da Cultura (MinC), e diversas políticas públicas na área de software e inclusão digital, em resposta à questões relativas à propriedade intelectual e direito autoral (*id.*, *ibid.*, p. 41). Concomitantemente, o Ministério da Cultura (MinC)⁵³ elaborou uma política de redistribuição de recursos através dos chamados “pontos de cultura”, que eram projetos da sociedade civil, contemplados a partir de editais públicos para o incentivo de ações na área cultural, como grupos de teatro, dança, cineclubes, entre outros, os quais eram registrados e divulgados na internet por meio de licenças autorais alternativas, como Creative Commons⁵⁴, além do uso de software livre nos equipamentos (SOLAGNA, 2015, p. 74).

Nessa mesma visão, um ano mais tarde, Gilberto Gil⁵⁵, amparado por Hermano Vianna⁵⁶, que dispunha de amplo contato com figuras internacionais da área digital, lança as licenças do Creative Commons como política pública (SOLAGNA, 2015, p. 76). A gestão de Gil foi marcada por esse encontro da cultura com outras áreas, notadamente a cultura digital, articulando uma rede que divulgava e promovia discussões e eventos ligados à cibercultura.

Diante da efervescência da internet no país, e em consequência à sobreposição de políticas públicas relacionadas à internet, o movimento pela regulamentação da internet emerge, instrumentalizado por uma agenda alternativa

⁵¹ Software Livre refere-se a todo programa de computador que pode ser executado, copiado, modificado e redistribuído sem que haja a necessidade da autorização do seu proprietário para isso. Esse tipo de software disponibiliza para seus usuários e desenvolvedores o livre acesso ao código-fonte para que possam realizar alterações da maneira que desejarem. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/software/o-que-e-software-livre-25494/>>. Último acesso: 04/11/20.

⁵² Partido dos Trabalhadores.

⁵³ Este Ministério foi, mais tarde, extinto brevemente pelo presidente interino Michel Temer, no dia 12 de maio de 2016, por meio da medida provisória nº 726, sendo revogada em 23 de maio do mesmo ano, após manifestações contrárias. Entretanto, em 1º de janeiro de 2019 o presidente recém empossado, Jair Bolsonaro, extingue oficialmente o Minc com a medida provisória nº 870.

⁵⁴ Creative Commons é uma organização sem fins lucrativos que permite o compartilhamento e uso da criatividade e do conhecimento através de instrumentos jurídicos gratuitos. Disponível em: <<https://br.creativecommons.org/sobre/>>. Último acesso: 05/11/20.

⁵⁵ Ministro da Cultura, na época (2004).

⁵⁶ Um dos assessores de Gil.

ao projeto de Azeredo⁵⁷, que lançou um projeto de lei que versava sobre cibercrimes, o qual vinculava a regulação da internet ao combate à pedofilia na rede (SOLAGNA, 2015, p. 42). Esse projeto desencadeou uma série de discussões sobre privacidade e direitos sobre a internet no Brasil, mobilizando diversos setores da sociedade civil em torno de questões envolvendo privacidade e direito de acesso à rede (*id.*, *ibid.*, p. 42). Como fruto desse cenário surge o projeto do Marco Civil da Internet (concebido em 2009), que propunha “disciplinar princípios, garantias, direitos e deveres dos usuários da internet” (FILHO, 2016, p. 273). Seu texto foi submetido a várias consultas públicas (realizadas na própria internet) e foi alvo de muitas discussões e divergências, principalmente em relação a atitudes que poderiam tipificar censura aos usuários.

O AI5-Digital⁵⁸, nomenclatura dada às questões atinentes à censura, gerou ampla mobilização de diversos grupos, que pediam a alteração da lei e um diálogo mais profundo com o povo, situação em que novas consultas foram realizadas, desta vez em plataformas licenciadas com software livre, fato que aponta uma possível proeminência de ideias distintas do mercado tradicional. As consultas públicas foram um traço constante da gestão do PT, que realizou mais da metade das conferências direcionadas às políticas públicas na história da república do Brasil (AVRITZER; ANASTASIA, 2006 *apud* SOLAGNA, 2015, p. 81). Assim, o Marco Civil acompanhou a tendência de “ampliar os canais de diálogo como estratégia de governo” (SOLAGNA, 2015, p. 42). De maneira semelhante, o Ministério das Relações Exteriores realizou, nas embaixadas brasileiras em outros países, uma pesquisa sobre a forma como a internet era regulamentada em cada país, ao mesmo tempo que coletava sugestões para o Brasil (SOLAGNA, 2015), o que revela a amplitude e importância dada ao projeto do Marco Civil da Internet. Contudo, as discussões relativas ao projeto estenderam-se até o ano de 2010 (último ano do mandato de Lula), principalmente pelas inúmeras divergências de opiniões sobre o texto da lei, como dito anteriormente.

⁵⁷ Senador pelo PSDB/MG, na época.

⁵⁸ Alusão ao Ato Institucional 5, declarado durante o governo do general Costa e Silva. Foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985) e vigorou até dezembro de 1978, produzindo um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem considerados inimigos do regime. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Último acesso: 04/11/20.

Com a entrada de Dilma Roussef (PT) no governo, várias mudanças ocorreram, dentre elas o anúncio de Ana de Hollanda, que possuía vínculo estreito com a indústria fonográfica, para assumir o cargo de Ministra da Cultura (*id.*, *ibid.*). Suas providências direcionaram a suspensão ou não renovação de vários convênios firmados na gestão anterior, causando um grande impacto nos planos e propostas desse ministério, medidas que também afetaram as atividades que faziam intersecção com o digital.

Em julho de 2011, o projeto do Marco Civil foi encaminhado para a Câmara dos deputados, porém somente em março de 2012 seria retomado pelo deputado Alessandro Molon (PT/RJ), “que já havia se envolvido nas discussões sobre o projeto de Eduardo Azeredo quando era deputado estadual no Rio de Janeiro” (SOLAGNA, 2015, p. 87). Em audiências realizadas entre maio e junho de 2012, Molon reuniu “especialistas, militantes, gestores de ministérios e de agências governamentais, além do setor de telecom e de radiodifusão” (SOLAGNA, 2015, p. 86) para tratar do assunto. A retomada ocorreu, também, devido ao ressurgimento da pauta sobre cibercrimes, no momento em que a mídia noticiava a invasão do computador da atriz Carolina Dieckmann, a qual teve fotos íntimas divulgadas na rede. Embora os temas do Marco Civil tenham sido resgatados, o crime cometido contra a atriz direcionou a proposição da Lei 12.737/2012 (também conhecida como Lei Carolina Dieckmann), que apenas tipificava criminalmente os delitos informáticos, enquanto o Marco Civil tratava de vários outros assuntos ligados à internet, fato que protelou, mais uma vez, a votação desse projeto.

Nesse ínterim, apesar das iniciativas de Molon em promover audiências públicas colaborativas para a definição do Marco Civil da Internet, a dinâmica parlamentar se deu de maneira tradicional, por meio das mesas Diretoras da Câmara e do Senado, desagradando muitas das pessoas engajadas da sociedade civil (SOLAGNA, 2015). Entre 2012 e 2013, o Marco Civil foi protelado mais 8 vezes, marcando o embate dos posicionamentos acerca dos temas tratados no projeto. No mesmo período, um grupo de apoiadores do Marco Civil, composto por jornalistas e comunicadores, se organizou para ampliar e divulgar as divergências disputadas no projeto, na tentativa de pressionar o Congresso que, apesar das negociações sobre direito autoral e da apresentação de um novo relatório em 2012, não o colocava em votação (*id.*, *ibid.*). Em meio à crescente mobilização, o projeto se impôs no ano de 2013, marcado por dois grandes acontecimentos que

desarranjaram os arranjos políticos, gerando consequências, também, para a agenda da internet.

O primeiro deles foram as diversas manifestações que ocorreram pelo Brasil em junho: as jornadas de junho, como foram chamadas, reivindicavam a reversão do aumento das tarifas de ônibus em São Paulo e outras capitais, dando vasão, posteriormente, à outras demandas que questionavam o fazer político dentro do país (SINGER, 2013 *apud* SOLAGNA, 2015). Nesse contexto, a internet e as redes sociais foram fundamentais para a divulgação das pautas reivindicadas. Pouco tempo depois, em julho, o jornalista Glenn Greenwald tornou pública a espionagem realizada pelos Estados Unidos, o qual interceptava e armazenava dados de internet de vários países, além de espionar chefes de Estados e empresas de grande porte, incluindo a comunicação pessoal da presidência do Brasil, na intenção de obter vantagens comerciais (FILHO, 2016). A enorme repercussão da espionagem, bem como a pressão organizada pelas mobilizações, fez com que o Marco Civil assumisse extrema importância e urgência. No dia 10 de setembro de 2013, depois do encontro entre Molon e outros ministros, foi enviada ao governo a proposta de tramitação do Marco Civil da Internet, em caráter de urgência (SOLAGNA, 2015).

Contraditoriamente, apesar da urgência, essa tramitação se arrastou até meados de 2014, por conta de inúmeros conflitos entre aqueles que defendiam uma pauta mais progressista e os que se inclinavam aos interesses do mercado, já que o texto do Marco Civil abrangia regras de propriedade intelectual, tráfego da rede, armazenamento de dados, entre outros. Nessa conjuntura, a presidenta Dilma se reuniu com Molon e outros membros para discutir o assunto, reunião que refletiu em seu discurso na Assembleia Geral da ONU, no dia 24 de setembro de 2014 (*id.*, *ibid.*). Seu discurso abordou a governança da internet e citou especificamente questões como neutralidade, liberdade de expressão e privacidade, temas que foram alvos das principais discussões durante o longo período de gestação do Marco Civil, propondo um “marco civil multilateral”, ou seja, um consenso das opiniões envolvidas. Mesmo assim, até o último minuto o marco Civil permaneceu rodeado por polêmicas e divergências, situação em que ativistas e organizações procuravam estabelecer visibilidade aos pontos progressistas. Em algumas sessões de votação do projeto era possível ver “uma faixa com a seguinte frase: Marco Civil da Internet: Democracia sim! Corporações não!” (SOLAGNA,

2015, p. 115), afixada nas galerias do plenário nos momentos de discussão do Marco. A mensagem tentava sensibilizar a parcela da Câmara que defendia os interesses das grandes corporações de telecomunicação, em detrimento das necessidades e dos direitos dos usuários civis.

Porém, mesmo diante da crescente mobilização da sociedade civil e do governo, o projeto não foi colocado em votação em 2013. Dessa vez, o entrave se deu pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) – referência importante do bloco de oposição ao Marco Civil – que, mesmo depois dos acordos sobre pontos divergentes, principalmente aqueles relacionados às empresas de telecomunicações, utilizou uma tática bastante comum no Congresso (apesar de antiética e infeliz), que é barrar os projetos de interesse do governo em troca de mais espaço e poder político (SOLAGNA, 2015, p. 120). Ainda em 2013, novos dissensos ocorreram, notadamente pela incorporação de diretrizes a respeito da retenção de dados, comprometendo questões como a proteção à privacidade, momento que motivou alguns grupos a ponderar sobre o apoio ao projeto. Nesse cenário, ativistas que se viam em posição de alijamento nas negociações redigiram uma carta aberta ao relator, a fim de expressar suas opiniões. Essa carta, mesmo não sendo a única no processo de proposição do Marco, teve um papel de destaque nas discussões posteriores (SOLAGNA, 2015, p. 121).

Sob alta pressão, no início de 2014 (após mais 12 adiamentos), exatamente dia 25 de março, o projeto foi colocado em votação e sua aprovação foi quase unânime, excedendo-se o PPS⁵⁹, único partido a votar contra (SOLAGNA, 2015, 122). No dia 23 de abril, a Presidenta Dilma sanciona o Marco Civil e reconhece publicamente sua importância durante o Netmundial⁶⁰. O texto da lei, segundo as disposições preliminares, “estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria”. O capítulo IV, Art. 24§II, que abrange a atuação direta do poder público, preconiza que deverá ocorrer o “estabelecimento de mecanismos de governança multiparticipativa, transparente, colaborativa e democrática, com a participação do governo, do setor

⁵⁹ Partido Popular Socialista.

⁶⁰ Encontro multisetorial sobre o futuro da governança da internet, que ocorreu em São Paulo nos dias 23 e 24 de abril de 2014, com a participação de mais de 1,2 mil pessoas, entre delegados e representantes de 97 países (SOLAGNA, 2015, p. 123).

empresarial, da sociedade civil e da comunidade acadêmica”. Com o Marco Civil da Internet, o país passa a considerar mais diretamente as questões relativas à tecnologia digital, assim como os impactos sociais subjacentes. Já nesse documento, se prevê a elaboração de uma possível estratégia para o estabelecimento da cibercultura no Brasil, como visto no Art. 28, que orienta que o “Estado deve, periodicamente, formular e fomentar estudos, bem como fixar metas, estratégias, planos e cronogramas, referentes ao uso e desenvolvimento da internet no País”. Consequentemente, o documento deu o pontapé inicial à normatização da digitalização das relações no país.

A presidenta, que governou de 2011 até agosto de 2016, enfrentou muitos revezes desde o início de sua gestão. Inicialmente, colocado como continuação do governo Lula, seu comando não conseguiu romper com a política dominante no Brasil desde 1999 (PEREIRA, 2012, p. 05). Ao substituir Lula, Dilma encontrou uma política focada no controle da inflação por meio da apreciação cambial, conjuntura que manteve o país dependente do mercado e da sobreapreciação da taxa de câmbio, típicas nas economias consideradas em desenvolvimento, como o Brasil (*id.*, *ibid.*). De posse dessa ‘herança’, ela teve que lidar com uma taxa de juros elevada e uma taxa de câmbio altamente sobreapreciada. Ademais, o cenário internacional estava deteriorado devido ao processo de recuperação da economia americana e a crise do euro. As consequências disso foram taxas de crescimento baixíssimas em todos os países ricos em 2012, o que diminuiu a demanda de exportação no Brasil (PEREIRA, 2012, p. 06-07).

Diante desse quadro e da atuação do tripé macroeconômico⁶¹, cujo objetivo interessa a uma coalizão no sistema neoliberal, o país passou a enfrentar um superavit primário. Dilma, formada em economia, tentou rever a política do tripé e conseguiu reduzir a taxa de juros nominais e reais, o que contribuiu com a depreciação da taxa de câmbio (PEREIRA, 2012, p. 06-07). Contudo, essas mudanças não foram suficientes e o Brasil permaneceu na condição de crise e de desindustrialização, principalmente em razão das tensões entre a sociedade civil e os representantes da direita liberal (detentores do capital do país), que sempre exigiu reformas institucionais que ampliem a margem de atuação do mercado e do sistema econômico (*id.*, *ibid.*).

⁶¹ Superávit primário, câmbio flutuante e meta de inflação.

Nessa conjuntura, os grupos hegemônicos, insatisfeitos com as decisões da presidenta, tentaram fazê-la mudar de ideia. Sua resposta ratificou a abertura ao diálogo e ao compromisso com o país, mas refutou ideias que favorecessem os interesses dos grandes empresários em detrimento de outras prioridades. Essa postura fez com que, a partir daí uma rede altamente articulada entrasse em ação, com objetivo de depô-la. Dilma Rousseff, cujo governo iniciou-se em 2011, sendo reeleita em 2014, ficou no cargo até abril de 2016, quando a Câmara dos Deputados aceitou iniciar o processo que solicitava seu impeachment. No dia 31 de agosto de 2016, após longos meses de intensa exposição à diversos ataques, Dilma Rousseff tem seu mandato cassado pelo Congresso Nacional, assumindo seu lugar o então vice-presidente Michel Temer⁶² (PMDB⁶³), cuja gestão durou até dezembro de 2018 (LUZ; WEBER, 2018, p. 218).

O percurso histórico anterior à publicação do documento *Estratégia brasileira para a transformação digital* é importante para os nossos gestos interpretativos, pois possibilita uma visão panorâmica da conjuntura histórico-política e do real que atravessa o processo discursivo. Esse movimento é essencial, também, por situar os acontecimentos contíguos aos recortes analisados, de maneira que relações e indagações possam ser construídas no sentido de fazer emergir o fio do discurso.

Nesse sentido, o trajeto percorrido favorece a apreensão do perfil político preponderante no Brasil, o qual, nos parece, obedece às leis do mercado e do neoliberalismo, ao associarmos a deposição de Dilma e os motivos que a provocaram. Por consequência, também conseguimos visualizar a tensão permanente entre o Estado e o sistema neoliberal, cujos objetivos podem prejudicar profundamente as questões sociais quando o desequilíbrio acontece. Do mesmo modo, podemos perceber as implicações sociais que a internet provocou e provoca, de modo que até a legislação civil e criminal do país tenha que ser revista, gerando uma lei específica. Semelhantemente, todos os percalços sofridos até a aprovação do Marco Civil situam a potência e o alcance do digital, assim como a necessidade de se considerar os modos como ele é praticado, quando observamos que as divergências, em sua maioria, eram motivadas pelas visões

⁶² O governo de Temer será abordado no próximo tópico.

⁶³ Antigamente Partido do Movimento Democrático Brasileiro, atualmente MDB, Movimento Democrático Brasileiro.

opostas de sociedade e de sistema econômico ideal. Ainda outra possibilidade se dá na comparação entre os governos Lula e Dilma que, apesar de serem do mesmo partido e de partilharem das mesmas convicções, seguiram táticas diferentes, especificamente nas escolhas para o cargo de ministro da cultura, alçando práticas que, de certa forma, alteraram as circunstâncias da sedimentação da cultura digital no Brasil, já que, notadamente, Gilberto Gil realizou intersecções bastantes frutíferas entre o digital, o cultural e as formas de compartilhamento, ideias que, com certeza, impactariam o país a longo prazo, principalmente a parcela alijada pela estrutura neoliberal.

No próximo tópico, abordamos o contexto histórico adjacente à publicação do documento *Estratégia brasileira para a transformação digital*⁶⁴, sancionado pelo governo de Temer, com vistas, também, à composição das condições de produção nas quais o documento emerge.

4.2 Estratégia face à onda digital ou à onda neoliberal?

Como dito anteriormente, Michel Temer assumiu a presidência após a deposição de Dilma Rousseff. Acreditamos que a visualização do processo de impeachment da presidenta colabora, e muito, tanto com o entendimento das condições de produção, quanto com a emersão de possíveis efeitos de sentido ligados à *Estratégia*. Desse modo, neste tópico, partimos dos acontecimentos que permearam o impeachment, culminando na ascensão de Temer à presidência, que foi quem sancionou o documento ao qual nos debruçamos neste trabalho.

Isso posto, partiremos do segundo mandato de Dilma (2015), a qual, embora tenha enfrentado, desde o início de sua gestão, um cenário de dificuldades econômicas, além da falta de apoio por parte de membros do governo, foi reeleita, mesmo que com uma margem acirrada de votos: Dilma Rousseff obteve 51, 64% dos votos contra 48, 36% do candidato Aécio Neves (PSDB) (CAVALCANTI; VENERIO, 2017). A baixa diferença entre os votos evidencia a polarização política que estava sendo instaurada em todo o Brasil, que estava sob o governo do PT há 12 anos, de

⁶⁴ Daqui por diante, usaremos *Estratégia* (inicial maiúscula, em itálico) para nos referirmos ao documento *Estratégia brasileira para a transformação digital*.

maneira ininterrupta⁶⁵ (CAVALCANTI, VENERIO, 2017). Além disso, as plataformas dos dois candidatos eram diametralmente opostas, o que pode marcar o (re)surgimento de uma proposta que romperia drasticamente com os ideais políticos do Partido dos Trabalhadores, cujo símbolo eram as políticas públicas voltadas às classes menos privilegiadas. A forte divisão político-ideológica, bem como o estabelecimento de um ambiente de crise econômica e política (em parte ensejada pelo quadro econômico explicitado no tópico anterior), propiciaram um cenário desfavorável à presidenta já no período eleitoral.

Nessa conjuntura, a fragmentação política se revelava por meio, principalmente, das redes sociais, em que os discursos contra a corrupção iam do ódio ao movimento separatista⁶⁶. Logo após a reeleição (outubro de 2014), partidários da chapa de Aécio Neves dirigiram-se à Avenida Paulista entoando, aos gritos, o pedido de impeachment da presidenta recém reeleita, seguidos, em dezembro, por convocação de protestos, feita pelo próprio Aécio. Ainda em dezembro, o PSDB (partido ao qual o candidato era afiliado) solicitou ao TSE⁶⁷ a cassação da chapa vencedora (CAVALCANTI, VENERIO, 2017, p. 142). Passados os malogros pós-reeleição, no dia 15 de março de 2015, vários protestos ocorreram por todo o país pedindo o fim da corrupção e, novamente, a deposição da presidenta. No dia 29 de março o PMDB (partido de Michel Temer, na época vice de Dilma) oficializou a ruptura com o PT, influenciando outras siglas a também retirarem o apoio ao governo (CAVALCANTI, VENERIO, 2017, p. 143).

Mesmo sem o apoio da maioria no Congresso, o governo anunciou uma reforma ministerial, entregando as pastas da Saúde e de Ciências ao PMDB, com o intuito de superar a crise de governabilidade. Não obstante, em 21 de outubro de 2015, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal elaboram o requerimento que pede, formalmente, o impeachment da então presidenta, acusada de editar seis decretos de abertura de crédito suplementar, sem autorização prévia do Congresso, além de utilizar bancos públicos para financiar programas do governo (as pedaladas fiscais) (*id.*, *ibid.*). Em meio a todos esses acontecimentos, em 29 de outubro de 2015 é publicado, pelo PMDB, o documento *Uma ponte para o futuro*, que recomendava

⁶⁵ Lula assumiu a presidência em 2003, foi reeleito em 2007 e entregou a presidência à Dilma em 2011.

⁶⁶ Presentes em diversos lugares do mundo, os movimentos separatistas pregam pela independência de seus territórios. No Brasil, o de maior proeminência foi o “O Sul é meu País”, com 122 mil seguidores no Facebook.

⁶⁷ Tribunal Superior Eleitoral.

soluções sugeridas pelo partido para reverter a crise do Brasil. Esse documento viria a integrar a base do governo de Michel Temer após a cassação de Dilma.

Seguindo a teia de acontecimentos, no dia 7 de dezembro do mesmo ano, a mídia divulga uma carta pessoal de Temer à Dilma, supostamente ‘vazada’, em que, entre outras assertivas, Michel Temer afirmava sentir-se preterido e que sabia que a presidenta não confiava nem nele e nem no PMDB. Em 13 de março de 2016, ocorrem novamente manifestações por todo o Brasil, desta vez com milhões de pessoas com cartazes contra a corrupção, contra o Governo Federal, contra o PT e contra o ex-presidente Lula, que fora denunciado pela operação Lava Jato, acusado de esconder a posse de um imóvel no Guarujá. A partir daí os ataques seriam direcionados não só à presidenta, mas também ao ex-presidente Lula e ao PT. Várias ações ocorreram, tais como divulgação de interceptações telefônicas de Lula e de Dilma, grande cobertura, por parte da mídia, do processo da Lava Jato, tomada de posição declarada pelo judiciário, por meio de declarações à imprensa, etc., de tal maneira que a imagem das três figuras mencionadas foram (re)desenhadas da pior maneira possível.

Importante lembrar que, diante de tantos e tão complexos acontecimentos, torna-se difícil traçar, com exatidão, o contexto que levou à destituição de Dilma Rousseff. Porém, o que fica bastante aparente é o encadeamento de intervenções que envolviam grupos diversificados, os quais pretendiam chegar a um resultado comum: inviabilizar uma futura colocação do PT no governo, além de derrubar e substituir, o mais rápido possível, a presidenta. Isso foi feito utilizando a tática de ventilar a desacreditação, por meio da generalização, de todos os membros que compunham o partido, ao enfatizar os crimes pelos quais Lula e Dilma (ambos do PT) estavam sendo acusados no momento. Entendemos que tal articulação teve início com o descontentamento de grandes grupos empresariais, que se sentiam preteridos pelo fato das políticas do PT serem voltadas, majoritariamente, às classes mais baixas, o que, segundo o pensamento neoliberal, prejudica o mercado.

Desse modo, concretizada a deposição de Dilma, Temer assume o poder, utilizando-se, notadamente, de táticas que o representassem como alguém que seria capaz de (re)colocar o país em melhor situação (NICHOLS; PIMENTEL, 2017, p. 41). Nesse sentido, o plano de construção do perfil almejado iniciou-se já durante o período do processo de impeachment, tendo como ações, dentre outras, as publicações aqui sinalizadas, tais como o documento *Ponte para o futuro* e a carta

peçoal endereçada à Dilma, assim como o ‘vazamento’ de um áudio gravado pelo próprio Temer, no qual fala sobre a conjuntura político-econômica do Brasil, explicando os princípios que seriam adotados caso chegasse à presidência. O contexto de uma sociedade cada vez mais globalizada e conectada (o que gera maior visibilidade) fez com que essa atuação fosse potencializada pelo e no meio digital, colaborando com a disseminação dessas publicações. No processo de (res)significação do simbólico, o qual incorpora as características oriundas da cultura do digital, mesmo que a essência da encenação política permaneça a mesma, a construção da imagem institucional insere-se em um cenário que tem uma esfera política que disputa a atenção do público, com a finalidade de, por meio da manutenção ou tomada do poder, conquistar seus interesses (NICHOLS; PIMENTEL, 2017, p. 46-47).

À vista disso, podemos visualizar atitudes que procuram estabelecer uma figura pública de um homem sincero e honesto que, ao ser convocado a exercer uma nobre tarefa, está disposto a lutar pela resolução dos problemas que assolam o país, de modo pacífico e assertivo. Esse tipo de atuação faz parte de técnicas de *marketing* político, bastante utilizadas nesse meio, as quais agrupam vários públicos-alvo e utilizam estratégias e discursos específicos para “influenciar a opinião pública sobre programas de governo, projetos de lei, ideias partidárias” (PANKE, 2011, p. 02 *apud* NICHOLS; PIMENTEL, 2017, p. 45), na medida em que a ilusão do controle consciente permite, ao tentar simular afetividade, emoção e espontaneidade, etc. Podemos perceber a mobilização dessas técnicas ao observar os discursos de Temer, que sempre afirmaram que nunca foi sua intenção tomar o cargo de presidente, como se tal responsabilidade lhe tivesse sido imposta e não ambicionada, provavelmente uma tentativa, também, de se desvincular da ideia do Golpe⁶⁸.

Dessa maneira, no âmbito das técnicas de *marketing* político, além da divulgação de discursos, também integra o complexo de fragmentos e significados, a prática de publicação de *documentos marketing*⁶⁹. Grosso modo, esses documentos

⁶⁸ O impeachment de Dilma foi permeado por controvérsias e polêmicas. Por esses motivos, vários grupos defendem que o processo de deposição, na verdade, tratou-se de um plano engendrado especificamente para tirar a presidenta do governo, atrelando-o ao Golpe de 1964, que deu início à ditadura no Brasil.

⁶⁹ Nomenclatura que propomos, devido ao fato de abranger os mesmos objetivos que o *marketing* político, do qual já falamos, e de não encontrarmos conceituação específica para essa modalidade de documentação institucional, talvez porque seja um gênero relativamente novo.

dizem respeito a atos ou planos institucionais que espelham, ou pretendem espelhar, a imagem almejada por determinado partido ou governo. Tal gênero discursivo⁷⁰ se distingue das demais ações de *marketing* político pelo fato de sua estrutura e composição tornar palatável ao público comum planos governamentais e projetos de lei, em geral colocados para consulta pública. Além da estrutura de fácil assimilação, seu potencial de comunicação o difere de outros tipos de propaganda, pelo fato de serem veiculados principalmente no meio digital, o que permite seu acesso tão logo se faça uma busca simples, além de, na maioria dos casos, ficarem permanentemente hospedados nas páginas institucionais, as quais, ousamos dizer, são grandes vetores da propaganda política, como é o caso do *Estratégia*, e-book⁷¹ que compõe nosso *corpus*⁷².

O *Estratégia* foi publicado em 2018, dois anos após a entrada de Michel Temer na presidência, sendo sua elaboração chefiada pelo Ministro do MCTIC ⁷³, Gilberto Kassab. Conforme o texto de apresentação, o documento em questão foi desenvolvido com a parceria de mais de 30 entidades da Administração Pública Federal, configurando um plano de ação que teria por objetivo a sedimentação da digitalização dos processos produtivos no Brasil. A necessidade de elaboração do *Estratégia* se dá, segundo seu texto de abertura, diante das

rápidas transformações na economia e na sociedade proporcionadas pelo ambiente digital [que] impõem novos desafios à atuação do governo. As ações estratégicas definidas têm foco no papel do *governo como habilitador e facilitador dessa transformação digital no setor produtivo do país*⁷⁴, na capacitação da sociedade para essa nova realidade, e na atuação do Estado como prestador de serviços e garantidor de direitos (BRASIL, 2018, p. 05).

Contudo, apesar dos significantes que cooperam com uma arquitetura positiva (táticas de *marketing* político), causando a ilusão de um texto que apresenta

⁷⁰ Utilizamos a noção de gênero discursivo para nos referir a esses documentos, levando em consideração sua “função sócio comunicativa específica” (TRAVAGLIA, 2007) na medida em que “os aspectos sócio-históricos da situação enunciativa, [...] sua finalidade e a apreciação valorativa sobre seu(s) interlocutor(es) e tema(s) discursivos” (ROJO, 2005) constituem seus efeitos de sentidos.

⁷¹ Livro em suporte eletrônico, especialmente para distribuição via internet, concebido originalmente ou vertido para esse tipo de mídia.

⁷² No tópico posterior, tratamos do documento em questão.

⁷³ Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ministério que, dentre outros, é responsável pelas ações relacionadas às tecnologias digitais no Brasil.

⁷⁴ Grifos nossos.

motivações legítimas à toda a sociedade, parece que a preocupação do governo Temer, quando do lançamento da consulta pública do *Estratégia*, estava focada, na verdade, em outros propósitos, situação que coloca o documento em questão mais como um meio de acelerar a economia do que como um plano que visa garantir à sociedade brasileira o direito ao digital. Dito de outra maneira, trabalhamos com a hipótese de que tanto a proposição, quanto uma eventual implementação das ações do *Estratégia* integram uma complexa rede de decisões articuladas às organizações internacionais e ao setor empresarial, valendo-se do imaginário redentor que atravessa as tecnologias digitais, bem como dos valores simbólicos que a constituem. Desse modo, por meio de tentativas de falseamento de discurso, o que se almeja é o convencimento/coerção da massa populacional, com vistas à manutenção dos interesses neoliberais, núcleo da ideologia hegemônica no Brasil.

Um dos indícios que aponta para tal perspectiva se dá pelas possibilidades parafrásticas entre o trecho grifado - *governo como habilitador e facilitador dessa transformação digital no setor produtivo do país* - e trechos do *Ponte para o futuro* que, como dito anteriormente, tornou-se a base do governo presidido por Michel Temer. A manutenção de sentidos emerge da composição do documento *Ponte para o futuro*, o qual é formado essencialmente por propostas voltadas às questões macroeconômicas, característica que aponta uma visão que concebe o Estado apenas como um ‘administrador’ de finanças. Em resumo, suas indicações são direcionadas a “preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento” (PMDB, 2015, p. 01), “acomoda[r] as populações jovens em empregos acessíveis e [...] cada vez melhores e, por fim, ingressa[r] definitivamente no clube restrito dos países desenvolvidos” (PMDB, 2015, p. 04). Para isso, estabelece medidas como, aplicar a regra do “orçamento com base zero”⁷⁵, modificando a previdência social, reformando o sistema orçamentário (tornando-o mais flexível), prover o fim das indexações⁷⁶, seja para os salários, benefícios previdenciários, etc., estabelecer a reforma fiscal, entre outras, ações relativas, direta ou indiretamente, ao setor produtivo do país.

⁷⁵ Essa regra prevê que a cada ano todos os programas estatais sejam avaliados por um comitê independente, que poderá sugerir a continuação ou o fim do programa, de acordo com os seus custos e benefícios.

⁷⁶ A indexação é uma técnica para ajustar os pagamentos de renda por meio de um índice de preços, a fim de manter o poder de compra do público após a inflação.

Desse modo, a breve exposição dos objetivos e medidas preliminares já conseguem situar os ideais aos quais o governo em questão se apoia e, à medida que se prossegue na leitura do texto, salta aos olhos a lógica neoliberal contida nas proposições, quando é relacionado o aumento da competitividade do setor produtivo ao desenvolvimento de uma nação:

a participação mais efetiva e predominante do setor privado na construção e operação de infraestrutura, em modelos de negócio que respeitem a lógica das decisões econômicas privadas, sem intervenções que distorçam os incentivos de mercado, inclusive respeitando o realismo tarifário. [...] devemos nos preparar rapidamente para uma abertura comercial que torne nosso setor produtivo mais competitivo, graças ao acesso a bens de capital, tecnologia e insumos importados. [...] dependerá destes acordos para expandir sua presença nos mercados do mundo (*id.*, *ibid.*).

Notamos que as questões relacionadas aos direitos sociais, como igualdade de oportunidades, divisão equitativa de renda, etc. não são levantadas uma única vez, traço que reforça a visão de uma sociedade erigida nas/pelas leis de mercado.

Do mesmo modo caminham os incentivos, assim como a fundamentação do *Estratégia*, fruto das reivindicações ocorridas na 46^o77 reunião plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social⁷⁸, que aconteceu no dia 07 de março de 2017. Já nos informes de abertura da reunião, Temer reitera seu compromisso com o que entende serem as táticas que conseguirão ‘salvar’ o Brasil - as (re)formas contidas no *Ponte para o futuro* e a parceria entre o governo e o setor privado -, discurso que mantém a noção de uma sociedade baseada nas premissas neoliberais. Após a abertura feita pelo presidente, o Ministro da Fazenda na época, Henrique Meirelles, faz uso da fala e, dentre outros assuntos, mantém a preocupação com a área empresarial e a economia como motores centrais para a ‘recuperação do país’, por meio de uma abordagem comum à lógica mercadológica, a comparação do Brasil com outros países considerados emergentes, esbarrando no

⁷⁷ Ata disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/Plone/atividades/Reunioes-plenarias>>. Último acesso: 14/11/20.

⁷⁸ O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) é um colegiado composto por representantes da sociedade civil, criado em 2003 pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Seu trabalho consiste no aconselhamento direto ao presidente da República, por meio de recomendações que podem ser transformadas em novas políticas públicas ou contribuir para o aperfeiçoamento de políticas já existentes. Os grupos de trabalho são formados por conselheiros com conhecimento ou interesse em um tema específico, que juntos elaboram propostas a serem feitas ao presidente. Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/Plone/o-conselho/o-que-e>>. Acesso: 18/11/19.

assunto das tecnologias digitais, porém sua fundamentação conserva os interesses das grandes potências econômicas.

Na sequência da reunião, abre-se espaço para que os conselheiros que compõem os diversos grupos de trabalho tomem a palavra, momento em que Lino de Macedo, conselheiro que representa o GT⁷⁹ da Educação toma o turno. A resposta do então presidente, Michel Temer, ao conselheiro do GT da Educação muito nos inquieta, principalmente por marcar uma concepção de que o simples acesso à práticas instrumentalizadas (somente para fins escolares, prevendo os laborais), por si só, pode ser considerado inclusão digital, sem contar que a escola pública é a única fatia popular citada nos assuntos relacionados à sedimentação das TDIC no país, conforme segue:

Terceiro ponto: o projeto de inclusão digital em educação. Nesse caso, o Ministério da Educação, trabalhará em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia, Inovação e Comunicações. A meta é universalizar o acesso das escolas a ferramentas e plataformas digitais até 2022. Já em 2018, em face desse trabalho, nós propiciaremos acesso à banda larga de qualidade para cerca de 22 mil e 400 escolas públicas. (Temer, 2017, p.19)

Marina Cançado, conselheira do GT de desburocratização e governo digital segue concepções semelhantes às anteriormente explicitadas, visando, principalmente, o estabelecimento de uma cultura de confiança no Brasil, tanto na esfera empresarial nacional e internacional, quanto na população, por meio da divulgação das políticas governamentais e do que chamam de desburocratização do Estado à luz da teoria da burocracia weberiana⁸⁰ aplicada ao digital. Por fim, Sergio Paulo Gallindo, conselheiro do GT de Produtividade e Competitividade aponta recomendações relativas às tecnologias digitais, conservando, no entanto, o axioma central, que gira em torno do fortalecimento das relações de mercado. Desse modo, diante de reiteradas e volumosas recomendações que reconhecem a necessidade da implementação da digitalização dos processos produtivos no Brasil, Temer anuncia que deverá ser instituída uma estratégia de longo prazo para a economia

⁷⁹ Grupo de trabalho.

⁸⁰ Weber foi sociólogo e se dedicou ao estudo do capitalismo industrial. Consultar OLIVEIRA, G. A. A *Burocracia Weberiana e a Administração Federal Brasileira*. Revista de Administração pública, Rio de Janeiro, v. 4, n.2, p. 47-74, jul./ dez, 1970. Disponível: < http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/4847/3585.com/administracao_/teoria-burocratica-da-administracao/>. Último acesso: 20/11/20.

digital, que resultará no documento *Estratégia brasileira para a transformação digital*. Posteriormente às consultas públicas e à compilação dos relatórios dos diversos grupos designados para cada eixo de ação, são publicados o e-book e o decreto Nº 9.319, o qual “institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital⁸¹”, ato que normatiza as propostas feitas no *Estratégia*.

Diante desses acontecimentos relatados, bem como das relações que propusemos, é possível sinalizar que as ações para a digitalização dos processos no Brasil, a partir do governo Temer, foram, em grande medida, motivadas não pela crescente reconfiguração do contexto social que emerge do/no digital, mas pela ideia do digital como potencial econômico e, também, como efeito de poder perante os setores internacionais, fazendo com que as tecnologias digitais sejam aplicadas para o (re)estabelecimento de políticas públicas centradas, mormente, nos interesses econômicos e na (re)colocação do Brasil no mercado internacional.

Relembrando o percurso deste capítulo, até o momento abordarmos as condições de produção anteriores e contíguas ao documento referencial do nosso *corpus* e, também, sinalizamos as perspectivas de sua articulação à um governo que privilegia ações voltadas ao mercado e à economia como fazer político. Dando prosseguimento aos gestos de análise e interpretação, no próximo tópico procuramos aprofundar as características materiais e discursivas desse documento, explicitando sua estrutura, nossos movimentos analíticos e as categorias de análise.

4.3 O velho e o "novo": discursos sobre as TDIC e as relações de poder

Como já sinalizado, *Estratégia brasileira para a transformação digital* é o documento que compõe nosso *corpus* referencial⁸² de análise, sendo que sua escolha foi motivada, inicialmente, considerando a temática, nossa hipótese e

⁸¹ Texto de abertura do decreto. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9319-21-marco-2018-786355-norma-pe.html>>. Último acesso: 18/11/19.

⁸² Nosso *corpus*, constituído por recortes de três documentos institucionais, será segmentado em duas categorias: *corpus* referencial (*Estratégia brasileira para a transformação digital*) e *corpus* complementar (*Guia de implementação do Novo Ensino Médio e Manual do pesquisador do Plano ProgreDir*). Fizemos essa distinção pois os recortes que compõem o *corpus* complementar serão determinados, em certa medida, pelas análises do *corpus* referencial, no sentido de verificar se as evidências do *corpus* referencial apontam para a manutenção ou para o deslocamento de sentidos.

objetivos de pesquisa, bem como sua recente publicação⁸³. Além disso, acreditamos que suas características, tais como narrativa institucional (foco de nossa análise), o formato digital e, também, por ser parte do compêndio contemporâneo do discurso institucional brasileiro, legitimam nossa seleção. Juntamente ao documento que ocupa a centralidade de nossos movimentos analíticos, temos outros dois documentos que integram os gestos interpretativos, encarados como *corpus* complementar: o *Guia de implementação do Novo Ensino Médio* e o *Manual do pesquisador do Plano Progridir*. Tais documentos inserem-se no mesmo gênero discursivo do *Estratégia* (documento *marketing*) e foram publicados no formato digital durante o Governo Temer, sendo que o primeiro trata das (re)formas educacionais implementadas no Brasil a partir desse período, e o segundo, por meio do discurso do crescimento, promete a cidadania e a geração de emprego e renda.

Diante do universo de documentos e leis que também seriam pertinentes para integrar nosso *corpus*, esses foram privilegiados por dois fatores centrais: o primeiro diz respeito às particularidades deste trabalho, o qual partiu do acontecimento - a digitalização das práticas sociais no Brasil - e, com base em uma conjectura preliminar (O Estado brasileiro está recorrendo aos valores simbólicos atrelados às TDIC com vias ao fortalecimento da ideologia que (pre)domina no país), pretende esquadrihar a materialidade linguística no sentido de entender de que maneira o discurso sobre as tecnologias digitais funciona, quando discursivizada pelo governo brasileiro. Aspecto que, a nosso ver, demanda (também, mas não somente) a contraposição com recortes de outros documentos que não o *Estratégia*, com o fito de examinar se os efeitos de sentido que emergem do/no material (*corpus* referencial) trabalham no jogo de paráfrases ou se propiciam deslocamento(s). Esse olhar teórico-metodológico de comparação/regresso/ampliação dos gestos de leitura procura desnaturalizar a relação palavra-coisa, ou seja, questionar o significado colado ao texto por meio da interpretação assentada nas noções de paráfrase, polissemia, relações entre o dito e o não dito, etc. (ORLANDI, 2015, p. 76).

O segundo, por sua vez, refere-se ao diálogo do *Guia*⁸⁴ e do *Manual*, tanto com nossa hipótese – as vozes institucionais brasileiras tratam as tecnologias digitais como via para o crescimento econômico do país, bem como para o acesso a

⁸³ O *Estratégia* foi publicado no ano de 2018, contemporaneamente ao início oficial deste trabalho.

⁸⁴ Daqui em diante, *Guia* e *Manual* (com inicial maiúscula e em itálico) referem-se ao *Guia de implementação do Novo Ensino Médio* e ao *Manual do pesquisador do Plano Progridir*, respectivamente.

lugares de prestígio no cenário internacional e, por isso, fazem dos valores simbólicos atrelados às TDIC (Tecnologias Digitais de Informação e comunicação) efeitos de poder -, quanto com nossos objetivos específicos - (i) verificar se e de que modo os discursos institucionais agenciam o sujeito para o consumo da tecnologia; (ii) investigar as relações de poder que constituem os discursos sobre as tecnologias digitais de informação e comunicação; e (iii) analisar os efeitos de sentidos que emergem do significante *desenvolvimento* e suas paráfrases.

Esse diálogo se dá, de forma geral, pela intersecção das condições históricas às quais os três documentos foram produzidos, e, especificamente, pelo fato da temática do *Guia* atravessar mais diretamente o objetivo (i), já que nos parece que a Educação, como lugar de dominação, tem sido empregada para a continuidade e para o fortalecimento da ideologia (pre)dominante. Ademais, ORLANDI (2016) afirma que a escola significa em toda a formação social, o que faz com que o discurso pedagógico afete também quem está fora da escola. Aquele que não está/foi na escola é significado pela falta, por ser ou não escolarizado, definindo as relações sociais que lhe são permitidas, funcionando como elemento discriminador e discriminatório: cidadãos e não cidadãos, quem pode e quem não pode ter empregos, os que circulam nestes ou naqueles espaços sociais, ou seja, a escola, assim como o digital, constitui-se em um modo de individuação, resultando na posição com a qual o sujeito se inscreve na formação social, como sujeito do conhecimento (ORLANDI, 2016).

Semelhantemente, as políticas públicas, por meio do discurso, distinguem as práticas sociais e, por conseguinte, as posições-sujeito, já que essas são direcionadas pela situação econômico-social, pela localização geográfica, pela idade, pela escolaridade, etc., o que, de certa maneira, afeta a dinâmica da sociedade nas dimensões política e histórica, assim como os percursos sociais dos sujeitos (ORLANDI, 2016). Desse modo, pretendemos observar o *Estratégia*, juntamente ao *Guia*, atentos aos processos parafrásticos e às maneiras como o(s) discurso(s) emergem.

Por sua vez, o conteúdo do *Manual* permeia, incontinenti, o objetivo (ii), dado que, no universo discursivo da ideologia neoliberal, o significante *desenvolvimento*, muito presente no *Estratégia* como justificativa para a implementação das TDIC, emerge aliado aos significantes *economia/dinheiro*, produzindo efeitos de sentido relacionados, principalmente ao crescimento do país, condição que nos motivou a

contrapor os efeitos de sentido do significante inicial a um documento que se diz voltado à cidadania plena, como o Plano Progridir, com o fito de compreender o jogo simbólico/discursivo no qual a cidadania também é tomada pelo imaginário do significante *desenvolvimento* (como tudo no neoliberalismo), se vestindo da economia como centralidade.

Quanto ao gênero discursivo, privilegiamos o que nomeamos de documento *marketing* pois, sabendo que “os sentidos não são indiferentes à matéria significante” (ORLANDI, 2013, p. 05) e que a percepção do significante afeta os modos de interpretação, esse parece potencializar a efetivação do endereçamento, de maneira mais direta, ao público comum, o que em geral não ocorre com outros documentos oficiais, por conterem uma linguagem rígida e técnica, o que dificulta o acesso à maioria da população. Desse modo, o documento *marketing*, como discurso documental, insere-se na dimensão da memória de arquivo⁸⁵, que é a memória institucional (ORLANDI, 2013), a qual opera na ilusão da transparência da linguagem, alimentando a ilusão de ‘literalidade’, jogo que fortalece a interpelação ideológica, servindo à manutenção e à estabilização das relações historicamente estabelecidas entre sujeito e Estado.

Nesse sentido, embora estejam incluídos no rol de gêneros que ainda demandam estudos mais profundos, como dito anteriormente, os três documentos citados acima fazem parte de práticas antigas e comuns no *marketing* político, as quais vêm sendo adaptadas ao contexto tecnológico em consequência da crescente digitalização das práticas sociais, ou seja, a despeito de suas distinções (principalmente os modos de circulação e o formato eletrônico), esses gêneros não representam uma reconfiguração do fazer político, mas uma ‘mexida’ nas relações. Dito de outra maneira, no bojo da digitalização está a (re)invenção neoliberal, que se vale também, mas não somente, do subterfúgio da evolução de um modelo social mecanicista para um orgânico, visando evitar a ‘morte’ desse sistema. No modelo social orgânico, passa-se da biopolítica para a psicopolítica, propondo uma suposta horizontalização das relações, o que demanda, também, a reorganização das práticas e dos discursos.

⁸⁵ Orlandi (2013) recupera, para pensar o digital na reorganização social e na leitura de arquivo, Pêcheux (1994), o qual fala do arquivo, em seu sentido amplo, como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 1994, p. 57).

Muito utilizado pelas instituições comerciais, o documento *marketing* foi adotado pelo Estado que, a cargo da ideologia hegemônica, utiliza dos meios de comunicação em massa para, por meio da linguagem, veicular essa ideologia e forjar o real. Sua enunciação, “mormente baseada na retórica e na tentativa de convencimento (PENTEADO, 2011, p. 14)”, se dá na dimensão das formações imaginárias, as quais, designam os lugares que enunciador e enunciatário atribuem a si mesmo e ao outro, ou seja, as imagens que eles fazem de si mesmo (naquele lugar) e do outro, levando o enunciador a tentar antecipar as representações do outro e traçar estratégias de discurso, jogo que, conforme a perspectiva discursiva, sabemos ser ilusório diante da possibilidade de múltiplos sentidos que reveste qualquer ato de linguagem” (ORLANDI, 1984). Assim, o documento *marketing* importa-se com a criação/alteração/reforço de imagens subjacentes a determinada ideologia (JUNIOR, 1997, p. 22), ilusão propiciada pela zona de esquecimento nº 1 (PÊCHEUX, 1975), em que o sujeito acredita estar na fonte dos sentidos, alheio ao fato de que “a linguagem não é transparente e os sentidos não são conteúdos” (ORLANDI, 2015, p. 51), mas se constroem na relação do simbólico com o real, por meio da falha, do jogo, da deriva.

Concluídas as considerações a respeito do nosso *corpus* referencial e complementar, sucederemos às categorias de análise, na intenção de fundamentar nosso percurso analítico, visto que ele não é linearmente determinado. Isso porque a teoria do discurso, por si só, já configura uma abordagem analítica, chamada por Orlandi (2015) de dispositivo de interpretação, o qual preconiza movimentos que estabeleçam uma escuta que procure ouvir para lá das evidências e compreender, ao mesmo tempo que considera a opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos pela história, a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente, cedendo espaço para a singularidade, a ruptura, a resistência.

Dito de outra maneira, nossos gestos de interpretação miram o funcionamento do discurso na produção dos efeitos de sentidos (ORLANDI, 2015, p. 61), o que não pode ser feito sob metodologias rígidas e fragmentadoras, dada sua heterogeneidade constitutiva. Assim, podemos dizer que os procedimentos de análise, segundo a teoria do discurso pêcheuxtiana, não abrangem proposições de metodologias lógicas, em que $2+2=4$, ou seja, sua abordagem não comporta a construção de um método que confirme ou refute hipóteses, até porque o principal interesse da AD reside no funcionamento dos processos discursivos pois, como

ciência da interpretação, a AD não estaciona em uma interpretação, mas a interroga (ORLANDI, 2013).

Convém lembrar que na AD a construção do dispositivo analítico é delineada, em grande medida, pela edificação do objeto empírico, o qual relaciona-se com a questão posta, com os objetivos colocados face à essa questão, com as especificidades do campo teórico, bem como com a relação do analista com o material. Essa peculiaridade que coloca em evidência o fato de que são esperadas contribuições diferentes, mesmo quando são relacionadas ao mesmo objeto simbólico. Orlandi (2013) afirma que no diferente está o frutífero, no sentido de ampliação do conhecimento acerca do objeto simbólico em questão, assim como dos seus processos de significação, visto que o “ineditismo em cada análise [...] faz a riqueza da análise de discurso, seu caráter aberto e dinâmico, [considerando que] o objeto da análise é inesgotável face à possibilidade da compreensão dos processos discursivos possíveis” (ORLANDI, 2013, p. 02).

Contudo, embora saibamos que não existe discurso puro, mesmo o científico, e que todo discurso é ideológico, destacamos, com base em LAGAZZI (1988, p. 51), que “um método de análise, dentro de seus limites, deve procurar sua ‘cientificidade’, sua sistematicidade, para que não se torne o ‘achar’ de cada pesquisador”. Assim, deve haver um equilíbrio entre o extremo da pura subjetividade, sem procedimentos concretos e explicitados, e o extremo de modelos prontos, definidos anteriormente aos objetos, levando a uma análise conteudística.

Com isso em mente, nosso trabalho parte do objeto simbólico “digital”, privilegiando sua memória discursiva, que é constituída, entre outros, pelos domínios semânticos relacionados à ciência, tecnologia e desenvolvimento. Conforme nossa hipótese – a de que o Estado brasileiro tem se apropriado do discurso sobre as tecnologias digitais (atravessado pelo imaginário de que fazer parte da cultura digital assegura uma inserção social efetiva, além de corroborar para a ascensão econômica e intelectual dos chamados usuários da tecnologia), visando o fortalecimento e a manutenção da atual ideologia hegemônica, qual seja o neoliberalismo –, nosso objeto empírico relaciona-se com o digital discursivizado pelo Estado brasileiro, no recorte temporal que compreende o governo Temer. Diante disso, nossos gestos de interpretação miram os objetivos específicos desta pesquisa (sinalizados no início deste capítulo), com o fito de contemplar nosso objetivo geral, que é problematizar o(s) discurso(s) relacionado(s) às tecnologias

digitais e também a automatização das práticas da cultura digital, em detrimento das relações sócio-históricas que constituem a humanidade.

Para isso, mobilizamos a teoria da AD pecheuxtiana, articulando notadamente as noções de relações força/poder e formação discursiva, a partir das quais buscamos compreender o jogo discursivo, no sentido de evidenciar a (re)atualização da memória discursiva, por meio dos processos parafrásticos, em sua relação com o real, assim como os efeitos de poder que atravessam o discurso institucional. A teoria da AD se mostra bastante pertinente para o tipo de análise que propomos para este trabalho, pois suas concepções extrapolam o ‘achar’ de cada pesquisador, ao mesmo tempo em que refuta modelos pré-concebidos, visto que não há como atingir o funcionamento do processo discursivo prescindindo do real e do histórico. É necessário, na AD, conjugar a análise linguística e a análise histórica das condições de produção do discurso (LAGAZZI, 1988).

Dessa forma, procedemos, em nossas análises, ao que LAGAZZI (1988) nomeia como desintagmatização, procedimento que comporta dois movimentos: a desintagmatização linguística e a desintagmatização discursiva. Segundo esse olhar metodológico, partindo da superfície linguística (sequência escrita, de dimensão variável), chegamos, por meio da análise dos mecanismos sintáticos e dos funcionamentos enunciativos (visando anular o efeito do esquecimento nº 2), ao objeto discursivo, agora linguisticamente desuperficializado. Esse objeto discursivo passa a ser o alvo da desintagmatização discursiva (que objetiva anular o efeito do esquecimento nº 1), chegando ao processo discursivo.

No procedimento de desintagmatização linguística é necessário procurar pistas que apontem sua discursividade, construindo “um objeto discursivo em que já está considerado o esquecimento nº2 (da instância da enunciação), desfazendo assim a ilusão de que aquilo que foi dito só poderia sê-lo daquela maneira” (ORLANDI, 2015, p. 76). Esse procedimento procura desnaturalizar a relação palavra-coisa, ou seja, do significado colado ao texto. Assim, é feito um trabalho com as paráfrases, sinonímia, relações entre o dito e o não dito, etc. Segundo ORLANDI (2015), essa etapa prepara o analista para avistar as formações discursivas de maior predominância na prática discursiva analisada. O analista, nesse momento, procura realçar as famílias parafrásticas, fazendo um movimento de relação do dito ao que não foi dito, essas relações “dão as delimitações das formações discursivas que intervêm, fazendo as palavras significarem de maneira x ou y” (*id.*, *ibid.*, p. 76).

No procedimento de desintagmatização discursiva, a partir do objeto discursivo, a análise “procura relacionar as formações discursivas distintas” (*id.*, *ibid.*, p. 76), tecendo relações entre o “o jogo de sentidos observado pela análise do processo de significação (paráfrase, sinonímia, etc.)” (*id.*, *ibid.*, p. 76) e “a formação ideológica que[...] rege essas relações” (*id.*, *ibid.*, p. 76). Nesse ponto, segundo ORLANDI (*id.*, *ibid.*, p. 76), é possível atingir a constituição “dos processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentidos produzidos naquele material simbólico”. Por meio da mobilização da noção de paráfrase, busca-se os modos de funcionamento das famílias parafrásticas, com o fito de evidenciar os efeitos de sentido e as relações entre o dito e o não-dito em sua relação com o discurso. O trabalho com as famílias parafrásticas permite que alcancemos, na desintagmatização discursiva, a formação discursiva que predomina no discurso que está sendo objeto de análise, assim como o entrecruzamento dessa com outras FD.

ORLANDI (2015, p. 76-77) explica que, durante todo o processo analítico, concomitante ao mecanismo parafrástico, “cabe ao analista observar [...] os efeitos metafóricos”. PÊCHEUX ([1969] 1997, p. 96) define efeitos metafóricos como “o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre *x* e *y* é constitutivo do ‘sentido’ designado por *x* e *y*”. Conforme PÊCHEUX ([1969] 1997), esse efeito é uma característica dos sistemas linguísticos naturais, já que os sentidos dos signos são ‘definidos’ em razão do jogo simbólico construído nos/pelos sujeitos. Nesse seguimento, Orlandi (*id.*, *ibid.*, p. 77) diz que os efeitos metafóricos são constitutivos do “processo mesmo de produção de sentido e da constituição do sujeito”, sendo que a metáfora não é vista como “desvio, mas como transferência” (*id.*, *ibid.*, p. 77).

A observação dos efeitos metafóricos permite ao analista – pondo em relação discurso e língua – “objetivar, na análise, o modo de articulação entre estrutura e acontecimento” (*id.*, *ibid.*, p. 77). Enquanto a paráfrase, como processo, retoma e mantêm os efeitos de sentido, a metáfora abre caminho para a polissemia, que é “processo de instauração da multiplicidade de sentidos” (ORLANDI, 1984, p. 11). Assim, paráfrase e polissemia são fenômenos que se relacionam pela tensão e pelo conflito entre o sentido legitimado e o que está por legitimar. Importante frisar que a divisão metodológica entre desintagmatização linguística e desintagmatização discursiva não é estanque, visto que, segundo os pressupostos teóricos da teoria do discurso, o linguístico e o ideológico são mutuamente constituídos. Assim, “quando

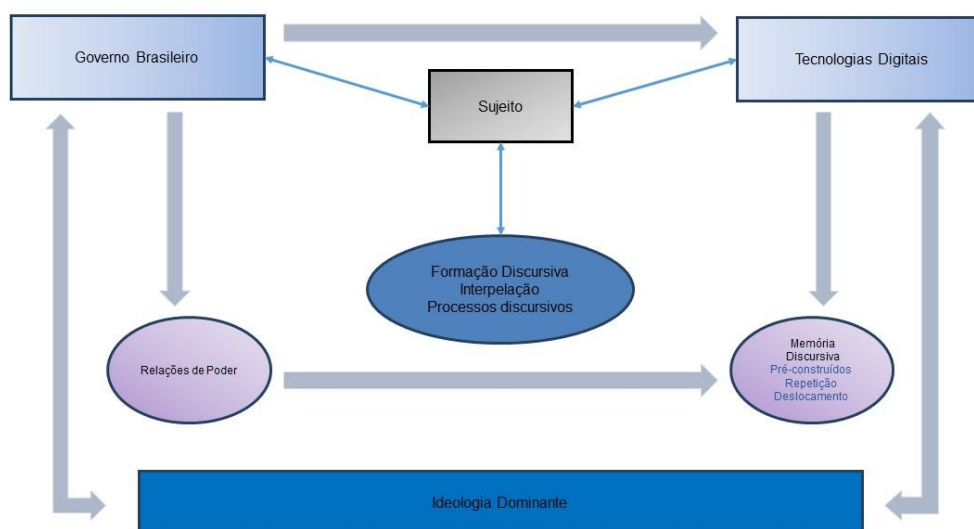
trabalhamos com as famílias parafrásticas, já tocamos, indiretamente, nas formações discursivas” (LAGAZZI, 1988, p. 54).

Desse modo, a partir do olhar metodológico explicitado, a condução analítica que propomos objetiva compreender a determinação histórica dos processos semânticos que envolvem o digital no recorte estabelecido para esta pesquisa, ou seja, procuramos apreender os efeitos de sentido produzidos pelo digital, enquanto processo discursivo, na narratividade do Estado brasileiro no período em que Temer governou. A segmentação analítica que projetamos aqui, a qual privilegia o fenômeno linguístico parafrástico, foi organizada levando em consideração, como dito anteriormente, as características desta pesquisa. Entendemos que, ao trabalhar com a noção de relação de força/poder, é necessário olhar o funcionamento da “reiteração de processos já cristalizados pelas instituições” (ORLANDI, 1984, p. 11) em que o jogo de forças mantém “o dizível no espaço do que já está instituído: a paráfrase” (*id.*, *ibid.*).

Nesse sentido, o digital como discurso, é feito da/na sedimentação histórica de determinados sentidos, os quais, conforme tratamos nos capítulos anteriores, são institucionalizados à medida “que o sentido dominante sedimentado deriva seu estatuto de legitimidade” (ORLANDI, 1984, p. 20). A paráfrase, matriz do sentido, resgata a memória discursiva e age na estabilização e na manutenção dos efeitos de sentido, motivo pelo qual consideramos que a composição teórico-metodológica articulada nas noções de relações de força/poder e FD e segmentada analiticamente nos processos parafrásticos será capaz de cumprir os objetivos lançados neste estudo. Essa articulação procura compreender os modos como os valores simbólicos do digital em suas paráfrases, na qualidade de sentido legitimado, pode produzir efeitos de poder.

Diante do que foi dito até o momento e antevendo o próximo tópico, que trata da análise propriamente dita, podemos esquematizar a forma como estamos entendendo o imbricamento entre as categorias teórico-analíticas, na Figura 1, a seguir:

Figura 1 – Imbricamento das categorias de análise



Fonte: própria autora.

4.3.1 O documento *Estratégia* e as relações de força/poder

Foucault, em sua trajetória, debruçou-se em temáticas que englobavam as instituições sociais e os saberes, possibilitando uma teoria que compreende as relações de poder como práticas sociais historicamente constituídas. Tal concepção também faz com que entendamos que essas relações, por serem formadas no/pelo histórico-coletivo, se deem de maneiras opacas, heterogêneas e dispersas, as quais permitem sua diluição e naturalização na trama social, particularidades que exigem olhares atentos quando se busca evidenciar suas engrenagens.

Por seu lado, a análise de discurso pêcheuxiana, como disciplina que se vale da linguagem para a materialização dos processos discursivos, importa-se com os entremeios ao considerar os não-ditos no que foi dito. Desse modo, ao lidar com sua questão central, que é “como esse texto significa?” (ORLANDI, 2015, p. 15), a AD também reconhece as relações de poder, intrínsecas ao funcionamento do discurso. Nesse sentido, os gestos analíticos neste tópico buscam demonstrar os mecanismos de poder presentes no discurso institucional brasileiro (especificamente, no período do Governo Temer), ao apropriar-se dos valores simbólicos que atravessam as tecnologias digitais. Desse modo, este eixo analítico, que parte dos recortes que

privilegiam o título, bem como as seções *Apresentação*, *Introdução* e *Metodologia* do *Estratégia*, trabalha na persecução do objetivo (ii) investigar as relações de poder que constituem os discursos sobre as tecnologias digitais de informação e comunicação.

Partindo das condições de produção, as quais já foram explicitadas, temos um governante que assumiu o poder do país em um momento deveras conturbado e inflamado, cenário que influencia e delimita o perfil discursivo que Temer, ao personificar o Estado, pretende representar. Antes mesmo de assumir oficialmente a presidência, o então vice-presidente já mobilizava diversas táticas que colaboravam com a construção desse perfil. Conforme dito anteriormente, as técnicas empregadas procuraram moldar a persona de um homem honesto, disposto a “colocar o Brasil nos trilhos”⁸⁶ de maneira pacífica, porém assertiva, por meio da parceria entre os setores executivos e legislativos do governo e a sociedade brasileira.

Diante disso e do cenário que o governo Temer almeja construir, várias ações são engendradas no sentido de estabelecer a legitimação das políticas propostas, bem como angariar o apoio da população. Nesse contexto, o *marketing* político trabalha na edificação dessa legitimação, inserindo tanto o *Estratégia*, como o *Manual* e o *Guia* nas ações que visam forjar o real, na medida em que o sujeito pensa estar na fonte dos sentidos, e por isso, tem a ilusão de estar totalmente no controle do que diz. Nessa direção, e considerando a ideologia (pre)dominante, que divide os lugares sociais nas castas de fornecedor e cliente, tais táticas operam na difusa tensão das relações de poder, diante do paradigma dos lugares socialmente instituídos em que o Estado (fornecedor) recorre, também, mas não somente, a estruturas verbo-visuais e semânticas para satisfazer/convencer a população (cliente).

Considerando, então, o que foi dito até aqui, nossos gestos de interpretação, ancorados nos preceitos da AD pêcheuxtiana, partem do título do e-book que compõe nosso *corpus* referencial, já que, em geral, por se tratar de uma sintetização do assunto tratado, o título de qualquer obra costuma trazer indícios relevantes. Nessa perspectiva, trazemos o recorte da capa, onde consta o título:

⁸⁶ Trecho do discurso de Temer na 46ª reunião plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, ata sem marcação, p. 04.

Figura 2 – Capa do documento *Estratégia brasileira para a transformação digital*.



Fonte: Capa do documento *Estratégia*

A cor e o formato das letras (em primeiro plano, grandes e contrastantes com o segundo plano), assim como o plano de fundo, remetem ao imaginário das ficções ambientadas em uma realidade virtual⁸⁷, o que contribui com o processo de identificação e, por consequência, com a interpelação do sujeito. Da mesma maneira, o que podemos chamar de subtítulo (logo abaixo, em amarelo) faz parte de usos que ‘colam’ um conceito novo por meio da cor chamativa e da contração de termos longos, facilitando o arquivamento na lembrança. As cores amarela, branca e verde, as quais remetem à bandeira do Brasil, dialogam com as cores que tematizam o *Ponte para o Futuro*, do qual já falamos, evocando a renovação de um sentimento nacionalista, em que Temer tenta se desvincular dos governos anteriores, notadamente da imagem atribuída ao PT, cuja cor relacionada é a vermelha. Ao reiterar as cores simbólicas de nossa bandeira, o efeito de sentido que se impõe, conforme as condições de produção aqui descritas, é o da união do país e o apagamento de ideias divergentes, já que o discurso lançado é o de que, nesse momento, antes de qualquer bandeira partidária, estão os interesses do país, pois são as necessidades do país que importam, como verificamos, inclusive em diversas falas do próprio Temer.

Sobre os itens lexicais, dois significantes nos chamam bastante a atenção devido ao efeito de sentido de síntese do discurso de Temer: **estratégia** e **transformação**, os quais colocam em ascensão o plano/ estratégia que irá modificar/transformar o Brasil. Refletir sobre essas ‘escolhas’ pode nos ajudar a pensar o universo discursivo, as formações imaginárias do enunciador, bem como as condições de produção em que esse título foi produzido. Dessa forma, ao ‘perguntar’ “por que o significante **estratégia**?”, podemos ponderar o que foi dito e o que foi

⁸⁷ Conferir o filme *Tron*, lançado em 1982 no Brasil.

silenciado. Na conjuntura específica em que o *Estratégia* foi produzido, a significante estratégia dialoga com o discurso de Temer ao fazer emergir as memórias relacionadas a ele, já que costuma ser empregado em situações de guerra ou competição. Logo, essas memórias ratificam o real proposto por Michel Temer, no qual o Brasil encontra-se em situação política caótica e conflituosa, economia em crise, entre outros problemas, os quais demandam resoluções urgentes.

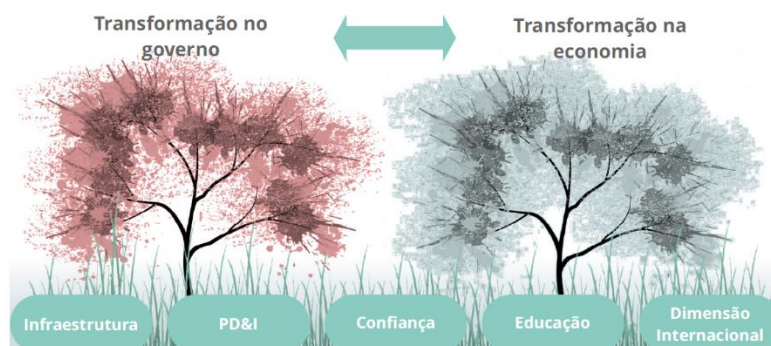
Ademais, ao levarmos em conta que nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas que se sustentam nas relações de força desses diferentes lugares (ORLANDI, 2015, p. 37), esse significante trabalha em favor daquele que, legitimado pelo poder institucional, ocupa o lugar de líder e apresenta uma estratégia, tipo de planejamento voltado à obtenção de êxito em uma dada empreitada. Semelhantemente, a memória de arquivo do documento, como discurso logicamente estabilizado, age no entrelaçamento com a memória discursiva do significante em questão, fazendo emergir efeitos de sentido que alçam esses dizeres a um lugar de norma, como regra que deve ser conhecida e obedecida caso o Brasil queira ser bem-sucedido, marcando a sutileza e a astúcia da psicopolítica ao evocar o sujeito neoliberal do desempenho (HAN, 2018, p. 44). Como autor do seu próprio sucesso, esse sujeito toma para si o discurso neoliberal da meritocracia, compartilhando a responsabilidade, com o Estado, na implementação de determinada política pública. Em um cenário que projeta como garantidas as condições básicas para a digitalização do país, cabe ao sujeito cumprir sua parte na ‘batalha’.

Em virtude das condições históricas em que o documento foi produzido, há ainda outro efeito de sentido que **estratégia** evoca quando percebemos o diálogo entre o *Estratégia* e o **ponte para o futuro**. O título que demarca as propostas de Temer simboliza dois polos: onde o Brasil está e onde quer chegar. Nessa simbologia, também é representado o vazio, a falta, a necessidade, marcados pelo abismo entre o primeiro e o segundo polo. Assim, conforme o discurso de Temer, seu governo é a ponte, ou seja, aquele que proverá formas para que o Brasil tenha êxito nessa travessia. Assim, o *Estratégia*, enquanto tática, compõe e costura a ‘ponte que nos levará ao futuro’.

Outro significante que nos inquieta é **transformação**, dado que os efeitos de sentido relacionados ao prefixo *trans*, giram em torno de *passar de uma condição a outra, de maneira drástica*, vem acompanhado da partícula *formar*, ligada a

significados que concordam como *dar forma, moldar, modificar*. Junto a esses dois tem-se a partícula *ação*, que possui definições como *fazer, movimento, processo*, etc., características que propiciam efeitos de sentido relativos a reestruturações radicais, tornar-se outro, alterar profundamente. À vista do exposto e das condições de produção dos discursos, o significante em tela age, também, de modo a forjar o real e exportar significados no ambiente. Isso porque esse elemento ventila a condição de falta do país, ao afirmar a necessidade de (re)fazer alguma coisa. Os efeitos de sentido que emergem daí são de que as gestões anteriores agiram com incompetência, pois deixaram de fazer algo tão importante para o país, como a digitalização dos processos. A ratificação desse efeito de sentido se dá na Figura 3 abaixo, que ilustra as estruturas institucionais que coordenarão as articulações do plano:

Figura 3 – Modelo conceitual do *Estratégia*.



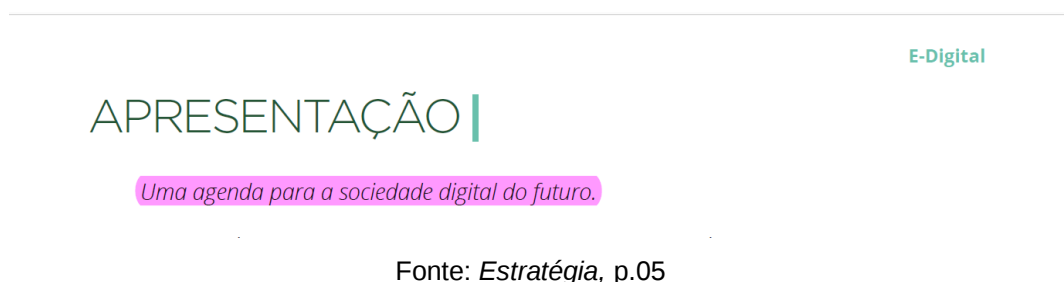
Fonte: *Estratégia*, p.08

A Figura 3 possui duas árvores, que podem ser interpretadas como as bases, os pilares, tendo, no arquétipo da árvore, aquilo ou quem gasalha, protege a sociedade. Os balões azuis abaixo delas (as estruturas que atuarão para a implementação do plano) podem ser representados como o que sustenta, que alimenta essas estruturas, quase na raiz e a população, quase inexistente, a grama. Note-se que os dois 'pilares' têm nome: governo e economia, e que ambos estão sendo 'transformados' e se 'transformando', na relação de dialética simbolizada pela seta de duas pontas, da mesma cor dos balões, o que compreende também a

interpretação de que essa seta é formada nos/pelos balões. A interpretação que emerge é a de que o enunciador vê o governo e a economia como alicerces e que a economia, além de ser central para a proteção da população, está no mesmo nível que o governo, atuando em conjunto, reverberando o discurso neoliberal de que basta ‘modificar’/fortalecer as duas árvores (economia/governo) para que a grama (população) tenha o ‘benefício’ da sombra e da proteção.

Ademais, tanto **estratégia**, quanto **transformação** aparecem reiteradamente nas publicações da UNESCO, organização da qual foram ‘emprestadas’ várias diretrizes contidas no documento *Estratégia*, o que pode indicar, além da parceria, a sujeição aos órgãos internacionais como rota para o prestígio global, ensejando questionamentos acerca de quem será beneficiado realmente por esses projetos, sabendo que o discurso neoliberal defende os interesses das empresas, não dos sujeitos. O diálogo entre esses documentos faz emergir o imaginário do enunciador na sua relação com o real: conforme Orlandi (2015), o enunciador, que acredita possuir a unidade do discurso, ao (re)projetar o significante em questão, choca-se com o real e deixa escapar sua FD, cuja visão é alicerçada em valores que defendem que a transformação deve se dar nos grandes centros empresariais, eixo principal do discurso neoliberal.

Ainda pensando no funcionamento das engrenagens das relações de poder, tomamos as seções *Apresentação*, *Introdução* e *Metodologia* (*corpus* referencial) como materialidade que possibilita a emersão do discurso e, por conseguinte, da ideologia que o move. Assim, fizemos os recortes procurando verificar seus entremeios, no intuito de depreender de que modo eles funcionam diante das condições de produção e nas relações de força. Desse modo, para pensarmos nos processos de validação de determinado discurso/política, trazemos a Figura 4 que segue:

Figura 4 - Apresentação do *Estratégia*.

Iniciamos a interpretação desse recorte pela sua organização, com título em caixa alta e subtítulo em bastão minúscula. Chamamos a atenção, também, para a contração que sinalizamos anteriormente, localizada no canto superior direito da página. Esse formato vai se manter no documento inteiro, tanto nas cores (tons de verde), que são simbolicamente atreladas à natureza e grandiosidade do Brasil, quanto no tipo de letra, que didatiza a leitura. Entretanto, para além da estrutura, é no recorte marcado em rosa⁸⁸ que nosso foco recai, principalmente no fragmento **sociedade digital do futuro**, em especial no significante **futuro**, já que é muito usado nos discursos de líderes e nos documentos oficiais brasileiros. Seu emprego é tão reiterado que podemos dizer que esse significante faz parte do discurso identitário do brasileiro, cujo território é conhecido como “o país do futuro”.

Assim, como parte da identidade do brasileiro, os efeitos de sentido de **futuro** integram valores como promessa, esperança, potencialidade, entre outros. Ao utilizar especificamente esse significante, o enunciador toca na parte afetiva de quem lê, podendo gerar identificação e empatia no sujeito que se reconhece como cidadão (brasileiro) do futuro. Semelhantemente, ele agrega uma nova característica a essa sociedade, que é a sociedade digital, ampliando o transcurso de identificação. Com a imagem do digital como representação desse futuro, o processo discursivo habilita, na zona do esquecimento nº 1 (PÊCHEUX, 1975), a ilusão de que o sujeito está na fonte do que diz, conjugando a digitalização à sua própria identidade.

O segundo recorte que trazemos (abaixo) tem a ver com o saber como mecanismo de dominação, conforme FOCAULT ([1978-1979], 2008). A teoria foucaultiana distingue as áreas do saber enquanto parte da lógica mercadológica, as

⁸⁸ Marcamos de rosa, nas figuras, os aspectos que pretendemos destacar.

quais, ao agregar técnicas individualizantes, produzem efeitos de poder em determinados saberes. Dito de outra maneira, o saber, subjugado às leis de mercado, constitui práticas que buscam estabelecer um regime de verdade que atua nas tensões de força. Esse efeito de poder ocorre devido ao silenciamento de saberes não privilegiados, pois o discurso da especialização coloca o conhecimento em um lugar inatingível e isento de refutação. Desse modo, quando o enunciador fala do lugar de especialista, outras vozes se calam devido ao efeito de indiscutibilidade que seu discurso usufrui. Vejamos, a seguir:

Figura - 5 Seção Metodologia do *Estratégia* - saber/poder.

Ao todo, foram realizadas nove reuniões do GTI e 25 reuniões dos subgrupos para apresentação e discussão dos subtemas. Os trabalhos dos subgrupos foram marcados pela atuação intensa de todos os órgãos e entidades participantes, propiciando um intercâmbio de conhecimentos e ideias sobre o tema objeto de cada grupo, bem como a concertação das iniciativas governamentais ligadas à economia digital em torno de uma visão comum e coerente.

Fonte: *Estratégia*, p.11

Figura – 6 Seção Apresentação do *Estratégia* - saber/poder.

O resultado reflete também o amplo engajamento do setor produtivo, da comunidade científica e acadêmica e da sociedade civil, em diversas etapas do trabalho. Houve expressiva participação nos seminários e *workshops* durante o processo de formulação da *Estratégia*, assim como na Consulta Pública ao documento-base, que recebeu milhares de acessos e contribuições. Isso ensejou a revisão e o aperfeiçoamento da E-Digital, que se consolida como política pública a ser implementada.

Fonte: *Estratégia*, p.05

Nas Figuras 5 e 6, podemos verificar que as escolhas lexicais procuram formalizar a acreditação do projeto e, por conseguinte, do governo. Ao elencar diversos atores reconhecidos pela área do saber, tais como o GTI⁸⁹ (composto por representantes técnicos dos diversos Ministérios relacionados ao plano de digitalização) e a comunidade científica (que se expressa pelo conhecimento acadêmico), juntamente da citação de significantes que evocam discursos

⁸⁹ Grupo de Trabalho Interministerial.

transversos, como **seminários** e **workshops**, o enunciador projeta a veracidade e o lugar de importância do que pretende ser dito. O arremate da tentativa de dominação por meio do saber se realiza por meio dos excertos **propiciando um intercâmbio de conhecimentos e ideias sobre o tema e consulta pública do documento-base, que recebeu milhares de acessos e contribuições**, os quais produzem um efeito de inclusão e participação da sociedade, sentidos que colaboram com a impossibilidade da refutação. Esse efeito está contido na paráfrase de que, além dos especialistas, a população também foi ouvida, ou seja, houve a troca de opiniões sobre o tema, quando na verdade, na maioria das vezes, pouca ou nenhuma participação popular acontece de maneira efetiva na deliberação desses ‘pacotes’ que nos chegam prontos.

Há, ainda, outro efeito de sentido que emerge da paráfrase, evocado pela teoria de HAN (2018, p. 19), sobre a ilusão de liberdade e transparência que o digital propicia. A transparência, reivindicada pela liberdade da informação, traduz o dispositivo neoliberal ao fornecer informação com a finalidade de produzir informação. O discurso da transparência atrai o sujeito pela ilusão de verdade e pelo afeto da escuta. É o efeito do afeto, nesse caso, que vai gerar a produção de informação, além do que, o governo em questão projeta credibilidade ao produzir, também, o efeito de que essa gestão dá voz ao povo, na tentativa de apagar o real de uma população que não tem vez e nem voz.

Seguindo com os gestos de interpretação voltados às relações de poder, as quais atravessam os sujeitos e os processos discursivos, atentamos às falhas e fissuras que permitem a emersão da formação discursiva predominante no documento. A partir da AD, entendemos que o emaranhado que constitui a luta pela/na palavra e pelo/no poder é passível de lapsos e brechas por onde o discurso escapa.

Essa possibilidade se dá, de acordo com Pêcheux (1988), pela capacidade de dominância da formação discursiva, que está relacionada à forma Sujeito regular, ou seja, “a um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente” (PÊCHEUX, 1988, p. 160), regulando o que pode e deve ser dito. Nesse sentido, ao ser interpelado em sujeito pelo discurso, a ‘identificação’ com determinada formação discursiva molda-o, de maneira que essa FD passa a constituí-lo. Essa conformação, diluída na zona do esquecimento nº 1, se articula ao processo discursivo na forma de contradição,

submissão ou usurpação (PÊCHEUX; FUCHS [1975], p. 177). A subjetividade da língua, a qual também comporta a zona de esquecimento nº 1, acaba por revelar essa ideologia, materializada por meio do discurso.

Dito isso, sabemos que o sistema político-social brasileiro é assentado, predominantemente na ideologia neoliberal, a qual defende claramente o Estado mínimo, as privatizações e os interesses do mercado, penalizando a democracia por considerá-la prejudicial a essa diligência (PERONI, 2010, p. 21), e que, consoante às sinalizações elencadas neste capítulo, o Governo Temer também é determinado por esses ideais. Vemos isso por meio das narrativas contidas nas comunicações do então vice-presidente, de seu discurso de posse ao assumir a presidência, etc. Da mesma maneira, o documento *Ponte para o futuro* parece ter a finalidade de mediar o confronto entre a voz da figura individual e a voz da figura coletiva de Temer, enquanto representante de um país e de um partido político, visto que, oficialmente, foi esse documento que norteou as ações de sua gestão.

Importante lembrar que, ao ‘procurar’ traços da formação discursiva preponderante em determinado discurso, há que se atentar (também, mas não somente) à situação enunciativa em tela, em que, na ação da zona do esquecimento nº 2, “o sujeito se corrige para explicar a si próprio o que disse, para aprofundar ‘o que pensa’ e formulá-lo mais adequadamente” (PÊCHEUX; FUCHS [1975] 1997, p. 177). Dessa forma, nessa zona ocorrem o que PÊCHEUX (*id.*, *ibid.*) chama de “processos de enunciação”, os quais concentram-se, também, nas noções de: (i) *formações imaginárias*, que representam os lugares que enunciador e enunciatário atribuem a si mesmo e ao outro (PÊCHEUX; FUCHS [1975] 1997) no momento em que traça estratégias de discurso – esse mecanismo de antecipação ajuda a regular a argumentação segundo o efeito que o sujeito pensa produzir em seu ouvinte (ORLANDI, 2015, p. 37); e (ii) *pré-construídos*, os quais fazem parte da memória discursiva, que estabelece, entre outros, a condição do legível em relação ao próprio real (PÊCHEUX, 2010, p. 52) – esses elementos colaboram com os sentidos inscritos coletiva e historicamente, possibilitando a atribuição de efeitos de sentidos às materialidades linguísticas.

No caso do *Estratégia*, a conjuntura enunciativa é configurada pela relação entre a população e o Estado, o qual, imbuído de autoridade, ocupa o lugar de enunciador. Esse enunciador produz seu discurso na ilusão de ser a fonte dos sentidos, mobilizando suas formações imaginárias e os pré-construídos no sentido

de equilibrar seu discurso, de modo que ele provoque os efeitos de sentidos desejados.

Porém, atravessado que é pela instância ideológica, suas expressões obedecem ao universo discursivo próprio, que escapa mesmo diante da aparente dissimulação, o que faz com que a ideologia a qual se identifica emergja. Pensando nos fatores expostos até aqui, trazemos recortes em que ocorrem falhas no jogo linguístico, ‘denunciando’ a tentativa de falseamento do discurso no ato em que o universo discursivo da forma Sujeito que caracteriza o enunciador se impõe, abrindo brechas para que o todo que o domina ‘apareça’. Vejamos:

Figura – 7 Seção Introdução do *Estratégia* - o discurso ‘escapa’.

Os eixos habilitadores visam criar um ambiente propício para o desenvolvimento da transformação digital da economia brasileira, com iniciativas essenciais para alavancar a digitalização. Tais iniciativas incluem infraestrutura e acesso às tecnologias de informação e comunicação; ações em pesquisa, desenvolvimento e inovação; desenvolvimento de um ambiente regulatório adequado; normas e regimes que promovam confiança no mundo digital; aquisição de competências educacionais e profissionais adequadas à economia digital; e a inserção internacional do Brasil.

Este ambiente habilitador propicia atividades em prol da transformação digital, tanto no governo quanto no setor produtivo. Sendo assim, as ações específicas foram agrupadas em eixos:

Fonte: *Estratégia*, p.09

A Figura 7 trata do parágrafo que justifica a metodologia adotada para as ações de digitalização no país. Assim, os argumentos procuram elencar a abordagem adotada para a implementação da política pública que está sendo discutida, bem como os benefícios que serão gerados para a sociedade. Entretanto, conseguimos visualizar fissuras logo nos primeiros excertos destacados: **desenvolvimento da transformação digital da economia brasileira**, os quais colocam em xeque o efeito de sentido antecipado pelo enunciador, devido à presença da significante economia, atrelado ao fragmento **desenvolvimento da transformação digital** pela preposição **da**, que cumpre a função de ligação. O rompimento se dá em razão de a **economia**, como parte do universo discursivo neoliberal, contradizer a narrativa de que a transformação digital vai ser benéfica para toda sociedade, especificando que essa transformação é, na verdade, voltada para a economia brasileira, que se expressa por grandes empresas que concentram o capital.

Na mesma direção caminha o excerto **aquisição de competências educacionais e profissionais adequadas à economia digital**, revelando que a ‘educação de qualidade’ defendida no documento servirá aos interesses da economia, ou seja, a digitalização da educação, no Brasil, procura moldar os futuros profissionais de acordo com os interesses do mercado, fissura que vai na contramão do efeito de sentido relacionado à narrativa da educação de qualidade, ao instaurar o questionamento “educação de qualidade/educação boa, para quem?”

O terceiro excerto deste recorte, **este ambiente habilitador propicia atividades em prol da transformação digital, tanto no governo quanto no setor produtivo**, denuncia mais uma vez a formação ideológica a qual o enunciador se identifica, quando diz que a transformação digital foca o **governo** e o **setor produtivo**, efeito de sentido manifestado na locução prepositiva **em prol**. O enunciador, ao não empregar itens lexicais que estabeleçam uma narrativa mais sinérgica com a massa populacional, deixa vir à tona sua forma Sujeito e faz emergir a ideologia que o atravessa, sinalizada pelo discurso neoliberal, que vê no Estado o avalizador e garantidor dos seus interesses (FRIGOTTO, 2006, p. 30 *apud* MONTEIRO, 2014, p. 76). Ademais, os significantes **economia** e **setor produtivo** aparecem reiteradas vezes em todo o texto, peculiaridade que já sinaliza a ideologia que ali se expressa; contudo, como nosso foco não recai na quantidade de significantes, mas nas relações destes com o real, apresentamos a Figura 8:

Figura 8 - Seção Apresentação do *Estratégia* – o discurso ‘escapa’.

No entanto, talvez o aspecto mais importante seja o país encarar a transformação digital como uma oportunidade ao País para dar um salto qualitativo. As tecnologias digitais proporcionam as ferramentas para uma profunda transformação na atuação do próprio governo, na competitividade e produtividade das empresas, assim como na capacitação e inclusão na sociedade, para que todos possam se desenvolver e prosperar.

Fonte: *Estratégia*, p.05

A Figura 8 é um recorte da seção *Apresentação*, em que são fundamentados os motivos para a implementação da digitalização. O texto apresenta uma série de indicações, como a sedimentação das práticas sociais digitalizadas, as recomendações dos entes federados, as reuniões dos grupos de trabalho do seu governo, etc., conformando um apelo social diante do cenário contemporâneo. O

trecho recortado, iniciado pelo elemento adversativo, **no entanto**, cumpre a função de secundarizar as alegações anteriores. Essa conjunção, de certa maneira, anula tudo o que foi dito antes, causando o efeito de sentido de que o que realmente importa é o que vem depois: **o país encarar a transformação digital como uma oportunidade ao País para dar um salto qualitativo. As tecnologias digitais proporcionam as ferramentas para uma profunda transformação na atuação do próprio governo, na competitividade e produtividade das empresas, assim como na capacitação e inclusão na sociedade, para que todos possam se desenvolver e prosperar.**

Ao enumerarmos a ordem de possíveis melhorias resultantes da implementação das tecnologias digitais, temos: (i) atuação do governo, (ii) competitividade e produtividade das empresas e (ii) capacitação e inclusão da sociedade, o que evidencia a prioridade das ações propostas para a digitalização do país. Dessa forma, o povo, para quem o Estado deveria se voltar, ocupa o último lugar na lista de prioridades e, mesmo assim, é lembrado essencialmente pela sua força produtiva, quando se coloca **capacitação** antes dos outros itens. A indagação relacionada ao significante **inclusão** complementa o sentido de contradição, quando sabemos que, na prática, a gestão de Temer congelou investimentos em programas sociais por 20 anos por meio da PEC 241⁹⁰, utilizando-se do subterfúgio de que tal medida conteria o rombo nas contas públicas, cooperando para a superação da crise econômica. A PEC foi criticada não só pelos partidos que faziam oposição ao governo da época, mas também por especialistas, que enxergaram nessa ação um retrocesso de direitos mínimos, amparados pela Constituição, afetando milhões de trabalhadores e a classe menos favorecida.

Em relação à formação discursiva, o excerto acima possui vários itens do universo discursivo neoliberal, tais como, **competitividade, produtividade das empresas, capacitação, prosperar**. Esses itens, ligados ao elemento adversativo inicial denotam, mais uma vez, os ideais neoliberais, que privilegiam a lucratividade e o crescimento econômico como elo social central. Como mecanismo de poder, a psicopolítica voltada ao neoliberalismo como modo de organização social, tem na lógica de mercado o arquétipo que permeia todas as práticas socialmente instituídas,

⁹⁰ Consultar a matéria “Entenda o que é a PEC 241 ou (55) e como ela pode afetar sua vida”. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html>. Acesso: 05/10/20.

ou seja, tudo é passível de se tornar um produto (HAN, 2018). À vista disso, o Estado, como parte do mecanismo da estrutura social (pre)dominante também reproduz essa lógica, em que o cidadão (cliente) tem que ser satisfeito pelo Estado (fornecedor) (*id.*, *ibid.*). Nesse cenário, o *Estratégia*, como mercadoria do governo Temer, foi moldada segundo os padrões da psicopolítica neoliberal, que são marcados pela sutileza, bem como pela sedutora ilusão de liberdade (HAN, 2018).

Afirmamos isso, pois, além das relações apresentadas até aqui, seu conteúdo chama atenção pela narrativa cortês, que procura agradar por meio de termos que acessem a memória discursiva do politicamente correto. Entretanto, o real da língua, que trabalha no jogo e no equívoco, contradiz até mesmo o maior empenho de uma língua lógica. Podemos evidenciar isso no recorte abaixo:

Figura – 9 Seção Introdução do *Estratégia* – o discurso ‘escapa’.

- **Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza:** inclusão financeira dos mais pobres, pela combinação terminais móveis com acesso à Internet, pagamentos móveis e novos instrumentos financeiros no ambiente digital.
- **Objetivo 2 - Fome Zero:** Internet das Coisas, aumentando a produtividade na agropecuária, reduzindo perdas no campo e na logística de transporte e distribuição.
- **Objetivo 3 - Saúde e Bem-Estar:** uso de terminais móveis com acesso a bases de dados médicas e viabilizando prontuários eletrônicos; e a Internet das Coisas, com monitoração e diagnóstico remoto.
- **Objetivo 4 - Educação de Qualidade:** computadores com acesso a conteúdos digitais, ensino à distância, treinamento de professores e capacitação profissional.

Fonte: *Estratégia*, p.07

Esse recorte focaliza os 04 objetivos agregados pelo documento *Estratégia*, os quais foram tomados do plano dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Notamos que os excertos **erradicação da pobreza**, **fome zero**, **saúde e bem-estar** e **educação de qualidade**, são itens pouco relacionados ao universo discursivo neoliberal. Esses itens parecem configurar a tentativa de apropriação de outro universo discursivo, que fica evidente ao correlacionarmos as materialidades linguístico-discursivas que vêm antes e as que vêm depois do sinal de pontuação “ : ” (dois pontos), formando uma relação de causa e consequência.

Assim, ao relacionarmos a **erradicação da pobreza**, que tem como sentido a inclusão dos considerados pobres, com o **oferecimento de terminais móveis de acesso à internet, pagamentos móveis** e o estabelecimento de **novos instrumentos financeiros no ambiente digital**, advém um grande estranhamento devido à quebra de sentidos. A indagação que se instaura é: em que medida oferecer terminais com acesso à Internet, facilitar o pagamento de contas e desenvolver mais instrumentos financeiros no digital equalizam as relações econômicas e propiciam a inclusão econômico-social? Da mesma maneira, **fome zero**, ligada a sentidos como dignidade alimentar, prover alimentação da população, ninguém passará pela situação de fome, está relacionada ao **aumento da produtividade agropecuária**. Diante do que circula sobre o setor agropecuário ser um dos mais lucrativos do Brasil, como o simples aumento da produtividade desse setor vai redistribuir a alimentação, de maneira que todos tenham comida?

Processo semelhante acontece tanto em **saúde e bem-estar**, quanto em **educação de qualidade**, os quais, além do estranhamento com as relações propostas, marcam o simbólico do digital representado na automatização dos processos, ao amarrar o acesso básico às práticas digitalizadas a efeitos de sentido ligados à qualidade de vida, direito a um atendimento médico digno e educação considerada boa. Tais ‘furos’ denotam a tentativa de falseamento do discurso por meio do empréstimo de itens lexicais que, além da carga simbólica específica, compõem uma outra formação discursiva, causando o confronto de sentidos. Contudo, é conveniente frisar que essa tática, usual na prática política, é bastante produtiva devido ao fato de exigir um olhar mais atento para que essas relações emergjam. O uso genérico de itens lexicais-chave espalhados pelo texto tende a funcionar na interpelação e no atravessamento dos sujeitos que vão, aos poucos, agregando o discurso do digital como saída para todos, ou quase todos, os problemas da sociedade, de maneira que o domínio semântico da ciência, atravessado pelos valores simbólicos de infalibilidade, exatidão, competência, dentre outros, intervenham e produzam o imaginário do digital como ‘o salvador da pátria’, reproduzindo o discurso identitário do Brasil como país que sempre se mantém na posição de inferioridade, sempre a esperar a ‘mágica’ que fará com que sua população atinja a excelência.

O discurso da inferioridade, aliado ao discurso colonizador, são legitimados na medida em que são amparados pelo imaginário relacionado à ciência e à cultura

daquele que ocupa o lugar de privilégio. Nas palavras de Orlandi (2002, p. 278, *apud* ORLANDI, 2016), a base da República Brasileira confirma a relação entre fortes e fracos: assim, como terra colonizada, herdamos a voz homogeneizadora e positivista do colonizador, o qual vê na sua cultura a supremacia, significando o sujeito colonizado sempre como aquém ou inadequado. Tal narrativa projeta a pátria forte, que deve prover ao pobre fraco, efeito potente de poder no processo de individuação do sujeito, que se percebe pela dimensão da inferioridade. A relação colonizador/colonizado estabiliza o lugar do Estado no lugar do colonizador, deixando a sociedade à mercê de representantes que perpetuam o discurso do messias salvador, aquele que diz que fará, o que afirma ter a solução, a saída definitiva para todos os problemas. Dessa forma, à medida que esses dizeres ecoam, os discursos relacionados a eles passam por um processo de naturalização, integrando os efeitos de poder, os quais procuram estabelecer, por meio da dominação, a manutenção da ideologia hegemônica.

Além do mais, ao retomarmos os significantes trabalhados nessa parte da análise (erradicação da pobreza, fome zero, saúde e bem-estar e educação de qualidade), os efeitos de contradição ficam evidentes quando os comparamos com a realidade, visto que as medidas tomadas durante o período em que Temer governou foram extremamente temerárias e prejudiciais ao Brasil. Durante o seminário da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)⁹¹, ocorrido em junho de 2017, palestrantes afirmaram que a Emenda Constitucional 95 – que congela investimentos públicos por 20 anos – juntamente à (re)forma trabalhista, cujas determinações ameaçam direitos trabalhistas e previdenciários da população, são empecilhos, justamente para atingir os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável tão aclamados no *Estratégia*. No mesmo evento, Nilto Tatto, deputado na época, alegou que o papel do Estado de zelar pelo bem comum é preterido quando o governo desrespeita a Constituição e direciona os recursos públicos para o setor privado em detrimento do benefício comum.

Atendendo ao fato de que este trabalho não pretende a exaustão do material, já que ele é inesgotável, e que a AD não procura um ‘sentido verdadeiro’, mas a relação entre a materialidade linguística e a história (ORLANDI, 2015), prosseguimos

⁹¹ Conferir a matéria intitulada Retrocessos de Governo Temer comprometem desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://ptnacamara.org.br/portal/2017/06/07/retrocessos-de-governo-temer-comprometem-desenvolvimento-sustentavel/>.

com nossos gestos de interpretação no tópico que segue, o qual aborda o discurso sobre o digital como um dos mecanismos de poder que atua na Educação.

4.3.2 A educação das/nas TDIC: transformação ou agenciamento?

Nosso interesse em propor recortes da seção *Educação e Capacitação Profissional* do *Estratégia* se justifica, entre outros, pela maneira como a educação tem sido discursivizada no Brasil e, também, por ter sido contemplada no texto do documento em questão, uma política pública voltada, aparentemente, para a sedimentação da digitalização das práticas sociais no país. Como discurso reiterado, a expressão *educação de qualidade* é uma constante na narrativa política, sendo repetida nos textos de diversas políticas públicas, em que, geralmente, está atravessada pelo simbólico da possibilidade da inclusão econômico-social por meio da escolarização. É, justamente, essa eterna sobreposição do econômico ao social que nos inquieta, pelo fato de estabelecer-se por meio da manipulação do discurso, ao ‘prometer’ que a inclusão dos mais pobres e, por conseguinte, a equidade social serão atingidas seguindo os moldes de uma estrutura tão excludente quanto o neoliberalismo. A partir disso, procuramos entender as formas da organização social brasileira, no sentido de compreender as relações de força, assim como esse efeito de poder que, inicialmente, parecia-nos absurdo. Nesse sentido, torna-se produtivo expor, mesmo que de maneira breve, o funcionamento dessas tensões, o que fazemos a seguir.

A função da educação, que por muito tempo foi pensada diante da necessidade de socialização, organização e ou moralização social, foi alterada, colocando-a na pauta do debate sobre o desenvolvimento econômico (MONTEIRO, 2014). Essa ‘nova’ função faz com que o simbólico de *educação de qualidade* remeta a sentidos como a possibilidade de quebra do ciclo de pobreza, pela escolarização da mão de obra que compõe o mercado de trabalho, construindo um elo intrínseco entre educação e trabalho. Tais sentidos associam-se ao discurso das grandes organizações internacionais, “organismos capazes de articular o sistema e agir em nome de seu núcleo dirigente” (BARRETO; LEHER, 2008, p. 430 *apud* MONTEIRO, 2014, p. 27), interferindo nas políticas públicas dos países considerados em desenvolvimento, entre eles o Brasil (*id.*, *ibid.*).

Temos, então, um cenário em que as tensões de força do jogo político são regidas pelos movimentos do capital, que está sempre se reinventando no intuito de manter sua hegemonia. O Estado, nesse modelo social, atua como intermediário entre a população e o mercado, “que é o verdadeiro regulador da sociedade” (LOVELUCK, 2018, p. 109). Nessa dinâmica, foi edificada uma visão político-econômico-social que aponta uma relação dicotômica entre atraso/subdesenvolvido/pobreza e moderno/desenvolvido/rico, em que os primeiros são o impedimento da realização dos segundos, sendo necessário sua superação. Tal concepção constitui as formas contemporâneas de articulação do capital, cuja mutação – o neoliberalismo – apaga as relações de classe e torna o trabalhador um empreendedor (HAN, 2018, p. 14).

Construída a ideia da necessidade de superação, a educação é colocada como via de acesso, sendo transformada em moeda de troca, ao agregar, mediante acordos internacionais, diretrizes impostas por instituições como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outras (MONTEIRO, 2014). Nesse processo, a educação materializa a relação estrutura e superestrutura, e tem como peculiaridade formar a força de trabalho, realimentando a acumulação do capital (*id.*, *ibid.*). No Brasil, esse real é forjado por meio do discurso da crise permanente da Educação, cuja narrativa centra-se especialmente no ensino médio, etapa que, em geral, antecede oficialmente a entrada do jovem no mercado de trabalho.

A contextualização exposta até aqui possibilita a percepção de que instaurar o ideário da elevação do nível de escolaridade, como via assertiva para superação da pobreza de grandes populações, é mais do que uma tentativa de falsear o discurso visando o politicamente correto. Aliada às formas contemporâneas de organização do trabalho, a Educação, como tem sido posta, apresenta-se como estratégia na reestruturação produtiva do capital.

Dito isso, seguimos nos gestos interpretativos no intuito de verificar se e de que modo as estratégias da psicopolítica institucional agem de maneira a agenciar o sujeito para o consumo direto ou indireto das tecnologias digitais, ou seja, compreendendo o complexo das relações de poder, neste tópico investigaremos a existência de pistas discursivas que evidenciam o empenho em formar um contingente consumidor das/nas tecnologias digitais ou até mesmo mão de obra

especializada nesse seguimento produtivo, conforme consta no objetivo (i) verificar se e de que modo os discursos institucionais agenciam o sujeito para o consumo da tecnologia. Para tanto, tomaremos os recortes da seção D – *Educação e Capacitação Profissional* da *Estratégia*, bem como os recortes do *Guia de Implementação do Novo Ensino Médio*. Importante lembrar que o *Guia* funcionará como *corpus* complementar, para compreendermos se ocorrem movimentos parafrásticos entre os documentos ou se sucedem deslocamentos de sentidos.

Nessa continuidade, a noção de agenciamento adotada neste trabalho é a de CAVALCANTI (2016, p. 188), para quem o agenciamento é um efeito de poder que produz, por um lado, “agenciamentos maquínicos de desejo e, de outro lado, agenciamentos coletivos de enunciação”, ou seja, por meio do discurso das TDIC como “possibilidade de progresso, de inclusão, de acesso ao conhecimento e ainda como uma imposição de saberes frente às mudanças do mundo (pós-) moderno” (GALLI, 2008, p. 177) o agenciamento engendra ‘novos’ regimes de verdade, em uma conjuntura que impõe ao sujeito a incorporação dessa expressão de mundo como sendo a única possível, provocando “deslocamentos identitários” (GALLI, 2008 p. 178).

Vejamos o recorte que segue:

Figura – 10 Seção Educação e Capacitação Profissional do *Estratégia* – sociedade para o Digital.

E-Digital

D. Educação e Capacitação Profissional

Formar a sociedade para o mundo digital, com novos conhecimentos e tecnologias avançadas, e prepará-la para o trabalho do futuro.

A educação digital será cada vez mais uma etapa importante para o exercício da cidadania e uma pré-condição para uma atividade profissional bem-sucedida. Nossa capacidade de autodeterminação e julgamento crítico no mundo digital, em suas várias esferas - no trabalho, nas comunidades virtuais, como consumidores e cidadãos - dependerá de uma educação digital crítica e bem orientada.

Fonte: *Estratégia*, p.45

A Figura 10 foi recortada da entrada da seção *Educação e Capacitação Profissional* do *Estratégia*. O primeiro excerto destacado diz respeito ao que podemos chamar de parágrafo de síntese, estilo seguido no documento todo, no começo de cada divisão. A tática de sintetização do discurso atua na (re)atualização

da memória discursiva no transcurso de produção dos sentidos, já que o sentido não existe em si, “mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (ORLANDI, 2015, p. 40). Nesse caso específico, os dizeres disponibilizados no interdiscurso propiciam um efeito metafórico, que se dá no efeito de sentido inaugurado por **mundo digital** e **trabalho do futuro**. No confronto que ocorre inicialmente entre mundo, de ordem física, e digital, de dimensão imaterial, assim como entre trabalho, que se faz agora, no presente e futuro, como adjetivo do anterior, emerge um sentido outro, fenômeno que, segundo Pêcheux & Fuchs ([1975] 1997), acompanha um sentido já constituído, já que a metáfora é fruto da historicidade da língua; podemos dizer isso a partir do pressuposto de que o digital, como significado, não é algo atemporal e eterno, mas construído nas/pelas relações sociais. Esse processo permite que o digital como simbólico agregue adjetivações daí derivadas, como vimos, aqui, comportando a significação de um mundo/sociedade que se percebe como digital e trabalho do futuro como a função laboral que representa esse outro mundo, regido pelas/nas TDIC.

Ainda no parágrafo em questão temos destacado: **Formar a sociedade para o mundo digital, com novos conhecimentos e tecnologias avançadas, e prepará-la para o trabalho do futuro**. O Estado que, como vimos, opera na visão do Brasil ocupando o lugar do atraso e ‘em desenvolvimento’, recorre a esse imaginário no fragmento **formar a sociedade**, em que o significante **formar** marca o significado de *construir/fazer/fabricar/produzir*. O efeito de sentido que emerge é o de que ainda falta algo para o Brasil, e é preciso produzir o que falta. Em seguida, temos **formar a sociedade para o mundo digital**, excerto que especifica o que falta ao país e coloca a sociedade para o digital e não o digital para a sociedade, estabelecendo uma relação de hierarquia, o que pode sinalizar a naturalização, bem como a personificação do digital já tomado pela superestrutura, que, como já sinalizamos, engendra novos regimes de verdade.

O efeito de contradição emerge à proporção que percebemos a tentativa de apagamento do real, cujas escolas estão abandonadas, professores desvalorizados, fossos sociais e outros graves problemas que assolam o país. A posição do silenciador procura alçar o digital como solução infalível, reproduzindo o discurso ancorado nos domínios semânticos do trio tecnologia/ciência/desenvolvimento, agindo também na estabilidade da narrativa da ‘revolução digital’. Colocar o digital

em extrema evidência colabora com o silenciamento de questionamentos conflituosos, tais como se é mais urgente prover dignidade aos prédios escolares, aos alunos e aos profissionais da Educação ou formar mão de obra trabalhadora que opere as tecnologias digitais. O silenciamento procura evitar a emergência de indagações, tais como mesmo que se habilite alguém, que sociedade será formada em escolas que não podem oferecer o mínimo a esses estudantes e profissionais? Essa é a sociedade do futuro? Esse futuro será benéfico para quem?

O recorte segue especificando de que modo e para que deverá ser a sociedade fabricada: **com novos conhecimentos e tecnologias avançadas** – fazendo emergir o simbólico do digital, tomado pelo ‘novo’ e pelo ‘avançado’ – **para o trabalho do futuro**, trazendo à tona, novamente, o discurso identitário brasileiro, que articula o significante **futuro** como peça do imaginário do Brasil, reiterando que, como ‘país do futuro’, há a necessidade do cidadão do futuro e do trabalho do futuro, expressados no/pelo digital.

No excerto **A educação digital será cada vez mais uma etapa importante para o exercício da cidadania e uma pré-condição para uma atividade profissional bem-sucedida**, emergem efeitos de sentidos que tocam o novo regime de verdade ao qual Galli (2008) alude, quando se discursiviza o digital como condição para exercer a cidadania, já que, somente como cidadão o sujeito é reconhecido como membro pelo Estado, e por isso passa a usufruir de direitos civis e políticos. A associação entre **cidadania** e **atividade profissional** evoca o discurso do desenvolvimento, preconizando práticas que consideram um país em “que os cidadãos, educados, são capacitados para o trabalho e circulam como consumidores de um mercado de trabalho qualificado” (ORLANDI, 2016, p. 72).

O excerto em questão evidencia também o imaginário atribuído ao digital, na medida em que é ele quem personifica o sujeito do século XXI, ou seja, não há como ser pessoa, a não ser pelo/com o digital. Além do agenciamento, evidencia-se a coerção, visto que, ao colocar a digitalização como exigência, sob pena de o sujeito não ser identificado como participante da sociedade, o discurso escancara o sentimento de marginalização e deslocamento do sujeito, conforme GALLI (2008). Ademais, em **pré-condição para uma atividade profissional bem-sucedida**, vemos a dinâmica da psicopolítica neoliberal em ação, que prega a otimização pessoal e o aumento da eficiência sem limites (HAN, 2018). De acordo com Han (2018), essa técnica de dominação visa explorar a pessoa por completo “por meio de

coerções sistêmicas a partir da lógica do sucesso mercantil quantificável” (HAN, 2018, p.45). O efeito de sentido que emerge é o de que, para ser ‘gente’, participar da vida social e ser bem-sucedido economicamente (já que o trabalho é tomado essencialmente pelo valor econômico), o único caminho é adentrar o mundo digital.

O próximo recorte (Figura 11) evidencia a Educação tomada pela ideologia neoliberal, ao atrelar a ‘educação de qualidade’ como via para o desenvolvimento econômico e o aumento da prosperidade e competitividade do país no contexto internacional. A subserviência da escolarização ao capital emerge no/do excerto **Quanto ao Brasil, o provimento de uma educação de qualidade é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da nação e o aumento da prosperidade e competitividade brasileiras frente aos demais países do mundo.** O movimento de emersão se dá, como já dito, na ligação entre **educação de qualidade** e **desenvolvimento socioeconômico**. O significante **fundamental**, cujos sentidos apontam para algo *essencial/indispensável/necessário*, marca a importância da educação no plano de (re)colocação do Brasil diante dos outros países, ao mesmo tempo que evoca a tensão de forças que cerca as relações institucionais.

Figura – 11 Seção Educação e Capacitação Profissional do *Estratégia*
Educação neoliberal.

Quanto ao Brasil, o provimento de uma educação de qualidade é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da nação e o aumento da prosperidade e competitividade brasileiras frente aos demais países do mundo. A importância da educação na Era Digital requer uma atitude proativa e decisiva do governo, das empresas e da sociedade sobre o tema.

Fonte: *Estratégia*, p.45

Além disso, o excerto **A importância da educação na Era Digital requer uma atitude proativa e decisiva do governo, das empresas e da sociedade sobre o tema** sinaliza o regime de verdade estabelecido no/pelo digital, com o fragmento **Era Digital**, em que **era** possui sentidos como modo de *organização/ período específico/recorte sócio-temporal* e **Digital** especifica esse período, tal como ‘Era romana’, ‘Idade Moderna’, sintetizando a principal característica de determinada época. Essa sequência também marca o entrecruzamento digital/educação no

imaginário que constitui aquilo que é considerado moderno/desenvolvido/rico, enfatizando o tecnológico como diretamente produtivo, estreitando a relação educação/produção e colocando a digitalização, juntamente à Educação, como via de acesso à superação do atraso e da pobreza.

Figura – 12 Seção Educação e Capacitação Profissional do *Estratégia* – era digital.

O acesso a empregos, à cidadania e à capacidade de empreender dependerão cada vez mais do fato de que as pessoas detenham um conjunto de habilidades digitais adequadas, partindo desde a alfabetização digital necessária ao exercício da cidadania até a aquisição de competências específicas para os setores tecnológicos mais dinâmicos. Além disso, muitos dos empregos e carreiras nos próximos dez anos dependerão de conhecimentos e habilidades em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (conhecidas pela sigla inglesa STEM), e praticamente todas as profissões irão requerer alfabetização em TICs.

Fonte: *Estratégia*, p.45

Na Figura 12, vemos emergir o que propõe HAN (2018), ao considerar a tentativa de ‘convencimento’ do sujeito. Segundo o autor, a psicopolítica se “serve massivamente das tecnologias digitais, montando um regime de dominação que molda um sujeito do desempenho que, como empresário de si mesmo, explora-se voluntária e apaixonadamente, de forma que reproduza o contexto de dominação dentro de si e o interprete como liberdade” (HAN, 2018, p. 42-44). Assim, temos o excerto que cola o significante **empregos** e o fragmento **capacidade de empreender** ao digital, indo além ao especificar que deve ser um digital adequado, demonstrado no fragmento **dependerão cada vez mais do fato de que as pessoas detenham um conjunto de habilidades digitais adequadas**, sendo essas habilidades aquelas voltadas aos **setores tecnológicos mais dinâmicos**.

Ao olharmos para o recorte todo, percebemos as engrenagens das relações de força se movimentando de maneira ostensiva, por meio da psicopolítica. Um significado possível aponta a equação **digital adequado (setor tecnológico) = empreender + emprego = ascensão econômica + cidadania = felicidade**. Em tempos da cultura do digital, cujas bases se assentam na informação como produto, o discurso articulado de que, quanto mais consumidor, mais cidadania, leva o sujeito, segundo ORLANDI (2016), a compor o ciclo da conquista do suposto

conhecimento visando à cidadania, tornando-o um consumidor de saberes. A conjuntura posta limita o sujeito, o qual, constituído apenas pelo conhecimento pragmático, silencia o político em suas diferentes formas de conhecimento. Atravessada tanto pelo discurso do digital, que ampara, entre outros, uma sociedade calcada na matematização e no imediatismo, quanto pelo discurso da inclusão, calcado na ilusão da simetria social, a fórmula aqui projetada se impõe à medida em que se apagam os processos de significação constituídos nas relações sócio-históricas.

No excerto: **Além disso, muitos dos empregos e carreiras nos próximos dez anos dependerão de conhecimentos e habilidades em ciência, tecnologia, engenharia e matemática**, vemos emergir a coerção do sujeito, ao especificar, ainda, as áreas produtivas que devem ser privilegiadas, produzindo um efeito de apagamento das ciências humanas, extintas na (re)forma do Ensino Médio. Nesse discurso, estabiliza-se a ideia de que o que gera valor são somente as disciplinas voltadas às ciências exatas, preterindo o trabalho voltado às questões sociais, filosóficas, históricas, etc. tão caras quanto as exatas para o crescimento qualitativo de qualquer país.

Conforme ORLANDI (2014 *apud* ORLANDI, 2016), a proposta pedagógica baseada na capacitação e não na formação tem sido um coringa utilizado para silenciar outras formas de reivindicação social das ciências, fazendo-nos presumir os motivos pelos quais as considerações sobre a dimensão social do digital, redes de compartilhamento, conteúdos colaborativos, etc. não são nem citadas, assim como a aprendizagem, assunto caro, ser levantado por meio de uma afirmativa genérica, mantendo a Educação para o trabalho como foco central. Depois de forjar o real expressado pelo/no digital, o enunciador parte para o eixo *diagnóstico*, o qual aponta em que nível o país está diante dessa ‘nova’ realidade, assim como resoluções possíveis. Seu argumento focaliza a falta de mão-de-obra especializada e coloca o ensino médio e cursos técnicos como estrutura que permitirá ao país se adequar ao contexto tecnológico:

Figura – 13 Seção Educação e Capacitação Profissional do *Estratégia* – Educação x trabalho.

Essa carência se desdobra no diagnóstico de que há uma defasagem geral de conhecimento da população em competências básicas de TI. A reversão dessa tendência requer não apenas a introdução de disciplinas relacionadas à computação na educação básica, mas também a existência de uma capacitação contínua para o trabalho.

Fonte: *Estratégia*, p.49

Da Figura 13, temos o excerto: **Essa carência se desdobra no diagnóstico de que há uma defasagem geral de conhecimento da população em competências básicas de TI.** A menção à defasagem de conhecimento sobre a área de Tecnologias da Informação na sociedade brasileira deixa escapar o lugar que a população ocupa no imaginário do enunciador, visto que TI é uma área profissional que lida com processamento de dados, engenharia de software e hardware. Desse modo, a digitalização pensada para a população, segundo o Estado, é determinada pelo acesso a técnicas que visam o mercado de trabalho, apagando outros modos de funcionamento do digital e reduzindo a sociedade a uma força produtiva, voltada somente para a produção de bens e serviços. Já o excerto **A reversão dessa tendência requer não apenas a introdução de disciplinas relacionadas à computação na educação básica, mas também a existência de uma capacitação contínua para o trabalho** reforça o digital como regime de verdade, marcado pela significativa **reversão**, que tem como sentidos *modificar, mudar, transformar*.

O efeito de sentido que se coloca é o de que o fato da sociedade não ter competências em TI é algo negativo e precisa ser mudado, visto que é esse tipo de conhecimento que o mercado requer. Esse excerto também intensifica a visão do sujeito subsumido à sua força de trabalho: como futuro trabalhador que compõe a força produtiva do país, não basta, na infância, conhecer a **computação**⁹², mas deve ser ensinado a esse sujeito, desde pequeno, que o digital, na sua trajetória, vai se resumir a técnicas de trabalho. O significante **computação**, por sua vez, destaca

⁹² Computação é a ciência que estuda as técnicas, metodologias, instrumentos computacionais e aplicações tecnológicas, que informatizam os processos e desenvolvam soluções de processamento de dados de entrada e saída pautados no computado. Disponível em :< https://pt.wikipedia.org/wiki/Ciência_da_computação>. Acesso: 10/10/20.

uma visão utilitarista, na qual o digital (para esse sujeito) abarca somente a dimensão laboral.

As Figuras 14 e 15, abaixo, marcam o diálogo do *Estratégia* com o ensino médio, no sentido de que esse nível de escolaridade deverá absorver as políticas de capacitação para o trabalho. Dessa maneira, a carência de mão-de-obra no setor tecnológico será sanada por meio da reforma do ensino médio, cuja reconfiguração promove a antecipação da certificação no nível técnico e, por consequência, a entrada prematura dos jovens no mercado de trabalho considerado especializado.

Os destaques confirmam o ajuste entre a Reforma do Ensino Médio⁹³ (lei que, como sinalizado anteriormente, gerou muitas polêmicas, sendo aprovada sob diversas críticas) e o *Estratégia*. O significante **vocacional** é recorrente no *Guia* e desenvolve a ideia do “projeto de vida dos estudantes”. No *Guia*, a formação vocacional é discursivizada como um conjunto de **atividades para trabalhar a capacidade dos estudantes de definirem objetivos para sua vida pessoal, acadêmica, profissional e cidadã, de se organizarem para alcançar suas metas, de exercitarem determinação, perseverança e autoconfiança para realizar seus projetos presentes e futuros**, sendo ‘esquecido’ o fato de que, quem vai reger a formação vocacional são as necessidades do mercado, como vemos no fragmento **a formação vocacional, que deve ser casada com as necessidades da indústria e dos setores produtivos**. O *Guia* não discursiviza o público-alvo, porém podemos perceber que se trata de uma justificativa aos profissionais e membros da população que foram contra a reforma, pois todo o percurso defende que as modificações foram feitas pensando em aprimorar o desenvolvimento dos estudantes, detalhando de que modo essas ‘mudanças’ contribuirão com a vida e a trajetória profissional desses jovens.

Figura 14 - Seção Educação e Capacitação Profissional do *Estratégia* – Educação x qualificação.

Destaca-se ainda a oferta de cursos técnicos públicos e gratuitos à distância. O Censo Escolar de 2015 registra mais de 144 mil matrículas em cursos técnicos à distância. **Observe-se, de qualquer maneira, que a formação de técnicos de nível médio é apenas uma das maneiras para a formação vocacional, que deve ser casada com as necessidades da indústria e dos setores produtivos⁶⁵.**

Fonte: *Estratégia*, p.49

⁹³ Decreto nº 13415/17.

Figura 15 - *Guia* - Educação x qualificação.

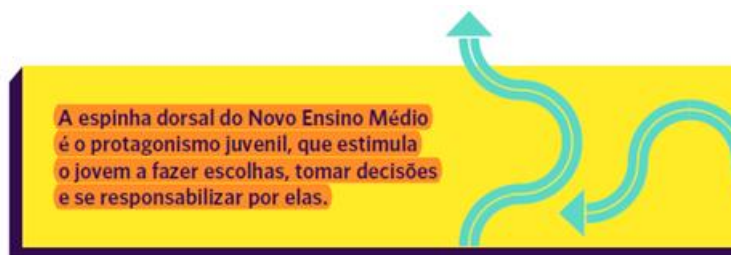
**O DESENVOLVIMENTO DO
PROJETO DE VIDA DOS ESTUDANTES**

CONSIDERANDO AS COMPETÊNCIAS GERAIS DA BNCC E A LDB, as redes deverão definir estratégias para trabalhar o desenvolvimento do projeto de vida dos estudantes, como orientação vocacional e profissional e preparação para o mundo do trabalho, atividades para trabalhar a capacidade dos estudantes de definirem objetivos para sua vida pessoal, acadêmica, profissional e cidadã, de se organizarem para alcançar suas metas, de exercitarem determinação, perseverança e autoconfiança para realizar seus projetos presentes e futuros. Este também pode ser um espaço importante para ajudar os estudantes na escolha de seus itinerários formativos.

Fonte: *Guia*, p. 23

O argumento essencial do *Guia*, baseado no projeto de vida (Figura 16), é articulado ao mecanismo de poder da psicopolítica neoliberal, ao evocar o sujeito como projeto livre, tática que potencializa o efeito de poder devido à ilusão de liberdade que o sujeito tem. Conforme Han (2018), o eu como projeto comporta um sujeito que se acredita livre das coações externas, mas submete-se a “coações internas, na forma de obrigações de desempenho e otimização” (HAN, 2018, p. 09), perpetuando a condição de dominação a que se submete. Esse mecanismo tenta disfarçar a estrutura do capital no emaranhado ilusório do poder de escolha; porém, o objetivo real que, nesse caso, é a exploração da força produtiva, se mantém presente e insistindo na relação trabalho/educação, como vemos no excerto **as redes deverão definir estratégias para trabalhar o desenvolvimento do projeto de vida dos estudantes, como orientação vocacional e profissional e preparação para o mundo do trabalho** (Figura 15). A correlação que se faz entre **vida dos estudantes/orientação vocacional/mundo do trabalho** ilustra o caminho que esse jovem deve seguir, sendo necessariamente o mundo do trabalho sua expressão mais completa, pois sua vida é pensada no/pelo trabalho.

Figura 16 - *Guia* – ‘Novo’ ensino médio.



Fonte: *Guia*, p. 06

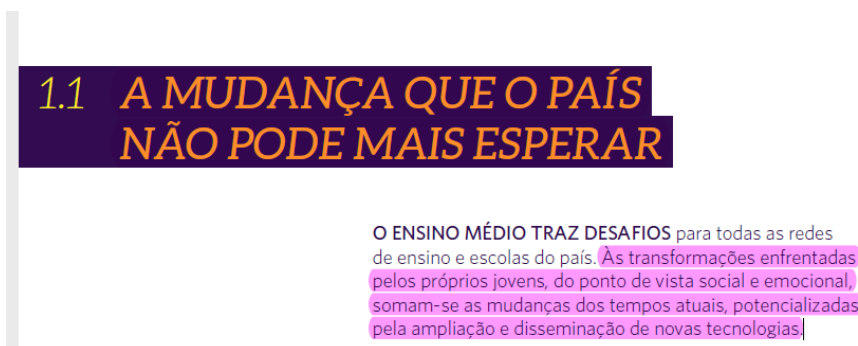
O discurso da liberdade de escolha também apaga as condições históricas de desigualdade social, cuja maioria da população vive em situação de pobreza e extrema pobreza. Mesmo que na escola esse jovem aprenda a operar as tecnologias digitais, ele poderá fazer escolhas reais e tomar decisões ou terá que aceitar o primeiro trabalho que lhe oferecerem para sustentar-se e, muitas vezes, colaborar com o sustento de sua família? Mesmo que ele possa ‘escolher’, que condições de escolha são essas, as quais impõem as disciplinas de matemática, ciências, tecnologias e engenharias, diante de um universo de profissões em outras áreas? O efeito de contradição emerge quando se percebe que não há escolha. Aquele que passa pela escola pública será instado a atuar naquilo que o Estado oferecer e da maneira que ele permitir, salvo raras exceções.

Os dois recortes a seguir vão na direção da manutenção de sentidos pela relação de retorno, em que o *Estratégia* (a digitalização dos processos produtivos) se pensa por meio do Ensino Médio e o Ensino Médio é pensado para o *Estratégia*, determinando as áreas do conhecimento que devem ser privilegiadas, no sentido de compor o contingente trabalhador do ‘século XXI’.

Figura 17 - Seção Educação e Capacitação Profissional do *Estratégia* – trabalhador do futuro.

- Priorizar, no modelo do Novo Ensino Médio, o reforço nas disciplinas do grupo STEM (matemática, ciências, tecnologias e engenharias) e as trilhas de formação técnica para atuação em setores da economia digital, tendo em conta a importância de estimular meninas e mulheres a buscar carreiras em áreas relacionadas às TICs.

Fonte: *Estratégia*, p.52

Figura 18 - *Guia* – trabalhador do futuro.

Fonte: *Guia*, p. 06

Na Figura 17, o significativo **priorizar** revela a face impositiva do Estado, o qual, ao determinar quais disciplinas do currículo escolar devam ser priorizadas, marca seu lugar de poder nas tensões de força. Ainda outro gesto de leitura é possível ao compararmos as táticas de linguagem do *Estratégia* com as do *Guia*, fazendo emergir a metáfora da serpente, proposta por HAN (2018), que afirma que, no contexto de dissolução de fronteiras e do imaterial propiciado pela rede, o neoliberalismo assume a forma da serpente, que cria espaço a partir do movimento e se move sutilmente, ‘criando’ “a motivação, o projeto, a competição, a otimização e a iniciativa” (HAN, 2018, p. 31). Assim, a partir do que foi ordenado no *Estratégia*, articula-se um discurso sutil e agradável no *Guia*, o qual, banhado no afeto do cuidado, forja o ambiente de submissão ao sugerir que a (re)forma do ensino médio foi pensada em função dos jovens, evidenciado nos fragmentos **As transformações enfrentadas pelos próprios jovens, do ponto de vista social e emocional somam-se as mudanças dos tempos atuais, potencializadas pela ampliação e disseminação de novas tecnologias** (Figura 18) e, mais abaixo, **o jovem brasileiro poderá escolher, entre diferentes percursos, a formação que mais se ajusta às suas aspirações e aptidões e ao seu projeto de vida** (Figura 19), quando, na verdade, essa organização foi feita pensando essencialmente na formação de contingente para atuar nos seguimentos tecnológicos.

Há também um processo parafrástico entre o significante **priorizar** (Figura 17) e a sequência **a mudança que o país não pode esperar**, engendrando o estabelecimento do discurso antipetista propagado no decorrer do impeachment de Dilma, o qual se valeu da narrativa da necessidade de mudança, ventilada em inúmeros veículos de comunicação. De acordo com esse discurso, somente com a saída do PT do governo e, conseqüentemente, com o fim da corrupção, vários projetos poderiam ser implementados, tais como a reforma do Ensino Médio, possibilitando ao país condições de obter crescimento econômico real. Como dito anteriormente, a (re)forma prevê e suscita, dentre outros, a entrada antecipada do jovem no mercado de trabalho, indiciada pelo fragmento **o jovem brasileiro poderá escolher [...] a formação que mais se ajusta às suas aspirações**, como podemos verificar na Figura 19 abaixo:

Figura 19 - *Guia* – trabalhador do futuro.

Deste modo, apoia-se o desenvolvimento da autonomia do estudante, acompanhada do senso de responsabilidade que as escolhas sobre o seu futuro exigem. A partir da garantia de aprendizagens essenciais e comuns a todos os estudantes, referenciadas na BNCC, e da oferta de itinerários formativos organizados e estruturados pedagogicamente, o jovem brasileiro poderá escolher, entre diferentes percursos, a formação que mais se ajusta às suas aspirações e aptidões e ao seu projeto de vida.

Fonte: *Guia*, p. 06

Assim, fica latente que o modelo curricular proposto para essa etapa de ensino objetiva a entrada antecipada do jovem no mercado de trabalho, bem como a formação de profissionais familiarizados com as áreas tecnológicas. Percebemos isso por meio dos fragmentos **flexibilização curricular** (Figura 20) e **itinerários técnicos** (Figura 20), os quais projetam a proposta do deslocamento identitário. É muito possível que esse sujeito, imerso no simbólico do digital como promissor, antenado, atraente, irrefutável priorize justamente as áreas correlatas. Além disso, o documento todo propõe (e podemos confirmar isso no quadro a seguir) que o ensino seja totalmente flexível e que o jovem possa se ‘formar’ em várias áreas do

conhecimento. Além disso, na medida em que fazemos um exercício de empatia, é quase certo que o jovem vindo das classes menos abastadas economicamente será compelido a trabalhar tão logo seja possível, diante das necessidades básicas prementes a serem sanadas. Dessa maneira, por meio do discurso da liberdade, do protagonismo e do projeto de vida, o sujeito é dominado pelo(s) discurso(s) da infalibilidade, da inovação e da possibilidade de progresso por meio das TDIC.

Figura 20 - *Guia* – ‘flexibilizar’.



Fonte: *Guia*, p. 09

O efeito de sentido planejado no documento, de que o jovem terá autonomia e que poderá escolher a carreira que mais lhe aprazer, no bojo da psicopolítica, remete ao discurso meritocrático e à ilusão de liberdade, os quais eximem o Estado da responsabilidade de prover condições dignas de vida à população. O sentido produzido é de que, ao (re)organizar o percurso estudantil, o Governo cumpre a parte que lhe cabe, ficando à cargo do sujeito conduzir sua carreira e, conseqüentemente, alcançar bem-estar social e econômico. Ademais, dizer que as ‘mudanças’ propostas irão **garantir a todos os mesmos direitos de aprendizagem**

(Figura 20), no processo de silenciamento das desigualdades sociais, evidencia tanto a tentativa desses governantes de esquivarem-se de malogros futuros, quanto o esforço de apagar as condições precárias de educação, oferecidas pelo Estado.

O texto do *Guia*, como um todo, atua também na dimensão da estabilização do discurso do apagamento das ciências humanas do currículo escolar, justificado pela narrativa de que tais áreas não geram valor econômico em função dessas não estarem no centro da demanda que a suposta ‘revolução digital’ produz. Tal falácia, enquanto efeito de poder, colabora com o empreendimento que visa a continuação do sistema social que aí está, no sentido de manter o povo alienado de conhecimentos outros que possibilitem a resistência e que medeiem propostas de ruptura. Segundo ORLANDI (2016), apenas oferecer capacitação, ao invés de conhecimento, mantém o sujeito como objeto na relação de trabalho. Apesar de bem treinado e mais produtivo, continua impossibilitado de mudar a qualidade da sociedade e não deixa de ser mero instrumento para a construção de um país rico. O sujeito capacitado pode ter maiores chances de evoluir apenas no mercado, tornando-se um consumidor com maior poder aquisitivo, se muito, o que praticamente anula possibilidades de transformação diante de sua instrumentalização em função das relações sociais sustentadas pelo sistema capitalista.

Diante do percurso que trilhamos até aqui, depreende-se que o governo brasileiro obedece às articulações da ideologia neoliberal, conformando as relações de consumo privilegiando o agenciamento de mão de obra especializada, o que faz sentido diante do lugar conferido ao Brasil no cenário internacional, como fornecedor de “mão de obra, matéria-prima, e bens de consumo duráveis” (MONTEIRO, 2014, p. 27). A dinâmica de dominação a que o país se impõe não permite que se pense em sujeitos que irão priorizar conhecimento, pois, conforme ORLANDI (2016), a articulação que se estabelece entre capacitação e formação social, no sentido de treinar muitos em menos tempo, está comprometida com a aceleração do desenvolvimento e não com a formação social, com a informação e comunicação e não com o conhecimento, com a produção de sentidos e com a constituição de sujeitos bem formados. A educação pensada para a qualificação, na era digital, ilude-se com o excesso de informação tomado como conhecimento. O sujeito que se ilude em sua onipotência e vontade, porque dá forma material ao sujeito pragmático

das coisas a saber para sua satisfação torna-se um sujeito em sua alienação, como objeto-mercadoria, ou um sujeito que reduz a objeto o desejo (ORLANDI, 2016).

4.3.3 A proposta da transformação digital e o significativo *desenvolvimento*

Sobre as engrenagens de poder, FOUCAULT ([1978-1979] 2008) estabelece que a biopolítica, determinada pela superestrutura neoliberal, se baseia na construção de regimes de verdade que cerceiem a liberdade por meio de efeitos de poder que controlem o comportamento humano. HAN (2018) parte do pensamento de Foucault e concorda que as relações de poder são, ainda, assentadas em regimes de verdade, porém propõe a psicopolítica como noção que melhor representa os mecanismos de poder contemporâneo. Esta trabalha na subjetivação dos sujeitos, empregando efeitos de poder que criem a ilusão de liberdade, cenário que se mostra muito eficaz pois, segundo o autor, as coações internas são mais eficazes do que as externas. Desse modo, ao invés de ser disciplinado por normas, o sujeito, na liberdade ‘fabricada’, coage-se a si mesmo ao tomar o discurso (pre)dominante como sendo seu, mantendo e potencializando o ciclo de dominação, já que a subjetividade deslocada apaga as possibilidades de resistência.

Por sua vez, Orlandi (2007) trata o silêncio como possibilidade de formulação de questões que pensem o não-dito discursivamente, a fim de que se tornem visíveis aspectos que não aparecem no tratamento linguístico ou no pragmático. Dessa maneira, ao considerarmos o silêncio na constituição do discurso e na produção dos sentidos, entendemos o silenciamento na dimensão das relações de poder, visto que a ‘ausência’ também significa, no momento em que “se faz dizer ‘uma’ coisa para não deixar dizer ‘outras’” (ORLANDI, 2007, p. 24), evidenciando a luta na/pela palavra.

Como efeitos de poder no emaranhado das relações, a ‘liberdade’ e o silenciamento, na ilusão de que podemos dizer/pensar o que quisermos, trabalham na dimensão da estabilização, atuando na construção/permanência de memórias discursivas específicas. Com efeito, ao tratarmos das relações de poder, o significativo *desenvolvimento*, perante a proposta da estratégia para a transformação digital do Brasil, nos parece, sintetiza o discurso do Governo Temer devido não só à recorrência com que é empregado no documento em questão, mas também aos efeitos de sentidos produzidos nessas ocorrências.

Nessa perspectiva, esta parte da análise procura verificar o funcionamento desse significante, bem como as relações possíveis com outros significantes e/ou outras sequências. Nossos recortes são feitos a partir da seção - *Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do Estratégia* e também do *Manual do Pesquisador – Plano Progredir*, considerando o objetivo (iii) analisar os efeitos de sentidos que emergem do significante *desenvolvimento* e suas paráfrases.

Como citado, a atenção voltada ao *desenvolvimento* em especial se deu em razão da reincidência, tanto do significante em si, como, diante dos recortes, dos significados possíveis, tais como progresso, prosperidade, melhoria, avanço, etc., no texto do *Estratégia*. Ao nos atentarmos para esse dado, recorreremos às condições de produção e verificamos que os significantes/significados em questão figuraram, também, os discursos do então presidente, aspecto que provocou indagações, nos motivando a analisar o processo de significação de *desenvolvimento*, de maneira mais acurada.

Dito isso, iniciamos nossos gestos interpretativos pela seção *Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação* (Figura 21), cuja página de entrada foi marcada nos significantes que apresentam relação com *desenvolvimento*:

Figura 21 - Seção *Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do Estratégia*.

B. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Estimular o desenvolvimento de novas tecnologias com a ampliação da produção científica e tecnológica, buscando a solução de grandes desafios nacionais.

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) são o vetor econômico e social da atualidade. Investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) neste setor são fundamentais para garantir aos países a participação nas cadeias globais de agregação de valor, promover empregos, aumento nos níveis de renda e atividade econômica e garantir a seus cidadãos acesso à informação e ao conhecimento gerados mundialmente. Além disso, devido ao fato de ser um setor altamente dinâmico, investimentos em PD&I são imprescindíveis para que os países permaneçam competitivos e possam se apropriar da renda e do conhecimento gerado com base nas novas tecnologias da economia digital.

Para um país do porte do Brasil, o setor de PD&I é fundamental para o seu desenvolvimento interno bem como para a ampliação de sua presença no cenário econômico internacional. Trata-se de setor essencial para o crescimento do País, e parte central de uma estratégia de desenvolvimento nacional bem-sucedida. Somando-se aos esforços já exitosos dos últimos anos, o País deve fazer mais, criando uma política de PD&I voltada ao Século XXI, alinhada com os avanços da Indústria, da Agropecuária e dos demais setores estratégicos, que permita ao País extrair todo o potencial das tecnologias digitais.

As iniciativas brasileiras para PD&I devem almejar o protagonismo do País no cenário mundial em tecnologias digitais, com avanço nas posições relativas em produção científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, nomeadamente nos setores de tecnologia da informação e comunicação. Ademais, deve-se ter em vista a solução dos grandes problemas nacionais com o uso de novas tecnologias digitais, com o aumento de expertise, ganhos de produtividade e desenvolvimento econômico e social.

Levando em consideração que a língua não é inerte ao histórico, mas a ele suscetível e por ele constituído, procuramos olhar para a recorrência de *desenvolvimento* como, conforme Pêcheux ([1983], 1999), fato de discurso, enquanto “inscrição material em uma memória discursiva” (PÊCHEUX, ([1983] 1999, p. 51). Nesse sentido, retomando as condições de produção do discurso em tela, temos que o Governo Temer foi edificado na ruptura com o Governo PT, conhecido por um fazer político mais voltado a questões sociais, o que nos fez recuar cronologicamente um pouco mais, visando o confronto do antes e do depois, ou seja, com o objetivo de apreender o perfil dos dois governos. Apesar deste trabalho não contemplar a comparação entre governos no gesto de interpretação, esse dado é importante para procurarmos o fio do discurso, tendo em mente que o enunciador, enquanto sujeito, também é interpelado pela ideologia.

Desse modo, verificamos que tanto Lula quanto Dilma foram considerados neodesenvolvimentistas⁹⁴, ou seja, o perfil desses governos concentrou-se em políticas de assistência social e programas de transferência de renda (SILVA, *et al*, 2017, p. 05). Em direção oposta, o Governo Temer foi encarado como característico do liberalismo e conservadorismo clássicos (SILVA, *et al*, 2017, p. 02), cujas ações são voltadas deliberadamente e declaradamente para a economia segundo a lógica do capital, discursivizada como via para a resolução de todos os problemas sociais.

Diante disso e sempre questionando o que seria, para quem é destinado, de onde viria, como se daria, bem como para que defender o desenvolvimento, procuramos relacionar o contexto histórico-político abordado anteriormente com a visão política que Temer assumiu, o que nos levou à memória discursiva do significante *desenvolvimento* em seu processo de estruturação discursiva, ou seja, a consecução que compreende sua repetição, suas paráfrases, o jogo de forças que acontece até a sua regularização como materialidade discursiva (PÊCHEUX, ([1983] 1999).

Embora não exista um consenso sobre a emersão do termo *em desenvolvimento*, de antemão é possível perceber que o significado de *desenvolvimento* na modernidade, apresenta pouca ligação à evolução da

⁹⁴ O neodesenvolvimentismo é a tentativa de abrandamento do neoliberalismo, cujas ações visam aliar o desenvolvimento econômico ao social sem modificar a estrutura econômica básica, porém investindo mais na área social. (SILVA, *et al*, 2017, p. 03).

sociedade (BANERJEE, 2003; GÓMEZ, 2002, *apud* LARA; OLIVEIRA, 2017). Após a Segunda Guerra Mundial ele surgiu na cena política em substituição a outro termo: *Segundo Mundo*⁹⁵, o qual, em uma escala de primeiro, segundo e terceiro, referia-se aos países considerados emergentes econômica e socialmente. Já *Terceiro Mundo* seriam aqueles pouco ou insuficientemente avançados econômica ou socialmente e *Primeiro Mundo* os que possuíam indicadores econômicos e sociais elevados. Entendemos que a mudança de nomenclatura foi apenas um eufemismo, visto que a definição de *país desenvolvido* se baseia no alto desenvolvimento econômico e social, assim como o considerado *em desenvolvimento* é o com médio padrão de vida ou emergente e, por conseguinte, o *subdesenvolvido* é o país menos avançado econômica e socialmente.

A despeito das definições elencarem os aspectos sociais, bem como os aspectos econômicos como requisitos avaliativos, os critérios⁹⁶ de avaliação são compostos essencialmente por fatores financeiros, como renda *per capita*, produto interno bruto *per capita*, índice de industrialização e, mais recentemente, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que, apesar da aparente dimensão social, mensura a riqueza, a educação e a expectativa de vida. A iniciativa de categorizar as nações faz parte de uma rede de organizações articuladas e tem como principal expoente a ONU, que coordena o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), criado em 1965, a partir da fusão de duas outras entidades: o United Nations Special Fund (Fundo Especial das Nações Unidas) e o Expanded Programme of Technical Assistance (Programa Estendido de Cooperação Técnica) (MACHADO; PAMPLONA, 2008).

Como importante órgão da ONU direcionado para o desenvolvimento, o PNUD trabalha associado aos países que procuram soluções para o que se julga como desafios do desenvolvimento, nos mais variados níveis, sendo visto como “uma das mais importantes fontes de assistência aos países em desenvolvimento e como um dos maiores ‘programas operacionais’ sob os auspícios da ONU” (MACHADO; PAMPLONA, 2008, p. 53). Desde sua criação ele atua, também, como financiador e coordenador das tarefas na área do desenvolvimento. Notamos que a

⁹⁵ Conforme Conceição (2012). Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/subdesenvolvimento.htm>>. Acesso: 30 de novembro de 2020.

⁹⁶ Conforme Geografia Espaço e Vivência – 8ºAno - Levon Boligian...[et al] – São Paulo: Saraiva, 2015.

ONU é citada no *Estratégia* como parâmetro para todas as ações propostas, além do enunciador afirmar que “um enfoque importante para E-Digital é a contextualização das ações estratégicas nas grandes agendas internacionais para o desenvolvimento” (BRASIL, 2018, p.06).

As propostas que integram a ONU e outras entidades similares suscitam algumas polêmicas, levantando suspeitas sobre seus objetivos, como por exemplo Monteiro (2014) defende que, como maneira de superar as crises recorrentes no sistema capitalista, os grupos hegemônicos encontraram outras formas de ampliação do capital. Segundo o autor, a reestruturação do capital tem ganhado forças nas apropriações dos excedentes econômicos, por meio da produção de consensos, bem como pela coerção do Estado, como representante da sociedade civil e como agente político (*id.*, *ibid.*). A ONU, que se posicionou inicialmente como organização que visa manter a paz entre as nações, rapidamente se ligou ao campo econômico e social, com a narrativa de que “as causas de violência tanto dentro como entre os Estados poderiam ser reduzidas, se desigualdades e privações econômicas diminuíssem (MACHADO; PAMPLONA, 2008, p. 55). Dito de outra maneira, conforme o discurso produzido, “só haverá paz e segurança duradouras se houver bem-estar econômico e social para todos” (NAÇÕES UNIDAS, 2001, p. 45, *apud* MACHADO; PAMPLONA, 2008, p. 55).

Essa ‘ordem do discurso’ gerou reflexões sobre a naturalização da relação economia/social, devido ao efeito de sentido que emerge da relação ‘boa’ economia = social desenvolvido, como se o segundo fosse uma consequência do primeiro:

Figura 22 - Seção *Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação* do *Estratégia* – economia x social.

Para um país do porte do Brasil, o setor de PD&I é fundamental para o seu desenvolvimento interno bem como para a ampliação de sua presença no cenário econômico internacional. Trata-se de setor essencial para o crescimento do País, e parte central de uma estratégia de desenvolvimento nacional bem-sucedida. Somando-se aos esforços já exitosos dos últimos anos, o País deve fazer mais, criando uma política de PD&I voltada ao Século XXI, alinhada com os avanços da Indústria, da Agropecuária e dos demais setores estratégicos, que permita ao País extrair todo o potencial das tecnologias digitais.

A incursão pela/na memória discursiva do significante *desenvolvimento* possibilita inúmeras relações: uma delas evidencia a sujeição do Estado brasileiro às organizações internacionais, as quais, como já citado, influenciam nas políticas públicas a serem implementadas no país. Assim, o Brasil, como país ‘em desenvolvimento’, procura seguir suas diretrizes como meio de subir na escala avaliativa internacional, o que, em tese, garantirá maior poder de intervenção, bem como proeminência no mercado estrangeiro:

Figura 23 - Seção *Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação* do *Estratégia* – garantia?

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) são o vetor econômico e social da atualidade. Investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) neste setor são fundamentais para garantir aos países a participação nas cadeias globais de agregação de valor, promover empregos, aumento nos níveis de renda e atividade econômica e garantir a seus cidadãos acesso à informação e ao conhecimento gerados mundialmente. Além disso, devido ao fato de ser um setor altamente dinâmico, investimentos em PD&I são imprescindíveis para que os países permaneçam competitivos e possam se apropriar da renda e do conhecimento gerado com base nas novas tecnologias da economia digital.

Fonte: *Estratégia*, p.25

O recorte da Figura 23 confirma o digital entendido como passagem para o ‘mundo desenvolvido’, o qual, tomado pela superestrutura, prioriza os significantes relacionados ao financeiro (agregação de valor, empregos, aumento nos níveis de renda, econômica), forjando o real na lógica neoliberal, que vê no capital a base de todas as relações. Ainda outra relação possível se dá no discurso produzido por Temer, que situa o país em condição de atraso e descaso por incompetência dos antigos governantes, ao mesmo tempo que se coloca como condutor competente. Ademais o significante **garantia**, relacionado com **TIC’s** e **vetor econômico** ratifica o digital tomado como via de acesso e centralizado para/na economia, assim como o ideário de que as tecnologias digitais conseguirão sanar os diversos problemas da sociedade.

Nesse sentido, esse discurso é ratificado ao reforçar as ‘faltas’ que o Brasil ainda possui, como na Figura 24:

Figura – 24 Seção *Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação* do *Estratégia* – ‘falta’.

Nos anos 2000, o crescimento econômico expressivo de diversos países de renda média e baixa propiciou aumento de gastos em programas sociais destinados a reduzir a pobreza e a desigualdade. Muitos desses programas, como as transferências condicionadas de renda, surgiram com o objetivo de quebrar o ciclo intergeracional da pobreza, investindo na formação de capital humano das crianças de famílias mais pobres.

A experiência demonstrou, contudo, que uma porção significativa das famílias beneficiárias das políticas de transferência condicionada de renda não lograva oportunidades de emancipação econômica e social. Isso levou a uma onda de intervenções inovadoras de políticas sociais que vinculam programas e pacotes integrados de serviços que, além do apoio à renda familiar, também agregam qualificação técnica e profissional aos demais membros da família, incentivo ao empreendedorismo, intermediação de mão de obra (IMO) e acesso a serviços básicos. Com o objetivo de gerar emprego e renda, além de promover a autonomia de famílias de baixa renda, especialmente as inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), o Governo Federal lançou, em setembro de 2017, o Plano Progridir.

Fonte: *Estratégia*, p.30

Outro sentido que vemos emergir, diz respeito à desqualificação das políticas anteriores e, ao mesmo tempo, à naturalização do sistema neoliberal como única forma de organização social exitosa, consoante ao discurso da ONU. O recorte da Figura 25 contrapõem um resultado ‘negativo’ do governo anterior (**políticas de transferência condicionada de renda não lograva oportunidades de emancipação econômica e social**) a uma ação ‘inovadora’ e positiva do atual governo (**isso levou a uma onda de intervenções inovadoras de políticas sociais que vinculam programas e pacotes integrados de serviços que, além do apoio à renda familiar, também agregam qualificação técnica e profissional aos demais membros da família, incentivo ao empreendedorismo, intermediação de mão de obra (IMO) e acesso a serviços básicos**).

Figura 25 - *Manual* – ‘inovação’.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PINTEC/IBGE (2014).

A despeito da existência de uma gama importante de instrumentos de apoio à inovação no Brasil, empresas que não realizaram esforços inovativos nos últimos anos do levantamento realizado pela Pesquisa de Inovação brasileira afirmaram que as principais barreiras para o esforço inovativo no País são: custos elevados da atividade inovativa (para 58,4% do total das empresas e para 61,3% das empresas de TICs); riscos econômicos excessivos da implementação de inovações (para 50,4% do total das empresas e para 42% das empresas de TICs); escassez de fontes apropriadas de financiamento à inovação (para 41,1% do total das empresas e para 39,2% das empresas de TICs); falta de pessoal qualificado (para 29,8% do total das empresas e para 30,1% das empresas de TICs) e escassas possibilidades de cooperação com outras empresas ou instituições (para 20% do total das empresas e para 21,5% das empresas de TICs).

Fonte: *Manual*, p. 07

Do material analisado neste capítulo, elencamos recortes que, a nosso ver, possibilitam a percepção do complexo das relações de poder, cuja dinâmica tem na linguagem um dos mecanismos mais refinados, em que, por meio do discurso, o real é forjado de maneira a intervir na subjetividade dos sujeitos. Nessa perspectiva, determinados sentidos são construídos, ao mesmo tempo em que outros são apagados, produzindo, por meio do ‘esquecimento’, consensos que desconsideram a historicidade, tornando-se herméticos e marcados pelo pensamento ideológico (pre)dominante.

O percurso com base no significante *desenvolvimento* evidenciou a presença de não-ditos no interior do que é dito (PÊCHEUX, [1983] 1990, p. 44) e o quanto “o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia” (ORLANDI, 2015, p. 18). O olhar discursivo para o significante *desenvolvimento*, que aparentemente tinha um sentido abstrato e até mesmo vazio, possibilitou que mergulhássemos em seus sentidos outros, à cata das ‘ausências’ que estruturam sua presença. Nesse jogo de forças, como disse Pêcheux ([1983]1999, p. 53), “a repetição é antes de tudo um efeito material que funda comutações e variações e assegura [...] o espaço de estabilidade de uma vulgata parafrástica produzida por recorrência”. Enquanto memória discursiva estabilizada, o significante *desenvolvimento* é constituído pela ideologia do crescimento. Subjacente à ideologia dominante, cuja base é a acumulação de capital como meio e como fim, “o crescimento econômico aliado ao desenvolvimento é tido como a apoteose da modernidade” (LATOUCHE, 1994 *apud* LARA; OLIVEIRA, 2017).

Por outro lado, no processo de ressignificação, essa recorrência pode caracterizar uma divisão da identidade material do item, ou seja,

sob o ‘mesmo’ da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva, [...] em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase (PÊCHEUX, ([1983] 1999, p. 53).

Desse modo, considerando ainda que “o outro interno em toda memória é [...] a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior” (*id.*, *ibid.*), o movimento contínuo e opaco da discursividade estruturada pela memória pode

ocasionar um deslocamento tal que, tomando a relação entre *digital* e *desenvolvimento*, o jogo de força propicie uma metaforização, significando o digital, também, pelo discurso do desenvolvimento.

Acreditamos nessa possibilidade diante das evidências do discurso dominante, o qual “conduz ao entendimento de que não existe outra possibilidade senão crescer” (LARA; OLIVEIRA, 2017, p. 345). A ideologia do crescimento, diante das condições contemporâneas de produção, agrega intrinsecamente o digital, já que ele se faz via de crescimento e expressão do desenvolvimento. Com isso, a dimensão histórica do paradigma tecnológico, enquanto processo discursivo em construção, na relação com os já-ditos associados ao par tecnologia/ciência e subjacente “às condições sócio-históricas determinadas pela lógica capitalista, em suas formas de assujeitamento e modos de individuação” (ORLANDI, 2016, p. 77), ampara o trio ciência/tecnologia/desenvolvimento, o qual afeta, também, “a forma sujeito histórica e o processo de produção de sentidos” (*id.*, *ibid.*).

4.3.4 Efeitos de fechamento

Na produção do discurso, a constituição de uma FD, como vimos em Indursky (2005), aponta para a alteridade e, por conseguinte, para a heterogeneidade. A alteridade, conforme Brandão (1998), se manifesta no fio no discurso, quer de forma explícita, apontando para a “heterogeneidade mostrada” (AUTHIER, 1982 *apud* BRANDÃO, 1998), ou de forma implícita, sinalizando a “heterogeneidade constitutiva” (*id.*, *ibid.*). Enquanto a primeira forma permite que o Outro emerga por meio de manifestações marcadas, ou seja, por meio da superfície discursiva, é possível recuperar as fontes de enunciação, a segunda demanda a recuperação mediante hipóteses formuladas sobre a constituição da FD em análise, assim como os possíveis entrecruzamentos discursivos com outras FD, diante das condições de produção (BRANDÃO, 1998, p. 125).

Nessa perspectiva, as “várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1990, p.166-167). A constituição do domínio do saber próprio à FD, segundo Brandão (1998), se dá em um movimento que é ao mesmo tempo de fechamento e deslocamento. Porém, é importante frisar que esse

fechamento é fundamentalmente instável, diante da impossibilidade de um “ritual sem falhas, enfraquecimento e brechas” (PÊCHEUX, 1988, p. 301) que é produzido pelo encontro do sujeito com a linguagem e a história. Assim,

o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal (PÊCHEUX, [1983], 1990).

Dessa maneira, o interdiscurso de uma FD integra um processo incessante de reestruturação, podendo levar o domínio do saber de uma FD a incorporar elementos pré-construídos produzidos no exterior dele próprio (o que provoca sua redefinição ou simples retorno), assim como mobilizar a memória discursiva para acender seus próprios elementos, estabelecendo sua repetição ou provocando, eventualmente, seu apagamento ou esquecimento (BRANDÃO, 1998, p. 127-128).

A noção de interdiscursividade faz despontar a relação entre memória e discurso, visto que toda produção discursiva faz circular um já-dito, um discurso anterior (ORLANDI, 2012), situando a memória discursiva “no interior de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos: como certos atos estão na origem de atos novos, como são retomados ou transformados, qual a força de sua permanência” (BRANDÃO, 1998, p. 128).

A memória discursiva, enquanto dimensão da permanência, conforma a repetibilidade dos discursos, os quais podem se repetir sincronicamente (ordem da superfície linguística, no desenrolar do discurso) ou diacronicamente (ordem do tempo) (*id.*, *ibid.*). No entanto, conforme a autora, nesse processo de repetição infinita os discursos se dispersam em enunciados que, por serem repetições, acabam por não produzirem nem retomadas literais, nem reformulações que não obedeçam às condições históricas de produção, mesmo que os enunciados retomem palavra por palavra. Assim, reconhecemos na repetibilidade, também, o deslizamento, a deriva, já que “a noção de repetição envolve a ideia do retorno do mesmo mas que, pelo fato de voltar em outro lugar e em outro tempo, é outro” (DELEUZE, 1988, apud BRANDÃO, 1998).

Na zona de repetição do discurso efetivamente pronunciado, BRANDÃO (1998) postula duas modalidades: a repetição horizontal e a repetição vertical. No nível do intradiscurso, a repetição horizontal se dá no nível da superfície linguística, recuperando determinados elementos, em um determinado fragmento discursivo,

mantendo correspondência com a repetição sincrônica e, por isso, definida no próprio enunciado. Na face do interdiscurso está a repetição vertical, que é marcada pelo exterior da FD, acomodando, então, a repetição diacrônica, cuja ordem é do deslocamento do enunciado (COURTINE & MARANDIN 1981 *apud* BRANDÃO, 1998). Desse modo, a repetição vertical tem como objeto os enunciados em sua relação com o tempo e com a memória enquanto possibilidade de (re)atualização discursiva, ao passo que a repetição horizontal vê seu objeto na enunciação, com a retomada de formulações significantes.

A questão da verticalidade/horizontalidade nos leva a pensar a respeito da materialidade do enunciado, o qual, segundo Foucault (1969), é marcado pela ordem da instituição, mais que da localização espaço-temporal. Assim, sua identidade significa, nos dizeres de Orlandi (2015), na medida do peso de legitimidade definido pelas relações sócio-historicamente estabelecidas. Ainda ponderando sobre a produção do discurso temos, no complexo das relações de força, os processos que o controlam e o limitam, tais como o interdito, que se refere ao fato de que não se pode dizer tudo, em qualquer circunstância, a separação/rejeição, que elege determinado significante ao mesmo tempo que rejeita outros, a noção de verdadeiro e falso, que se apoia nas instituições historicamente constituídas e é reforçada e reconduzida por todo um conjunto compacto de práticas subjacentes ao sistema de circulação do saber, assim como os discursos fundamentais, isto é, aqueles tidos como fundadores de determinada cultura, como o religioso, o científico, etc., os quais, em uma relação paradoxal, tanto podem produzir deslocamentos e (re)atualizá-los, como perpetuar, por mais que haja deslocamentos, aquilo que já está dito (BRANDÃO, 1998, p. 133).

Nesse seguimento, após situarmos a memória discursiva e a repetibilidade na produção dos discursos, bem como retomarmos algumas das noções que permeiam este trabalho, partimos dos domínios semânticos *ciência*, *tecnologia*, *desenvolvimento*, trabalhados no Capítulo 1 enquanto constituintes do discurso digital, para propor, como efeito de fechamento dos gestos interpretativos, a sistematização das famílias parafrásticas relacionadas, as quais emergiram da/na análise. Essa sistematização será feita conjugando o arcabouço pêcheuxiano teórico, juntamente com as proposituras de Brandão (1998), explicitadas neste subtópico. Desse modo, consideramos as possibilidades de repetição horizontal e vertical, visando não a saturação do material, visto que nele há infinitas

possibilidades, mas buscando evidenciar a estabilidade, assim como o esquecimento e o deslizamento contidos em nossos recortes.

Tabela 1 - Família parafrástica ciência.

Domínio semântico: ciência	
Efeito de sentido de repetição dimensão horizontal	Efeito de sentido de repetição dimensão vertical
Amplo engajamento [...] da comunidade científica e acadêmica Ampliação da produção científica e tecnológica Avanço nas posições relativas em produção científica, desenvolvimento tecnológico e inovação	Tais investimentos incluem infraestrutura e acesso às tecnologias de informação e comunicação: ações em pesquisa, desenvolvimento e inovação Investimentos em Pesquisa, desenvolvimento, inovação
Muito dos empregos e carreiras [...] dependerão de conhecimentos e habilidades em ciência	A formação de técnicos de nível médio é apenas uma das maneiras para a formação vocacional, que deve ser casada com as necessidades da indústria e dos setores produtivos O acesso a empregos, à cidadania [...] dependerão cada vez mais do fato de que as pessoas detenham um conjunto de habilidades digitais adequadas
Priorizar [...]o reforço nas disciplinas do grupo STEM (matemática, ciências , tecnologias e engenharias)	Educação digital crítica e bem orientada Há uma defasagem geral de conhecimento da população em competências básicas de TI. A reversão dessa tendência requer [...] a introdução de disciplinas relacionadas à computação Itinerários voltados para uma ou mais áreas do conhecimento Formar a sociedade para o mundo digital, com novos conhecimentos e tecnologias avançadas

Fonte: Elaborada pela autora

Tabela 2 - Família parafrástica tecnologia (digital).

Domínio semântico: tecnologia (digital)	
Efeito de sentido de repetição dimensão horizontal	Efeito de sentido de repetição dimensão vertical
Iniciativas governamentais ligadas à economia digital Inclusão financeira dos mais pobres pela combinação de [...] novos instrumentos financeiros no ambiente digital Criar um ambiente para o desenvolvimento da transformação digital da economia brasileira As tecnologias digitais proporcionam as ferramentas para uma profunda transformação [...] na competitividade e produtividade das empresas Concertação das iniciativas governamentais ligadas à economia digital Tais iniciativas incluem infraestrutura e acesso às tecnologias de informação e comunicação: [...] aquisição de competências educacionais e profissionais adequadas à economia digital	As tecnologias de informação e comunicação são o vetor econômico e social da atualidade Possam se apropriar da renda e do conhecimento gerado com base nas novas tecnologias da economia digital
Mundo digital Era digital	Terminais móveis com acesso à internet Internet das coisas Base de dados médicas Prontuários eletrônicos Monitoração e diagnóstico remoto Novos conhecimentos e tecnologias avançadas Ensino à distância O país deve fazer mais, criando uma política de PD&I voltada ao século XXI
A Educação digital será cada vez mais uma etapa importante para o exercício da cidadania e uma pré-condição para uma atividade profissional bem-sucedida Formar a sociedade para o mundo digital	Muito dos empregos e carreiras [...] dependerão de conhecimentos e habilidades em ciência, tecnologia, engenharia e matemática Praticamente todas as profissões irão requerer alfabetização em TIC's Estimular meninas e mulheres a buscar carreiras em áreas relacionadas às TIC's A reversão dessa tendência requer [...] a introdução de disciplinas relacionadas à computação As transformações enfrentadas pelos próprios jovens [...] somam-se as mudanças dos tempos atuais, potencializadas pela ampliação e disseminação de novas tecnologias

Fonte: Elaborada pela autora

Tabela 3 - Família parafrástica desenvolvimento.

Domínio semântico: desenvolvimento	
Efeito de sentido de repetição dimensão horizontal	Efeito de sentido de repetição dimensão vertical
Desenvolvimento da transformação digital da economia brasileira Desenvolvimento socioeconômico da nação Desenvolvimento e Inovação neste setor (digital) são fundamentais para garantir [...] aumento dos níveis de renda e atividade econômica Para um país como o Brasil o setor de PD&I é fundamental para o seu desenvolvimento interno bem como para a ampliação de sala presença no cenário econômico internacional Deve-se ter em vista a solução dos grandes problemas nacionais com o uso de novas tecnologias digitais, com o aumento de expertise, ganhos de produtividade e desenvolvimento econômico e social	Erradicação da pobreza Fome zero Saúde e Bem-estar Aumento da prosperidade e competitividade brasileiras Nos anos 2000, o crescimento econômico expressivo de diversos países de renda média e baixa proporcionou aumento de gastos em programas sociais destinados a reduzir a pobreza e a desigualdade
Pesquisa, desenvolvimento , inovação	Oportunidade ao país para dar um salto qualitativo
(PD&I) Trata-se de setor essencial para o crescimento do país, e parte central de uma estratégia de desenvolvimento nacional bem-sucedida	Estratégia brasileira para a transformação digital Uma agenda para a sociedade digital do futuro Iniciativas essenciais para alavancar a digitalização Transformação na economia/governo A mudança que o país não pode mais esperar As tecnologias digitais proporcionam as ferramentas para uma profunda transformação na atuação do próprio governo, na competitividade e produtividade das empresas, assim como na capacitação e inclusão na sociedade, para que todos possam se desenvolver e prosperar

Fonte: Elaborada pela autora

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De antemão, podemos dizer que o percurso transcorrido nesta pesquisa, para além de comprovar ou refutar as hipóteses iniciais, possibilitou a compreensão do complexo de todo processo discursivo e do quanto o real é ideológico. Ademais, acreditamos que, levando em consideração o recorte temporal do qual se ocupou, este trabalho colabora com a compreensão do momento histórico atual do Brasil, já que revisitou o governo anterior ao que está em vigor, sinalizando práticas e concepções políticas que ainda reverberam no país.

Quanto aos gestos interpretativos, para explicitarmos o que foi possível depreender, consideramos produtivo partir do período inicial de formação de nossas indagações, no sentido de recuperar, não só a análise, mas os apontamentos possíveis: a proposição do presente trabalho foi motivada face ao estranhamento causado, tanto pela experiência com o P.E.J.A.⁹⁷, quanto pela nossa assimilação das práticas sociais coletivas e cotidianas, ambos em processo de imersão na cultura do digital, o qual chamou nossa atenção para o funcionamento ideológico enquanto “*interpelação*, ou o assujeitamento do sujeito com o sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade” (PÊCHEUX, [1975] 2010, p.162).

Ademais, diante da afirmação de Foucault ([1970] 2014, p. 08), o qual diz que “em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função [...] dominar seu acontecimento aleatório”, o contato com diversas narrativas estabeleceu questionamentos relacionados ao digital enquanto processo discursivo, principalmente o discurso da “utopia tecnológica” (DIAS, 2018), que toma o digital como certeza de progresso e inovação, nos fazendo indagar em que medida o acesso à informação (pelos modos de circulação do digital), bem como a imersão na cultura digital, poderiam impactar diretamente na melhoria da qualidade de vida (o sucesso) dos sujeitos.

Como trabalho que ainda demandava estudo e amadurecimento do aporte teórico, nossa percepção inicial, era a de que o imaginário relacionado às tecnologias digitais parecia ser atravessado pelo que hoje chamamos de dimensão geral, constituída pelos valores simbólicos agregados à tecnologia e à ciência.

⁹⁷ Conforme citamos na Introdução deste trabalho.

Contudo, conforme fomos avançando no percurso de pesquisa, verificamos que há, ainda, uma segunda dimensão, a qual chamamos de dimensão local, essa relacionada à individuação do sujeito que se diz brasileiro, considerando que nossos lócus de pesquisa focalizou o discurso institucional brasileiro e sua relação com o digital.

A questão da dimensão local, assim como sua importância para quem se propõe a fazer análise do discurso, nos foi colocada por Orlandi (2016), que diz que na ligação do texto há que se levar em conta as condições verbais do desenvolvimento das discursividades e as condições sócio-históricas, as quais, no caso do sujeito brasileiro, são também

determinadas pela lógica capitalista, em suas formas de assujeitamento e modos de individuação que, na contemporaneidade, apresentam formas inéditas de desigualdades, com novos tipos de coerção e sofrimento social (ORLANDI, 2016, p. 77).

O entrecruzamento entre o sujeito, as práticas sociais e o sistema econômico coaduna com o postulado de Pêcheux ([1975] 1997, p. 65), ao apontar que

a região da ideologia deve ser caracterizada por uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica: mais particularmente, o funcionamento da instância ideológica deve ser concebido como 'determinado em última instância' pela instância econômica, na medida em que aparece como uma das condições (não-econômicas) da reprodução da base econômica, mais especificamente das relações de produção inerentes a esta base econômica,

(re)afirmando, portanto, o atravessamento da ciência e da tecnologia pela ideologia neoliberal enquanto superestrutura, o que, com efeito, propiciou a compreensão de que o discurso digital brasileiro, em sua dimensão geral, é constituído tanto pelos valores relacionados ao binômio ciência e tecnologia – um dos pilares da política científica e institucional do Brasil e de muitos países, segundo Dias (2018) –, quanto pela lógica capitalista, visto que, além do fato de que essa é a ordem que (pre)domina mundialmente, o processo de evolução das tecnologias digitais é fruto da reestruturação global do capitalismo (CASTELLS, 2019).

No que se refere a dimensão sócio-histórica local do digital brasileiro, a qual é também definida pela identidade nacional, ou seja, pelo imaginário que compõe o discurso do sujeito em sua brasilidade, defendemos em trabalho anterior (SILVA,

GALLI, 2019)⁹⁸ que a identidade nacional, dentre outros, é estruturada pelo olhar do europeu, o qual mantém discursivamente o Brasil no lugar de colonizado, especificidade que foi retomada nas análises deste trabalho, quando falamos sobre o discurso da inferioridade e sobre o discurso da inclusão. Como evidência desse lugar permanente de falta, de ‘em desenvolvimento’, o significante *futuro* emerge como sintetizador do imaginário e, por consequência, do discurso identitário brasileiro, presente nas sequências *uma ponte para o futuro*, *sociedade digital do futuro*, *trabalho do futuro*, etc. Com isso, o imaginário do sujeito brasileiro produz um discurso que preconiza, sempre, a ideia de um messias que proverá a ‘salvação’ da qual necessita para suprir essa lacuna⁹⁹, justificando a proeminência, no Brasil, de discursos políticos baseados em promessas simplistas e imediatas. Temer, ao se valer desse imaginário da salvação política, agregou o imaginário do digital para compor a ideia de salvação do país e de sua população, ao configurá-lo como portal/ponte/estratégia para o lugar prometido pela enésima vez.

Ao compreendermos o papel do Estado como “mediador na articulação simbólico-política da sociedade, constituindo-se em um modo de individuação do sujeito, que preside seu processo de identificação de que resulta a posição sujeito com a qual ele se inscreve” (ORLANDI, 2016, p. 69), entendemos o poder de interpelação que as políticas públicas exercem nos sujeitos. Sob a regularidade da psicopolítica emerge um discurso tão voraz quanto sutil, mas que se repete enquanto discurso (pre)dominante, promovendo a ilusão da liberdade e da transparência. Nesse cenário, o mecanismo de poder que visa anular a resistência é engendrado, o qual, devido à sua forma permissiva, submete os sujeitos ao contexto de dominação por si mesmos (HAN, 2018).

Nesse sentido, a despeito da aparente mudança nas relações, ocorre apenas uma “‘mexida’ nas formas de assujeitamento” (ORLANDI, 2017), conjuntura que faz com que a política pública do digital brasileiro – também constituído pelo/no discurso das coisas (DIAS, 2018), o qual é propiciado pelo processo de apagamento da historicidade e do sujeito – retome, por meio não só do léxico, mas pelos efeitos de sentido que produz, o discurso desenvolvimentista, que insiste na escalada e na

⁹⁸ SILVA; GALLI *Transformações do/no país do futuro: sentidos sobre educação, trabalho e desenvolvimento social. Diálogos Pertinentes – online: revista científica de Letras, Franca, SP: Universidade de Franca, v. 15 n.1, p. 30-48, 2019.*

⁹⁹ Consultar Rangel (2020), *Messianismo à brasileira: percurso de um imaginário social da salvação política*. Disponível em: <<https://estadodaarte.estadao.com.br/messianismo-brasileiro-precurso-salvacao-kalebe/>>.

promessa do lugar de privilégio a quem se submete. Na repetição da memória, o discurso do desenvolvimento, assentado na homogeneidade e na simetria, projeta concepções que não levam em conta o político e o social específico de cada nação, impondo a ilusão da autonomia e da neutralidade dos processos (STREET, 1984).

Como desdobramento do estigma civilizado/não civilizado, o discurso digital-desenvolvimentista separa, como outrora ocorreu com o advento da escrita massificada, aquele que é considerado cidadão daquele que está à margem da sociedade. Não por coincidência, o imaginário da autossuficiência da letra, que vê o simples acesso à leitura e à escrita como garantia de progresso individual¹⁰⁰, replica os mesmos dizeres, como pudemos ver nas sequências *A educação digital será cada vez mais uma etapa importante para o exercício da cidadania e uma pré-condição para uma atividade profissional bem-sucedida, O acesso a empregos, à cidadania e à capacidade de empreender dependerão cada vez mais do fato de que as pessoas detenham um conjunto de habilidades digitais adequadas*, etc.. Um questionamento possível, que problematiza a pretensa autonomia tanto da escrita, quanto do digital, seria perguntar se a noção de sucesso é a mesma para todas ou todos. A suposição de sucesso como um “já-lá” (ORLANDI, 2012) marca a quimera da igualdade que, nas condições desiguais a que somos submetidos, nos mergulha na homogeneidade e tenta apagar o fato de que é na diferença que fazemos valer nossa posição-sujeito social e politicamente constituída (ORLANDI, 2016).

Semelhante ao que Tfouni (2002, p. 34) aponta sobre a escrita, desconsiderar o histórico e o político e colocar o digital como a grande divisa¹⁰¹, como se a aquisição generalizada [do digital] trouxesse consigo consequências de uma ordem tal, que isso modificasse de maneira radical as modalidades de comunicação dessa sociedade e, conseqüentemente, a (des)ordem historicamente estabelecida, somente constrói abismos intransponíveis e silencia a possibilidade de resistência ao que aí está (HAN 2018), além de evidenciar idealizações que (re)montam o século XVIII.¹⁰²

¹⁰⁰ Conferir o site do Instituto pró-livro e a matéria *Brasileiro ainda lê pouco e mal*. Disponível em: < <http://www.unama.br/noticias/brasileiro-ainda-le-pouco-e-mal>> e < <https://www.prolivro.org.br/>>.

¹⁰¹ TFOUNI (2002) constrói um percurso em que denomina de “a grande divisa” o surgimento das culturas letradas; a grande divisa seria a perspectiva que contrapõe as sociedades ágrafas e as letradas, conferindo diferenças entre processos cognitivos e comunicacionais entre aqueles que não sabem ler e escrever e aqueles que sabem.

¹⁰² Pertinente relembrar o que foi dito logo após a invenção do Telégrafo, discorrido no Capítulo 1.

À vista das considerações feitas até aqui, recuperamos os dizeres que Marx (1852) proferiu na abertura de *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*: a história se repete como tragédia ou como farsa. Entre a tragédia e a farsa, podemos dizer que o século XXI tem sido marcado pelo golpe da (re)atualização do discurso do desenvolvimento, nos fazendo explorar a nós mesmos e providenciando, na grande maioria das vezes, ‘empresários’ terceirizados e sem nenhum direito, à medida em que nos iludimos com o discurso do empreendedorismo, nos tornando trabalhadores/estudantes 24 horas por dia sob o discurso da produtividade ou, como vimos na (de)forma do ensino médio brasileiro, nos fazendo acreditar que podemos ter total autonomia, que podemos fazer escolhas reais, quando o que ocorre é a imposição de alternativas revestidas de liberdade. O digital enquanto ‘mexida’ que estabiliza determinados discursos e ideologias, no bojo da psicopolítica, torna-se um efeito de poder muito eficaz ao fazer circular, de maneira intermitente, a ideologia (pre)dominante, forjando o real, que intervêm “no funcionamento da forma-sujeito histórica [...] pelo esquecimento e pela identificação” (DIAS, 2018, p. 50). O esquecimento, por sua vez, dissimula o assujeitamento e instaura a aparência de autonomia, intervindo na subjetividade e produzindo “deslocamentos identitários” (GALLI, 2008).

Nessa perspectiva, entendendo que as tensões de força são intrínsecas às relações humanas e que existe uma ‘luta’ diuturna pelo poder, acreditamos que é importante (re)pensar os discursos e o que é tomado como real, pois a ilusão de autonomia e transparência naturaliza os discursos ao mesmo tempo em que silencia a constituição dos aspectos políticos e históricos dos processos sociais. Ao problematizar os discursos, antevemos a historicidade das/nas práticas sociais e na constituição do sujeito, perspectiva que deve ser considerada quando se busca depreender a ‘ordem das coisas’. Como efeitos de fecho, assinalamos que este trabalho tem sua pertinência ao gerar questionamentos sobre a(s) forma(s) do digital, no que concerne às suas potencialidades, usos e perspectivas, no sentido de (re)pensar os valores simbólicos que lhe são agregados historicamente.

Ao reconhecer a historicidade do digital, o paradigma da autonomia dos dispositivos eletrônicos e das redes cai por terra, ruptura que sinaliza a compreensão de que ‘fazer uma sociedade menos injusta’ está mais ligado às formas como conduzimos e como usamos as tecnologias digitais, do que às ‘capacidades’ que lhes são creditadas. É imperativo que nos ‘lembramos’ de que

tudo o que hoje está advêm dos conhecimentos historicamente acumulados e das relações humanas, ou seja, não surgiram do nada e por si só.

A sociedade que, hoje, se constitui no/pelo digital está em processo, o que, a nosso ver, representa uma grande oportunidade. A circulação, no entrelaçamento de vozes, nos dá a chance de escuta e de indagação dos sistemas que, se foram adequados no passado, hoje se mostram inviáveis pela sua insustentabilidade. Ressignificar o fascínio pelas tecnologias digitais, a começar pela sua discursivização, talvez seja um caminho. Os resultados desta pesquisa, portanto, podem permitir que continuemos a interrogar, também, a organização social que (pre)domina o país, assim como o fazer político. Como forma de resistência a esse cenário, lançamos as seguintes perguntas: (i) A busca por lugares de prestígio no cenário internacional produzirá benefícios reais à grande massa populacional?; (ii) Em que medida fortalecer os grandes grupos empresariais irá aproximar os sujeitos do 'bem-estar' social?; (iii) É pertinente seguir centralizando o ensino escolar na relação trabalho/educação?; (iv) O que garantem as 'estratégias'?... Que outras pesquisas possam se encaminhar e ter essas e outras, no horizonte.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L.M.B.M.; COSTA, J. L. #EleNão, feminismo brasileiro e novas mídias digitais. *In*: TENANI, L. [et al] (Org.) **Caderno de Resumos do 67º Seminário do GEL**, 2019. Disponível em: <https://www.letraria.net/67-seminario-do-gel/>.

ARROYO, M. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares. **Revista de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, n. 0, p. 1-108, ago. 2007.

BRANDÃO, H.H.N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BRANDÃO, H.H.N. Discurso e interdiscursividade. *In*: BRANDÃO, H.H.N. **Subjetividade, argumentação, polifonia**. A propaganda da Petrobrás. São Paulo: Fundação Editora da UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, 5 out. 1988.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Sociedade da informação no Brasil: livro verde** / organizado por Tadao Takahashi. – Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: https://www.faecpr.edu.br/site/documentos/sociedade_informacao_brasil.pdf. Último acesso: 21/10/20.

BRASIL. **Marco Civil da Internet**. Lei 12.964/14. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 06 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Estratégia brasileira para a transformação digital**. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategia-de-governanca-digital/eDigital.pdf>. Último acesso: 21/10/20.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Manual do pesquisador**. Plano progredir. 2018. Disponível em: < <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Manual%20do%20Pesquisador%20-%20Progredir.pdf>>. Último acesso: 10/12/20.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de implementação do novo ensino médio**. 2017. Disponível em: < <http://novoensinomedio.mec.gov.br/#!/guia>>. Último acesso: 10/12/20.

BRASIL, L.L. **Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso**: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. *Linguagem: estudos e pesquisas*, v. 15, n. 1, p. 171-182, jan/jun, 2011.

BRITO, L.A.N. de. (Re)lendo Michel Pêcheux: como a análise do discurso de linha francesa apreende a materialidade discursiva?. **Eutomia** (Recife). v. jul/2012, p. 542-562, 2012.

CAVALCANTI, B.M.; VENERIO, C.M. Uma ponte para o futuro? Reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. **Revista de Informação Legislativa** (Brasília), n. 215, p. 139-162 jul./set. 2017.

CARREON, R.O. Da televisão ao Facebook: as campanhas eleitorais e suas movências. *In*: TENANI, L. [et al] (Org.) **Caderno de Resumos do 67º Seminário do GEL**, 2019. Disponível em: <https://www.letraria.net/67-seminario-do-gel/>.

CASTELLS, M. **A sociedade em REDE**. Trad. Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos.1981. Trad. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2009.

COSTA, M.M. Ator coletivo: uma proposta semiótica para análise de manifestações de ruas. *In*: TENANI, L. [et al] (Org.) **Caderno de Resumos do 67º Seminário do GEL**, 2019. Disponível em: <https://www.letraria.net/67-seminario-do-gel/>.

DIAS, C. **Análise do discurso digital**: Sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes Editores, 2018.

FABER, M.E.E; SEVERO, E.; WOLF, I. História Econômica do Brasil na Primeira República: o desenvolvimento econômico brasileiro. **História Livre**, 2008. Disponível em: <http://www.historialivre.com/brasil/economiarv.htm>. Acesso: 21/10/20.

FERNANDES, C; VINHAS, L. Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão- SC, v. 19, n. 1, p. 133-151, jan./abr. 2019.

FILHO, E.T. Marco Civil da Internet: uma lei sem conteúdo normativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 86, jan./abr. 2016.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber** (1969). Trad. L. F. Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1971.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. 3 ed. Trad. Roberto C. M. Machado e Eduardo J. Moraes. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. Livro 1: a vontade de saber (1976). 17 ed., v. 1. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2006, p. 148.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no College de France (1978-1979). Edição estabelecida por Michel Senellart, sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Trad. Eduardo Brandao, revisão da trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANÇA, T.M. **Um olhar sobre o conceito de memória discursiva de Michel Pêcheux**. INTERLETRAS, v. 4, ed. 22, out./2015 a mar./ 2016.

FULANETI, O.N. Discurso político e redes sociais: análise do “Caso Cristiane Brasil. In: TENANI, L. [et al] (Org.) **Caderno de Resumos do 67º Seminário do GEL**, 2019. Disponível em: <https://www.letraria.net/67-seminario-do-gel/>.

GALLI, F.C.S. **(Ciber)espaço e leitura**: o mesmo e o diferente no discurso sobre as “novas” práticas contemporâneas. 2008. Tese (Doutorado) –Instituto de Estudos da Linguagem Universidade Estadual de Campinas, 2008.

HAN, B.-C. **Psicopolítica**: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Trad. Maurício Liesen. Belo Horizonte MG: Editora Âyiné, 2018.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. 1971. In: BARONAS. (Org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. 2. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. 13-32.

INDURSKY, F. Formação Discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? Universidade Federal do Rio Grande do Sul, II SEAD – **Seminários de Estudo de Análise de Discurso**, 2005.

JUNIOR, O. **Conceito de gênero e análise de textos de vídeos institucionais**. 1997, 127 p. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

KOMESU, F.; GALLI, F.C.S. Práticas de leitura e escrita em contexto digital: autoria e(m) novos mídiuns. **Revista da ABRALIN**, v. 15, n. 2, p. 165-185, jul./dez. 2016.

LAGAZZI, S. Algumas considerações sobre o Método Discursivo. In: LAGAZZI, S. **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes, 1988, p. 51-59.

LARA, L.G.A.; OLIVEIRA S.A. A ideologia do crescimento econômico e o discurso empresarial do desenvolvimento sustentável. **Cad. EBAPE.BR**, v. 15, n. 2, Rio de Janeiro, abr./jun .2017.

LOVELUCK, B. **Redes, liberdades e controle**: uma genealogia política da internet. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

LUZ, A.J.; WEBER, M.H. A memória política do Brasil no site da presidência: acesso e desvios da comunicação dos governos de Dilma Roussef e Michel Temer. **Liinc. em Revista**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 211-229, maio/2019.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni Orlandi, Campinas: Pontes, 2003.

MACHADO, J.G.R.; PAMPLONA, J.B. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1 (32), p. 53-84, abr. 2008.

MARTINHÃO, M.S. Apresentação: a internet das coisas a serviço das pessoas. In: MAGRANI, E. **A internet das coisas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. Trad. Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

MAZIÈRE, F. **A análise do discurso**: história e práticas. Trad. Marcos Marcionilio. São Paulo: Parábola Editorial, p. 7-73, 2007.

MONTEIRO, M. **A formação discursiva neoliberal em escolas públicas estaduais**: o projeto jovem do futuro do Instituto Unibanco. 2015, 250 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

NICHOLS, B.W.; Pimentel, P.C. Impeachment e imagem pública: uma análise do discurso vazado de Michel Temer. **Revista Internacional de Relações Públicas**, n. 13, v. VII, p. 41-60, 2017.

ORLANDI, E.P. Segmentar ou recortar? Linguística: questões e controvérsias. In: **Série Estudos 10**. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

ORLANDI, E.P. **Terra à vista!**: discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas, Editora da Unicamp, 1990. 260 p.

ORLANDI, E.P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, E.P. **Discurso e leitura**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ORLANDI, E.P. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. 4. ed. São Paulo: Pontes, 2002.

ORLANDI, E.P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ORLANDI, E.P. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. [et al]. **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, E.P. **Discurso em análise**: sujeito, sentido e ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, E.P. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. *In*: DIAS, C. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano**: sentido e materialidade digital [online]. Série e-urbano. Vol. 2, 2013. Consultada no Portal Labeurb – <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/> Laboratório de Estudos Urbanos – LABEUB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

ORLANDI, E.P. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio (1975). Campinas, Ed. da UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, M. A análise do discurso: três épocas (1983). *In*: GADET, F. & HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento (1983). Campinas: Pontes. 1990.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD 69). *In*: GADET, F. ; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. FUCHS. C. (1975) A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. *In*: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. (1982). **Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas**. Trad. Faustino Machado da Silva. Cadernos de Tradução, Porto Alegre, 2. ed., n. 4, out. 1998.

PÊCHEUX, M. (1983). Papel da memória. *In*: ACHARD, P. [et al]. **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. (1975). **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. brasileira. Trad. Eni Orlandi [et al]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. 287 p.

PÊCHEUX, M. (1982). Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, E. (Org.) **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. p. 49-59.

PENTEADO, C.L.M. Marketing político na era digital: perspectivas e possibilidades. **Revista USP**, São Paulo, n.90, p. 6-23, junho/agosto 2011.

PMDB. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

PEREIRA, L.C.B. O governo Dilma frente ao “tripé macroeconômico” e à direita liberal e dependente. **Novos Estudos** 95, p. 5-14, março/2012.

PERONI, V.M.V. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 19-31, maio/ago. 2012.

PESSOA, M.L. Discurso político e redes sociais: novos desafios para os estudos do texto e do discurso. *In*: TENANI, L. [et al] (Org.) **Caderno de Resumos do 67º Seminário do GEL**, 2019. Disponível em: <https://www.letraria.net/67-seminario-do-gel/>.

PIERO, M.C. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial - Out. 2005.

SERRANI, S.M. **A linguagem na pesquisa sociocultural**: um estudo da repetição na discursividade. 2. ed. Campinas. SP: Editora da Unicamp, 152 p. 1997.

SILVA, T.G. Quem acredita em fake news? A contribuição dos estudos de letramento na problematização do papel do leitor. *In*: TENANI, L. [et al] (Org.) **Caderno de Resumos do 67º Seminário do GEL**, 2019. Disponível em: <https://www.letraria.net/67-seminario-do-gel/>.

SILVA, R.T.F.; SANTOS, A.C.L.; CONSERVA, M.S.; SANTOS, V.A.; BEZERRA, K.Q. Políticas sociais no Brasil: do neoliberalismo ao governo Temer. **VIII Jornada Internacional Políticas Públicas**. Universidade do Maranhão, Centro de Ciências humanas – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, ago. 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/politicassociaisnobrasildoneoliberalismoaogovernotemer.pdf>>. Último acesso: 05 jan 2021.

SOLAGNA, F. **A formulação da agenda e o ativismo em torno do Marco Civil da Internet**. 2015, 199 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SURVEILLANCEME 2009. [Blog]. Disponível em: <Wordpress.com/2009/07/10/edipo.n.o.se.cegou.por.culpa.mas.por.excesso.de.informacao>. Acesso: 10/12/20.

TFOUNI, L.V. **Letramento e alfabetização**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

UNESCO. **Tecnologias para a transformação da educação**: experiências bem sucedidas e expectativas. 2014. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Brasilia/pdf/brz_ci_preliminar_doc_tecnologias_transformacao_educacao.pdf.

VAZ, G. **Formação ideológica e formação discursiva**. 2010. Disponível em: <<http://entrecruzandodiscursos.blogspot.com.br/2010/12/formacao-ideologica-e-formacao.html>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

WACHOWICZ, M; CANUT L.A Transformação digital brasileira: análise das políticas públicas e sua regulamentação pelo decreto 9.319/18. *In*: WACHOWICZ, M; CANUT L. (Org.). **Análise da estratégia brasileira para transformação digital: comentários ao decreto nº 9319/18**. Curitiba: GEDAI/ UFPR, 2018. Disponível em: <www.gedai.com.br>.